

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA)

**O PODER DA CRÍTICA:
UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO EMPRESA E
MOVIMENTOS SOCIAIS.**

Raquel Giffoni Pinto

Rio de Janeiro
Julho de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA)

**O PODER DA CRÍTICA:
UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO EMPRESA E MOVIMENTOS
SOCIAIS.**

Raquel Giffoni Pinto

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia)

Orientador: Prof. Gian Mario Giuliani
Co-Orientador: Prof. Henri Acselrad

Rio de Janeiro
Julho de 2010

GIFFONI PINTO, Raquel.

O Poder da Crítica: Um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais
/Raquel Giffoni Pinto. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010.

x, 153f; 25 cm;

Orientador: Gian Mario Giuliani. Co-Orientador: Henri Acselrad.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 147-153

1. Empresa 2. Movimentos Sociais 3. Monocultura de Eucalipto 4. Conflito Ambiental
5. Responsabilidade Social Corporativa. I. Giuliani, Gian Mario. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Antropologia. III. O Poder da Crítica: Um Estudo Sobre a relação Empresa e Movimentos Sociais.

“O Poder da Crítica: Um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais”

Raquel Giffoni Pinto

Orientador: Prof. Dr. Gian Mario Giuliani

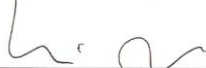
Co-Orientador: Prof. Dr. Henri Acselrad

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Aprovada por:



Prof. Dr. Gian Mario Giuliani, Presidente, IFCS/UFRJ



Prof. Dr. Henri Acselrad, IPPUR/UFRJ



Profa. Dra. Paola Cappellini, IFCS/UFRJ



Profa. Dra. Marilda Maracci, UFES

Profa. Dra. Neide Esterici, PPGSA/UFRJ (Suplente)

Profa. Dra. Marília Salles Falci Medeiros, PPGSD/UFF (Suplente)

Rio de Janeiro

Julho/2010

Resumo

" O Poder Da Crítica: Um estudo sobre a relação Empresa e Movimentos Sociais"

Raquel Giffoni Pinto

Orientador: Prof. Gian Mario Giuliani

Co-Orientador: Prof. Henri Acsehrad

O processo de redemocratização no Brasil foi um fator decisivo para a expansão de organizações da sociedade civil, que começaram a exigir que as empresas assumissem suas funções sociais e atuassem com transparência e responsabilidade nos processos produtivos. Frente à emergência das críticas e demandas dos movimentos sociais e ambientalistas, a literatura sobre responsabilidade social corporativa sustenta que está em processo no Brasil uma mudança gerencial nas grandes empresas em direção a maior responsabilização social e ambiental de suas práticas. Sabemos que a empresa, enquanto ator social participa, efetivamente, das mudanças sociais, entretanto nesta dissertação pretendemos analisar sob quais mecanismos estas mudanças se concretizam. Como objeto de estudo, investigamos a influência exercida pela crítica social nas estratégias sócio-territoriais da empresa Aracruz Celulose/Fibria, analisando de que forma a articulação dos movimentos sociais críticos à empresa repercutiu nas suas estratégias de expansão e controle de territórios.

Palavras chaves: Empresa, Movimentos Sociais, Monocultura de Eucalipto, Conflito Ambiental, Responsabilidade Social Corporativa.

Rio de Janeiro
Julho de 2010

ABSTRACT

" The Power of Critic: Study about the relationship between company and social movement."

The democratization process in Brazil was a decisive factor for the expansion of civil society organizations, which began to require companies to assume its social functions and acted with transparency and responsibility in production processes. Opposite emergence of critical and demands of social movements and environmentalists, the literature about corporate social responsibility supports that are in Brazil a change in management of many companies towards more socially responsible practices. We know that the company, as a social actor participate in the social changes, however we intend to analyze what mechanisms these changes are realized. As object of study, we investigated the influence of social criticism in the Aracruz Celulose / Fibria socio-territorial strategies, examining how the articulation of social movements - critical to the company- reflected in their strategies for expansion and control territories.

Keywords: Enterprise, Monoculture, Social Movements, Environmental Conflict, Social Responsibility Corporate.

Rio de Janeiro
Julho de 2010

AGRADECIMENTOS

A origem etimológica das palavras agradecer e pensar, conforme análise do professor Jean Lauand, é a mesma tanto na língua inglesa quanto na língua alemã: *to thank* e *to think* / *zu danken* e *zu denken*. O momento dos agradecimentos, sutil liame entre gratidão e demagogia, é aquele em que paramos para pensar sobre as pessoas que tantos benefícios nos proporcionaram, reconhecendo que sem o seu concurso este trabalho nunca seria realizado. A língua portuguesa remete a outro significado, mais profundo e singular, para a palavra agradecimento. O nosso usual obrigado traduz de forma clara o vínculo estabelecido entre aquele que recebeu o benefício e aquele que o forneceu, e aponta para a importância da retribuição. Ao pensar nas primeiras aulas de capitalismo e meio ambiente, ainda durante a graduação, as viagens de campo a Guapimirim, as reuniões de pesquisa, os debates e as conversas, a sensação de gratidão a meu orientador, Gian Mario Giuliani, é inevitável. Ele foi, certamente, o maior incentivo para a minha permanência na sociologia. Os seis anos de pesquisa ao seu lado tiveram grande importância em minha vida acadêmica e pessoal. Sem o seu suporte, suas contribuições teóricas, generosidade, amizade, eu não teria realizado esta dissertação. Se é verdade que o nosso “obrigado” corresponde a necessidade de retribuição, sei que a mim será impossível fazê-lo, tendo em vista tudo o que meu orientador me proporcionou. Minha retribuição será mesmo a eterna gratidão e admiração.

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento também ao professor e co-orientador Henri Acselrad pelas ricas contribuições nesta dissertação e pela viabilização das pesquisas de campo. Agradeço também por ter acompanhado, desde o começo, minha trajetória acadêmica, fornecendo-me inúmeras as oportunidades de pesquisa. Durante esta dissertação, assim como nos anos de iniciação científica, sempre pude contar com seu apoio, confiança e paciência. Devo a ele grande parte das inspirações teóricas que nortearam este trabalho.

À professora Paola Cappellin, pela dedicação não somente neste trabalho, mas também durante outros momentos de minha formação. Agradeço ainda a oportunidade da parceria nos artigos que tanto contribuíram para as reflexões da presente pesquisa. O seu rigor acadêmico, suas sugestões bibliográficas e o vasto conhecimento na temática

da sociologia da empresa, foram condições fundamentais para a elaboração desta dissertação.

À professora Neide Esterci, pelas aulas, na graduação e na pós, pelas considerações ao meu trabalho no exame de qualificação e pela permanente solicitude a mim dispensada.

Aos demais docentes e funcionários do PPGSA, a quem parabeno pelo compromisso com a universidade pública e agradeço a oportunidade concedida para a realização do mestrado.

A professora Marilda Maracci, pelos diálogos esclarecedores e pela história de vida, que continua a me inspirar.

Ao CNPq, por ter financiado esta pesquisa.

Ao IPPUR, seus funcionários e o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) agradeço sinceramente pela contribuição a esta dissertação.

Aos militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), aos índios Guarani e Tupinikim, aos Quilombolas do Sapê do Norte, aos companheiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e aos militantes do Movimento Libertação da Terra na Bahia, por terem me recebido e concedido entrevistas de forma tão solícita e amável.

Aos demais entrevistados, agradeço a disponibilidade e a atenção.

Ao Winnie que, com sua trajetória de luta e generosidade, foi fundamental para as minhas pesquisas de campo e a Gilsa, que esteve à disposição para compartilhar seus conhecimentos sobre os Tupinikim.

A todos os membros da Rede Alerta contra o Deserto Verde no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Notadamente as queridas companheiras Rosa Roldan, Marina Schwab e Camilla Lobino pelas ricas contribuições à pesquisa, pelo carinho e pelo companheirismo.

Ao CEPEDDES e a FASE, pela inspiração e pelos materiais bibliográficos.

Ao Fe, pela dedicação e empenho. A você faltam palavras.

Aos amigos da Comeerj e da Fraternal que souberam compreender minhas ausências e que me fortaleceram nas horas mais difíceis.

Aqueles companheiros muito amados que me acolheram material e espiritualmente, no Rio de Janeiro e em Volta Redonda, e embora não saibam, contribuíram muito para a realização desta dissertação: Augusto, Celi, Raquel, André,

Marcela, Billy, Rosana, Priscila Cristine e Patrícia, Tio Eugênio, Tia Cássia, Luiz Maurício, Pedro Henrique, Sabrina, Thais, Ana Caroline, Táia, Pablo, dentre tantos outros.

Aos amigos do IFCS e aqueles que sempre acompanharam a pesquisa, fornecendo contribuições valiosas.

Ao Raul, que quando o meu passado ainda não havia passado por mim, transformou meu outono em primavera, sendo fundamental para a escrita e finalização da dissertação.

A minha irmã Raphaela que, com todo seu desvelo e fraternidade, sempre esteve pronta a contribuir nesta dissertação e a toda minha família, notadamente minha Mãe, meu Pai e minha Avó, que com seus esforços e renúncias possibilitaram a minha formação acadêmica. Serão sempre os melhores presentes que já recebi nesta vida.

E a Deus, que se manifestou em todas essas pessoas.

LISTA DE FIGURAS

Esquema Empresa- partes interessadas.” Novo ambiente e uma nova dimensão dos negócios”.....	112
Matriz de Prioridade da Unidade de Barra do Riacho.....	124
Nível de prioridade e processos propostos.....	125
Mapa Quilombolas no Brasil.....	129
Outdoor divulgado pelas empresas terceirizadas da Aracruz Celulose.....	139

LISTA DE TABELAS

Maiores produtores de celulose no mundo.....	31
Países e custo de produção da celulose.....	34
Empregos gerados na produção de eucalipto e na produção de café.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAF – Associação Brasileira de Florestas
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
AITG – Associação Indígena Tupinikim e Guarani
ARFLO – Aracruz Florestal S. A.
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel
CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
COFAVI – Companhia Ferro e Aço de Vitória
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
ECF – Elemental Chlorine Free (Livre de Cloro Elementar)
ECOTEC – Empresa de Consultoria Economia e Engenharia Industrial S/A
EIA/RIMA – Estudos e Relatório de Impacto Ambiental
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FSC – Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal)
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Florestas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC – International Finance Corporation (Corporação Financeira Internacional)
ISO – International Organization for Standardization (Organização Internacional para a Standardização)
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores
MLT- Movimento de Libertação da Terra
ONG – Organização Não Governamental
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose
RPPN- Reserva Particular do Patrimônio Natural
SBS – Sociedade Brasileiras de Silvicultura
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCF – Total Chlorine Free (Livre de Cloro)
WRM – World Rainforest Movement (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais)

“Qualquer empresa ou negócio precisa de um contexto social estável que propicie um clima previsivelmente favorável ao investimento e ao comércio. Responsabilidade Social Empresarial constitui o meio pelo qual as empresas contribuem para essa estabilidade ao invés de se afastar dela”.

Watts, P; Holme, R. Responsabilidade social empresarial. Bom senso aliado aos negócios. Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável CEBEDS, 2000.

"Acreditamos que a qualidade do relacionamento do setor produtivo com os demais atores da sociedade, nas próximas décadas, e conseqüentemente a sustentabilidade das organizações, dependerá da sua capacidade em ouvir o que delas se espera e responder de forma efetiva, antecipando-se tanto quanto possível."

Carlos Lira Aguiar. Presidente da Aracruz Celulose, 2003.

“Criticar significa em primeiro lugar distinguir, mostrar diferenças naquilo que, tomado em seu valor nominal, se apresenta como amalgamado, obscuro e não dominável. Portanto, é também de análises que a crítica precisa e , como dissemos, de meios para acumular os dados originais nas quais a análise possa apoiar-se, possibilitando-lhe atuar com todo conhecimento de causa.” Luc Boltanski e Eve Chiapello. O Novo Espírito do Capitalismo, 2009, p. 552.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
METODOLOGIA.....	19
CAPÍTULO I: A DINÂMICA ENTRE O ESPÍRITO DO CAPITALISMO E A CRÍTICA.....	22
1.1 Considerações sobre a Responsabilidade Social e Ambiental das empresas.....	26
CAPÍTULO II : A EMPRESA	
2.2 A organização do Mercado Mundial de Celulose.....	31
2.3 Aracruz Celulose S/A: 1967-2008.....	38
2.4 Fibria Celulose e Papel.....	31
2.4 A Territorialização da Aracruz Celulose na percepção dos atores locais.....	43
CAPÍTULO III: A EMERGÊNCIA DA CRÍTICA.....	49
3.1. A Crítica dos povos Tupinikim e Guarani.....	50
2.1.1 A terra sem males.....	50
2.1.2 Principais críticas às práticas da Aracruz Celulose.....	52
3.2. A Crítica dos Quilombolas do Sapê do Norte.....	60
3.2.1 Principais críticas às práticas da Aracruz Celulose.....	63
3.3. A Crítica “Ambientalista”.....	65
3.3.1 “Monoculturas não são Florestas”: As principais críticas à Aracruz Celulose.....	66
3.4. A Crítica Camponesa.....	71
3.4.1 “Nós não comemos eucalipto”: As principais críticas à Aracruz Celulose.....	71
3.5 A articulação no coletivo Rede Alerta Contra o Deserto Verde.....	74
CAPÍTULO IV: ARACRUZ CELULOSE E O ENFRENTAMENTO DA CRÍTICA.....	77
4.1 A Crítica e as Estratégias Locacionais.....	78
4.1.1 O Extremo Sul da Bahia.....	80

4.2.1 O Rio de Janeiro.....	82
4.2.3 O Produtor Florestal.....	85
4.3 O Risco Social Corporativo.....	89
4.3.1 Aracruz Celulose e os estudos acerca dos Riscos Sociais Corporativos.....	100
4.3.2 A comunicação da empresa e o seu relacionamento Político-Institucional.....	116
4.3.3 A “Sustentabilidade Ambiental”.....	121
4.3.4 O relacionamento com as comunidades.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	146

APRESENTAÇÃO:

No dia três de Dezembro de 2007 lideranças indígenas e a Aracruz Celulose assinaram, em Brasília, um termo de ajustamento de conduta (TAC) que contemplava os direitos e obrigações da empresa, dos Tupinikim e Guarani e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na devolução de onze mil hectares de terras para as comunidades indígenas do norte do Espírito Santo. O acordo, assinado na presença do então ministro da Justiça, Tarso Genro, e de representantes do Ministério Público Federal, teve grande repercussão nacional e, no caso que nos interessa, no âmbito das discussões sobre responsabilidade social e ambiental das empresas. Análises apontando uma mudança cultural das empresas na direção do respeito aos direitos sociais e na democratização dos processos decisórios são freqüentes e ilustradas com exemplos de “resolução de conflitos” entre empresas e as chamadas partes interessadas.

No caso específico dos estudos sobre a Aracruz Celulose atualmente denominada de Fibria (resultado da compra pela Votorantim Celulose e Papel e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social, BNDES) no Espírito Santo e na Bahia, teria ocorrido uma mudança na cultura empresarial desta companhia, que privilegiaria uma postura mais aberta e dialogada com as comunidades do entorno. Esta mudança teria seu marco no final dos anos 1990 e início da primeira década de 2000 (Ver: ANDRADE; 2001, VINHA,1999; NUNES, 2007). Conforme os estudos de Valéria da Vinha, neste período, foram criados diversos projetos sociais e ambientais bem como realizadas diversas parcerias com atores locais:

“O ano de 1995 é um divisor de águas na política social da empresa. Até então, os apoios da Aracruz eram dispersos e não agregavam valor à sua imagem. A partir deste ano, contudo, a empresa decide concentrar os recursos sociais em projetos de educação, preservação ambiental e desenvolvimento comunitário, em parceria com órgãos públicos e ONGs locais, além de ter dobrado o montante financeiro neles aplicado. A filosofia do apoio é que os projetos contribuam para capacitar a comunidade a tornar-se auto-sustentável a longo prazo. Em 1998, foram alocados US\$ 4,9 milhões em projetos sociais, correspondendo praticamente ao dobro do ano anterior”(VINHA,1999;19).

Nunes (2007) confirma esta tendência:

“O Relatório de Sustentabilidade de 2002 já demonstra uma mudança radical na postura da companhia, que começa a contemplar uma nova seção sobre governança corporativa, descrevendo as responsabilidades e políticas

associadas aos processos de gestão sócio-ambiental da empresa. Foram criados comitês de diversas naturezas a fim de gerenciar melhor o relacionamento da empresa com seus stakeholders” (NUNES,2007;10).

Nossa pesquisa retrata, em alguma medida, uma mudança na postura da empresa no relacionamento com as populações locais. Ao compararmos determinadas práticas empresariais adotadas na década de 1960 com aquelas implementadas na primeira década do ano 2000, observamos uma abordagem diferente por parte da empresa, que tende a privilegiar um contato mais próximo e supostamente menos agressivo com estas populações. Entretanto, nesta dissertação pretendemos analisar o modo e os sentidos desta mudança, e como vem sendo construída esta postura de aproximação empresa - comunidades. Para isso, contextualizamos o período da implantação da Aracruz no Norte do Espírito Santo e as principais estratégias utilizadas pela empresa para a aquisição de terras, mostrando que a forma como a empresa se apropriou do território capixaba engendrou conflitos ambientais, protagonizados por índios Tupinikim e Guarani, Quilombolas, pequenos agricultores e determinados movimentos ambientalistas.

A crítica aos monocultivos de eucalipto ganhou notoriedade a partir da década de 1990 e se consolidou nos anos 2000 com a formação de uma rede de movimentos sociais críticos aos monocultivos de eucalipto, a Rede Alerta contra o Deserto Verde. A questão quilombola obteve grande repercussão nacional a partir do decreto 4.887, de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação das comunidades quilombolas, segundo critérios de autoatribuição. Este decreto tem sido de grande importância para a luta pela demarcação das terras quilombolas ora ocupadas pelos eucaliptais. Recentemente os movimentos de trabalhadores rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Libertação da terra (MTL) na Bahia, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Espírito Santo e a Via Campesina instituíram como bandeira a luta contra o agronegócio exportador, recusando a denominação de “terra produtiva” àquelas ocupadas pelos plantios de eucalipto. Desde 2004, inúmeras ações, entre ocupações e derrubadas dos eucaliptos, foram realizadas em áreas da Aracruz e da Veracel Celulose (de propriedade das empresas Stora-Enso e Aracruz Celulose), no Espírito Santo, na Bahia e no Rio Grande do Sul.

Todos estes conflitos prejudicaram a imagem da empresa em nível nacional e também no mercado mundial. Dentre algumas estratégias utilizadas pela empresa para

mitigar ou responder a estas críticas destacamos: a construção de bases produtivas e de plantios em outros estados do país, novas formas de obtenção de matéria-prima além dos plantios próprios e alterações na gestão interna da empresa no que se refere ao setor de sustentabilidade e relações com as comunidades.

Ao longo desta pesquisa pudemos observar que o crescimento destas manifestações críticas – década de 1990 e primeira década do ano 2000 – coincide com a procura das grandes empresas do setor de celulose e papel, entre as quais a Aracruz Celulose, por consultorias empresariais especializadas na realização de estudos sobre “riscos sociais corporativos” e no desenvolvimento de metodologias de resolução de conflitos. Diversas publicações da Aracruz Celulose expressam a preocupação com conflitos ambientais e suas repercussões na imagem e na produtividade da empresa. Na gramática empresarial, estes conflitos estão sendo nomeados de ‘riscos sociais’ e, para gerir tais riscos, as consultorias, em conjunto com as empresas, elegem os projetos de responsabilidade social. Tais iniciativas poderiam cessar ou mesmo prevenir conflitos, ao permitirem uma aproximação com as comunidades, através de ações filantrópicas e projetos sociais. Desta maneira, as modificações nas formas de relacionamento entre empresa e comunidade poderiam atuar no sentido de neutralizar a crítica social, estabilizar e garantir, o que no léxico corporativo denomina-se “*licença social para operar*”.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O capítulo I traz uma discussão teórica sobre a dinâmica entre o espírito do capitalismo e a crítica, utilizando como principal base teórica a obra de Luc Boltanski e Éve Chiapello, “O Novo Espírito do Capitalismo”. Consideramos importante destacar que não era a proposta desta dissertação aplicar o modelo de análise da sociologia pragmática francesa ao caso em estudo. Mobilizamos esta obra porque ela permite discutir o papel da crítica na própria sustentação do capitalismo contemporâneo e nos ajuda a compreender as novas formas de justificação deste capitalismo na relação empresa e sociedade. A partir desta reflexão macro-sociológica analisamos o lema da “Responsabilidade Social Empresarial” e sua atuação na legitimação das empresas perante a sociedade.

O capítulo II tem como foco a empresa. Nele descrevemos, de forma breve, o panorama do mercado mundial de celulose e as principais características da Aracruz/Fibria. Neste capítulo expomos o processo de implantação da empresa e as principais estratégias utilizadas para apropriação do espaço no norte do Espírito Santo.

No capítulo III, apresentamos o histórico e as principais críticas dos movimentos sociais às práticas da Aracruz Celulose. Elegemos os povos indígenas Tupinikim e Guarani, Quilombolas do Sapê do Norte, movimentos ambientalistas e camponeses pelo fato de terem alcançado uma maior amplitude no cenário nacional e internacional. Ao final do capítulo apresentamos a Rede Alerta contra o Deserto Verde como movimento que unificou as críticas às práticas empresariais da Aracruz e de outras empresas monocultoras de árvores.

No capítulo IV analisamos algumas estratégias da Aracruz Celulose para o enfrentamento das críticas recebidas. No primeiro item, abordamos os planos de instalação da empresa em outros estados como um dos fatores para se esquivar das críticas recebidas no Espírito Santo. No item seguinte, analisamos o consórcio entre agricultores e a empresa no programa Produtor Florestal. O terceiro item traz uma discussão acerca da noção de Risco Social Corporativo no contexto mundial e as repercussões desta noção na elaboração de estratégias empresariais. Em seguida analisamos as propostas da empresa em questão para gerenciar os conflitos ambientais, no setor de comunicação corporativa, relacionamento político-institucional, sustentabilidade e de relações com a comunidade.

METODOLOGIA:

Sabemos que a crítica está longe de ser a única variável que incita a empresa a alterar suas estratégias sociais e territoriais. Existem diversos fatores que concorrem para isso: crises econômicas mundiais, concorrência com outros grupos empresariais etc. A título de exemplo, devido à crise no mercado financeiro, em 2008, a Aracruz vendeu a unidade Guaíba, no Rio Grande do Sul, e adiou os planos de construção da nova fábrica em Minas Gerais. Estamos cientes de que a escolha pelo viés da crítica expressa apenas um aspecto particular dos fenômenos sociais, condicionado pelo olhar do pesquisador, e nunca a totalidade do real, que sabemos ser muito mais complexa. Entretanto, ainda que não seja o principal agente da mudança do capitalismo, a crítica exerce uma função essencial na constituição do espírito do capitalismo (BOLTANSKI;CHIAPELLO, 2008:486), que sabemos ser o substrato moral que concede legitimidade ao processo de acumulação do capital. É por esta razão que elegemos como centro da nossa análise a crítica e suas repercussões nas práticas empresariais da Aracruz Celulose.

No primeiro momento da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema. Foram consultadas dissertações de mestrado e teses de doutorado que tinham como principal objeto de estudo a Aracruz Celulose. Foram também examinadas publicações de movimentos sociais, como cartas e manifestos do coletivo de movimentos sociais denominado Rede Alerta contra o Deserto Verde, estudos e informativos da organização não governamental FASE, pesquisas realizadas pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) sobre os plantios de eucalipto na região norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia, dentre outros. O objetivo da primeira parte deste trabalho era sistematizar os dados existentes sobre a implantação da Aracruz e emergência das críticas empreendidas pelos movimentos sociais da região, bem como o conteúdo das mesmas.

Para a análise do processo de implantação da empresa, utilizamos ainda a metodologia da “história oral”, baseada: 1) nas entrevistas com os moradores da região realizadas durante a pesquisa das ONGs FASE/IBASE no início da década de 1990¹; 2) nas narrativas dos moradores da região contidas nos depoimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Aracruz realizada em 2002 na Assembléia Legislativa

¹ Pesquisa intitulada: Exploração Florestal no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia: Impactos e alternativas. Realizada pelas ONGs FASE/IBASE, entre 1992 e 1994.

do Espírito Santo e documentadas pela FASE/ES; 3) Na pesquisa de campo realizada em março de 2009 no Espírito Santo e na Bahia² e em fevereiro de 2010 em quatro aldeias indígenas em Aracruz, ES. Destas pesquisas de campo utilizamos nesta dissertação um total de sete entrevistas: duas com lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores; uma com a liderança do MST em São Mateus, ES; duas com lideranças quilombolas de Conceição da Barra, ES; e duas com índios Tupinikim da aldeia de Pau Brasil, no ES.

A utilização destes depoimentos reconstitui a chegada da empresa através do olhar daquelas populações que são sistematicamente excluídas da história oficial. Nesse sentido, o uso da história oral torna possível conhecer a percepção dos indivíduos que vivenciaram o processo de implantação da empresa e tiveram seus territórios completamente modificados. Através desta metodologia, é possível perceber como a noção de que a grande empresa trouxe progresso, civilidade e desenvolvimento social entra em contradição com tais depoimentos. Consideramos que a história oral, com seus “testemunhos vivos”, é um instrumento que nos auxilia na compreensão das relações de poder e contrapoder entre a empresa e as populações do entorno (AMADO, FERREIRA, 2006; ALBERTINI, 1990).

Para analisar como a crítica tem sido interpretada pela empresa foram realizadas consultas aos documentos públicos produzidos pela Aracruz Celulose e disponíveis em seu site. Foram considerados os relatórios de sustentabilidade da empresa, plano de manejo das plantações, estudos científicos, as edições da revista “Produtor Florestal” e pesquisas em sítios das empresas de consultoria que prestam serviço à Aracruz. Realizamos ainda duas entrevistas com funcionários da empresa. A primeira foi realizada em março de 2009, na ocasião do Fórum Florestal Fluminense³, em Itaperuna, RJ, com o engenheiro florestal da empresa neste município. A segunda entrevista foi com um funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas da Aracruz Celulose, na sede da empresa em São Paulo, SP.

² Em março de 2009, participei de uma pesquisa de campo nos municípios do extremo sul da Bahia e do norte do Espírito Santo, no âmbito do projeto: “O movimento de resistência à monocultura do eucalipto do norte do Espírito Santo e no Sul da Bahia”, coordenado pelo Prof. Henri Acselrad, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Um dos objetivos desta pesquisa foi caracterizar as ações coletivas e as formas de organização utilizadas pelos diversos movimentos sociais envolvidos na luta contra as empresas monocultoras de eucalipto da região e verificar as ações das empresas frente às críticas destes movimentos.

³ Esse Fórum é organizado pelo Instituto Bio-Atlântica, pela Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro, pelo Elo Rio de Janeiro da Rede de ONGs da Mata Atlântica e pela Federação de Indústrias do Rio de Janeiro. A Aracruz Celulose é parte integrante e ativa neste fórum.

A fim de aprofundar o entendimento sobre as respostas da empresa frente à crítica dos movimentos sociais realizamos uma entrevista em setembro de 2009 com uma consultora empresarial que prestou serviços à Aracruz Celulose. Em novembro desse mesmo ano tivemos a oportunidade de fazer um curso sobre Sustentabilidade Empresarial oferecido por um sociólogo e consultor empresarial que já havia trabalhado no setor de relações comunitárias da Aracruz Celulose. Utilizamos nesta dissertação as explicações deste consultor, bem como o material didático do curso.

Sabe-se da dificuldade de acesso ao campo quando se tem por objeto de pesquisa uma grande empresa. As poucas entrevistas realizadas com a empresa demonstram este fato. Tentamos, através de correspondência eletrônica e ligações telefônicas, fazer visitas aos projetos sociais da empresa no Espírito Santo, além de entrevistas com os responsáveis pelo setor de relações comunitárias, mas não obtivemos resposta.

Um acontecimento tornou mais complexo o acesso às informações da gerência de sustentabilidade e relações corporativas: a grave crise financeira da Aracruz no fim de 2008 e posteriormente a sua fusão com a Votorantim Celulose e Papel (VCP), dando origem a nova empresa denominada Fibria, em setembro de 2009. Devido a esta fusão, está em processo uma reestruturação interna na empresa, inclusive no setor de sustentabilidade e relações corporativas, foco do nosso estudo.

Nesta dissertação optamos por utilizar o nome antigo da empresa, Aracruz Celulose, tendo em vista que grande parte da pesquisa foi realizada antes da compra pela Votorantim.

CAPÍTULO I

A DINÂMICA ENTRE O ESPÍRITO DO CAPITALISMO E A CRÍTICA

Objeto central de um dos maiores clássicos da sociologia, o espírito do capitalismo foi conceituado por Max Weber como um conjunto de elementos éticos que sustentam esse modo de produção. Segundo este autor, o processo de acumulação do capital é eminentemente amoral, posto que sua finalidade encerra-se em si mesmo. No capitalismo, o ser humano viveria em função dos seus negócios e não os negócios em função do ser humano (WEBER, 2004; 62). A ética do capitalismo basear-se-ia em:

“ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho, algo tão completamente despido de todos os pontos de vista eudemonistas ou mesmo hedonistas e pensando tão exclusivamente como um fim em si mesmo, que, em comparação com a ‘felicidade’ do indivíduo ou sua ‘utilidade’, aparece em todo caso como inteiramente transcendente e simplesmente irracional” (WEBER, 2004; 46).

Ante esta ética, para se expandir e garantir a adesão da sociedade, o capitalismo deve acerrar-se de crenças construídas que desfrutam de um grande poder de persuasão na configuração social. Este conjunto de crenças socialmente compartilhadas constituirá o espírito do capitalismo e irá fornecer argumentos morais para a sua justificação. Assim, o espírito do capitalismo se encontra impregnado por produções culturais de diferentes ordens, muitas vezes, provindas do anticapitalismo.

No início do capitalismo moderno, a ética protestante desempenhou este papel moralizante ao desenvolver uma conduta de vida racional, fundada na idéia de trabalho profissional como vocação religiosa. O exercício desta vocação, como cumprimento dos desígnios da providência divina, era uma motivação psicológica para que os indivíduos aderissem ao novo *ethos* de trabalho sistemático e ascético. O poder da ascese religiosa, própria da ética protestante, colocava à disposição trabalhadores prudentes e conscienciosos, que acreditavam cumprir a vontade de Deus (WEBER, 2004). E, ao não se permitir fazer uso hedonista da sua riqueza, estes indivíduos poupavam tudo o que recebiam, favorecendo a acumulação de capital.

Todavia, Weber assinala que já no século XIX o capitalismo moderno, após ter vencido as amarras do tradicionalismo e tornado-se hegemônico, já teria se emancipado

de seus antigos suportes e não necessitaria mais de qualquer força religiosa para se manter.

Um século depois, Luc Boltanski e Éve Chiapello, em *O novo espírito do capitalismo*, estão interessados em investigar quais seriam as ideologias⁴ que justificariam o engajamento no atual estágio do capitalismo, quais aqueles elementos que constituiriam o seu atual espírito.

Nesta obra os autores pretendem resolver um enigma sociológico: como a notável crítica anticapitalista presente nas décadas de 1960 e 1970 se enfraqueceu e deixou o caminho aberto para que a reorganização do capitalismo se estabelecesse sem muitos ruídos.

A década de 1960 foi caracterizada por um movimento social ostensivo que não se restringia à classe operária; um movimento sindical ativo; uma incapacidade patronal de controlar a força de trabalho e a predominância do conceito de classes sociais tanto na literatura sociológica quanto nos discursos políticos. Entretanto, em 1990 houve um refluxo da crítica anticapitalista, e dentre muitos indícios, apontam a transformação dos movimentos sociais que vêm se manifestando, predominantemente, sob a forma de ajuda humanitária, um sindicalismo desorientado e desacreditado, o desaparecimento de referências às classes sociais – a não ser para negar a sua validade empírica e epistemológica - e uma recuperação do controle da força de trabalho, expressa pela diminuição dos conflitos e das greves. Essa inversão não pode ser explicada por nenhuma ruptura política - como um golpe de estado, por exemplo – ao contrário, o que aconteceu, no caso Francês, foi uma continuidade garantida por governos socialistas. O estabelecimento de uma ordem política em que a economia capitalista possa se desenvolver sem encontrar resistências fortes tornara-se realidade. Essa consternação perante o desarme da crítica nos últimos anos e a inquietação frente à degeneração da sociedade e a regeneração do capitalismo foi, segundo os próprios autores, o impulso para elaboração da referida obra.

Os autores aprofundam as reflexões de Weber acerca do espírito do capitalismo, entendendo-o não somente como condição moral para a origem do capitalismo, mas como base intrínseca de justificação e sustentação para o mesmo, e desfiem o complexo tecido que compõe as relações entre o capitalismo e suas críticas.

Boltanski e Chiapello mostram-nos como o espírito do capitalismo conseguiu responder e ao mesmo tempo desarmar as demandas de autenticidade e autonomia elaboradas historicamente pelo que os autores chamaram de crítica *artística ou estética* - que tem como fontes de indignação o mundo industrial, de produção em massa e de uniformização dos modos de vida e têm como inspiradores, principalmente, os membros da escola de Frankfurt - enquanto as exigências da crítica *social* - que está associada mais especificamente à teoria marxista e se caracteriza pela denúncia da miséria social decorrente da exploração, pelo rechaço ao egoísmo dos interesses particulares e burgueses e pelas desigualdades sociais- foram ignoradas. É certo que a crítica artística contribuiu para superar a rigidez das hierarquias burocráticas, no entanto, possibilitou indiretamente a retomada do controle da força de trabalho. Esta retomada se deu através de deslocamentos morfológicos (subcontratações e deslocalizações físicas) jurídicos (flexibilização dos direitos sociais) e inovações organizativas (polivalência das competências, internalização do auto-controle, flexibilização dos horários). A ofensiva contra os sindicatos, a concessão de uma maior autonomia no ambiente de trabalho através da ruptura com as antigas formas de controle hierárquicas e melhorias individualizadas (como, por exemplo, a política de participação nos lucros nas grandes empresas) foram implementadas em troca da seguridade do emprego. O medo constante do desemprego, segundo os autores, foi um fator de grande relevância na aceitação dos novos dispositivos empresariais.

Conforme a análise de Boltanski e Chiapello, o espírito do capitalismo é historicamente forjado no processo de assimilação de parte das críticas anticapitalistas. Essa dinâmica garante a sua sobrevivência, assim como a sua força. Para garantir sua manutenção, o capitalismo necessita ao mesmo tempo incentivar e frear a insaciabilidade da acumulação de capital. O espírito do capitalismo é o meio através do qual esse movimento contraditório pode ser realizado. Ele fomenta a insaciabilidade, que incentiva a acumulação, mas a vincula também às exigências morais que o irão limitar e impor obrigações referentes ao bem comum. Assim, ao fornecer uma justificação moral ao capitalismo, este espírito lhe proporciona, concomitantemente, um *ponto de apoio crítico*. Este ponto de apoio crítico denuncia a distância entre as formas de acumulação e os critérios de justiça social, constringindo o seu processo de

⁴ Estes autores mobilizam o conceito de ideologia de Louis Dumont, que consiste em um “conjunto de crenças inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancorada na realidade”. BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2008).

acumulação. Desta forma, são os movimentos da crítica que dizem ao capitalismo quais são os perigos que o circundam.

“O Capitalismo precisa de seus inimigos, daqueles que ele indigna, daqueles que se lhe opõem para encontrar os pontos de apoio morais que lhe faltam e incorporar dispositivos de justiça que, sem isso, ele não teria nenhuma razão para considerar pertinentes” (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2008).

A crítica constrange os “porta-vozes” do capitalismo a justificar suas práticas em termos do bem comum. Mas a qualidade destas justificações deve acompanhar o alcance social, o poder de persuasão e a credibilidade da crítica. Para serem eficazes as justificações devem estar assentadas em dispositivos que garantam um progresso real em termos do bem comum. Os dispositivos, na conceituação dos autores, são um conjunto de objetos, regras e convenções que estão orientados para justiça, mas sem o desprezo a busca pelo lucro (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2008:59). Desta forma o capitalismo atende parcialmente à crítica, diluindo e oferecendo-lhe um novo sentido associado à exigência da acumulação do capital (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2008:59).

Outra forma de o capitalismo lidar com a crítica sem necessariamente incorporá-la é através dos deslocamentos. Quando o capitalismo se desloca, ele não satisfaz determinadas demandas da crítica, mas tenta evitá-la procurando novas formas de manter seus lucros.

“O capitalismo pode escapar à exigência de reforço dos dispositivos de justiça social tornando-se mais dificilmente decifrável, embaralhando as cartas. Segundo esta possibilidade, a resposta dada à crítica não leva à instauração de dispositivos mais justos, mas sim a transformação dos modos de realização do lucro, de tal maneira que o mundo passa a ficar momentaneamente desorganizado em relação aos referenciais anteriores e num estado de grande ilegibilidade” (BOLTANSKI, CHIAPELLO: 63).

Perante esses rearranjos a crítica permanece, ainda que temporariamente, desarmada, pois não consegue dizer se esse novo estado de coisas lhe foi efetivamente favorável. Vale ressaltar que estes autores se referem ao desarme não da indignação, do aspecto emotivo da crítica, mas sim da crítica como uma retórica argumentativa, articulada.

É importante ressaltar que, diferentemente da conjuntura analisada pelos autores, no caso estudado não houve um arrefecimento da crítica, ao contrário vimos que nos últimos 15 anos ela adquiriu notável força. Todavia, este enquadramento teórico nos

ilumina, porque, assim como os autores analisam a captura de certos elementos da crítica anticapitalista, nós observamos a agilidade e a criatividade com que a Aracruz, e o mundo corporativo em geral, consegue incorporar certos elementos da crítica, devolvendo-os à sociedade sob um novo aspecto.

Estas reflexões também nos ajudam a interpretar a elaboração de programas de “responsabilidade social” ou de “relacionamento com comunidades” enquanto possíveis tentativas de desarme da crítica pela Aracruz Celulose. Sob esta perspectiva entendemos que a legitimidade da Aracruz Celulose foi ameaçada pelo alcance da crítica dos movimentos sociais e, para se justificar, a empresa promove determinadas modificações em algumas de suas práticas frente as comunidades, argumentando que as práticas de outrora eram equivocadas ou ultrapassadas, respondendo assim a algumas críticas e se deslocando frente outras.

1.1 Considerações sobre o lema da Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas:

Nos anos 1990, década em que as grandes companhias estavam em processo de reestruturação produtiva, alguns diretores e especialistas em gestão de empresas associaram as iniciativas de responsabilidade social da empresa com propostas para racionalizar custos, flexibilizar normas e direitos do trabalho, aumentar as vantagens competitivas e administrar os riscos. As repercussões internacionais de alguns indicadores sociais (incidentes de trabalho, trabalho infantil, trabalho forçado, entre outros), ao proporcionarem uma imagem desfavorável, levaram algumas empresas brasileiras a priorizar seu envolvimento em algumas áreas específicas, entre as quais a pobreza, a violência, a educação e a proteção do meio ambiente. Muitas empresas brasileiras utilizaram-se do lema da “responsabilidade social empresarial”, principalmente para consolidar a fidelidade dos consumidores e a aceitação da coletividade (CAPPELLIN, GIULIANI, 2001).

A chamada “responsabilidade social da empresa” foi definida e amplamente divulgada pelo Instituto Ethos como:

“a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as

gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”⁵.

Cappellin e Giuliani (2001) observam que, enquanto há a ênfase em discursos e práticas de tal responsabilidade, várias empresas, diferentes associações e federações empresariais fazem pressão sobre o Estado para que as normas de trabalho e os direitos trabalhistas sejam excluídos da legislação nacional e transferidos para a órbita da negociação coletiva direta. Vista nesse contexto, a responsabilidade social da empresa aparece como uma “abordagem paliativa”, discricionária, a fim de mitigar, utilizando medidas filantrópicas, os danos maiores que acarretam para a sociedade (CAPPELLIN, GIULIANI, 2001).

Tornou-se, assim, parte de uma estratégia mais ampla de legitimidade, uma maneira de limpar a imagem maculada dos empresários e das empresas, considerados por muitos como responsáveis pela concentração da riqueza e pelo caráter cada vez mais especulativo dos investimentos financeiros.

Inspiradas no modelo norte-americano, muitas empresas privadas (nacionais e multinacionais) no Brasil abraçaram a parceria com o terceiro setor, aumentando o número de fundações empresariais, financiando organizações sem fins lucrativos e instituindo setores de responsabilidade social. Nessa conjuntura, a empresa privada, na direção da reforma neoliberal iniciada nos anos 1990, negligencia a rede de reciprocidade social entre emprego e empresas e se direciona para o apoio a iniciativas do terceiro setor, o qual desenvolve programas de assistência social (CAPPELLIN, GIFFONI, 2008).

No que se refere à “Responsabilidade Ambiental Empresarial”, vale lembrar que as modificações nas normas e legislações nacionais e internacionais vêm pressionando a empresa para realizar ajustes em suas unidades produtivas. Segundo Cappellin e Giuliani (2001) nos anos de 1980, as pressões do ativismo ambientalista influenciaram a Constituição de 1988 e levaram ao empresariado um novo contexto político com relação ao meio ambiente, então inexistente neste grupo social. A nova Constituição estendeu, por exemplo, a todos os cidadãos o direito de mover ação civil para impedir uma atividade que poderia causar danos ambientais. No plano internacional, a conferência mundial promovida pelas Nações Unidas no Rio de Janeiro em 1992 proporcionou a

⁵ Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx. Acesso em 5/06/2010.

legitimação de convenções para regular uma série de relações no comércio internacional (certificações, códigos de conduta, protocolos internacionais, etc.) que estabeleçam novos padrões para o comportamento empresarial. Outro marco importante foi o estabelecimento das leis de crimes ambientais, em 1998, com essa legislação, pessoas físicas podem ser processadas e condenadas criminalmente quando perpetrarem alguma conduta criminosa contra a flora, a fauna, patrimônio cultural e ecológico e danos provocados pela poluição.

Entretanto, o caráter pró-ativo das iniciativas empresariais poderia ser entendido, segundo Giuliani, (2008) sob a lógica das inovações tecnológicas, buscando auferir uma posição competitiva no mercado. Tais iniciativas são, de acordo com Giuliani (2008), repletas de ambiguidade, pois os líderes empresariais que justificam a adoção da responsabilidade ambiental pela necessidade de se conservar os ecossistemas naturais e promover o “*desenvolvimento sustentável*” são os mesmos que criticam legislações ambientais mais restritivas e, quando tentam convencer seus pares a adotar certas iniciativas de responsabilidade ambiental, evocam somente vantagens comparativas e posicionamento no mercado (GIULIANI, 2008). As iniciativas de responsabilidade ambiental e social, como programas sociais, códigos de conduta, projetos ambientais, são vistas como novas regras que afetariam a hierarquia das formas institucionais. Tais regras seriam “*soft laws*”, porque possuem um caráter eminentemente voluntarista (BODET E LAMARCHE; 2007 *apud* GIULIANI, 2008). Essa reflexão explicaria a insistência das empresas – e do mundo corporativo em geral – em manter unidas estas duas “responsabilidades”, pois com esta união associa-se a flexibilidade e discricionariedade típicas das práticas de responsabilidade social, pelo menos no Brasil, com o maior controle no campo ambiental, exercido pelas leis sobre a produção empresarial, presente nas origens da idéia de responsabilidade ambiental (GIULIANI, 2008):

“Vale dizer, a lógica que orienta a responsabilidade social das grandes empresas, como reforço para as justificações do crescimento em termos de ‘progresso’ e ‘modernização’, engloba dentro de si a responsabilidade ambiental, a submete aos interesses corporativos e a usa para empalmar leis e normas coletivas no campo ambiental” (GIULIANI, 2001).

De outro lado, alguns autores, como Abramovay (2007), entendem os programas de “responsabilidade socioambiental” como avanços da empresa capitalista frente às demandas sociais. Este autor sugere que estariam acontecendo profundas

transformações nas empresas capitalistas, que, por preconceitos e reducionismos, ainda não granjearam a devida atenção. Em suas palavras:

“A crítica à própria possibilidade de as empresas responderem a exigências socioambientais que estejam além daquilo que impõe a legislação se apóia, em última análise, na idéia de que, no capitalismo, a economia funciona por estar, de alguma maneira, separada da sociedade, livre de suas pressões. E, quando a sociedade resolve manifestar-se na esfera econômica, na vida das empresas e no funcionamento dos mercados, o resultado só pode ser demagogia (versão à esquerda) ou má alocação dos recursos (versão liberal)”.⁶

A questão social e ambiental, na visão de Abramovay, deixa então de ser um limite para a expansão e a manutenção dos negócios ou um problema exterior aos interesses corporativos para tornar-se intrínseca à empresa. Para o autor, existe um processo de incorporação das aspirações e das pressões sociais pelas empresas capitalistas. O “Socioambiental” seria visto, atualmente, como componente estratégico, “do qual depende a integridade de qualquer organização contemporânea”.⁷

A partir da pesquisa de Godard e Hommel (2001), Abramovay afirma que as empresas não apenas tenderiam a cumprir a legislação ambiental como iriam além dela, buscando antecipar os anseios da sociedade. Thierry Hommel chamou este fenômeno de “gestão antecipada da contestabilidade”:

“Assim, (as empresas) são levadas a organizar o que chamam de ‘gestão antecipada da contestabilidade’: os lucros de uma grande empresa dependem da legitimidade e da credibilidade social que inspira. É muito mais que uma questão de marketing ou de imagem. Existem sistemas de legitimidade que permitem justificar as ações empresariais e cuja ausência amplia de forma extraordinária a incerteza de seu horizonte futuro. O que está em jogo vai além das disposições morais de cada empresário individual: o importante é que há fenômenos sociais que interferem na própria organização industrial”. (ABRAMOVAY, 2009)

Esta análise é, segundo Abramovay, um convite para entender os mercados e as empresas como estruturas sociais permeáveis às constantes intervenções da sociedade. Para o autor, as mobilizações sociais não sofreram um arrefecimento nem tampouco suas demandas estariam sendo negadas ou manipuladas, mas apenas absorvidas sob novas formas e com a participação de novos atores, como a empresa capitalista:

“o tão propalado ceticismo contemporâneo que constata, desolado, o acanhamento dos movimentos sociais e uma espécie de conformismo

⁶ “Oposições à empresa verde”. Por Ricardo Abramovay, para o Valor, de São Paulo, 30/11/2007.

⁷ “A dimensão estratégica da responsabilidade socioambiental”. Por Ricardo Abramovay. Valor Econômico, 19/09/2008.

generalizado talvez não seja verdadeiro. O mais provável é que as aspirações e as demandas sociais estejam fluindo por canais menos espetaculares que os das grandes manifestações de massa, mas chegando a transformar dimensões cotidianas essenciais da vida social” (ABRAMOVAY, 2009).

Abramovay cita o estudo de Hoffman acerca do surgimento do ambientalismo corporativo nos Estados Unidos para reafirmar essa permeabilidade das pressões sociais nas empresas:

“ele (Hoffman) mostra a organização empresarial como campo social, permanentemente atravessado pela ação de militantes, pelas decisões do governo e pela própria reputação da firma. As escolhas das empresas não envolvem apenas seleção de tecnologias, preços e procedimentos produtivos, mas também a maneira como vão relacionar-se com as dimensões socioambientais do que fazem” (ABRAMOVAY, 2009).

Nesta análise os programas de responsabilidade social e ambiental são entendidos como um acordo legítimo de coesão social, a fim de contornar os problemas da dinâmica capitalista, interpretando-os como residuais e não como inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista (MENEZES, 2010).

A fim de compreender a relação entre a crítica, os programas de “Responsabilidade Social” ou “Sócio-Ambientais”, e o processo de legitimação da empresa analisaremos o caso da Aracruz Celulose S/A no norte do Espírito Santo e suas estratégias frente às críticas dos movimentos sociais.

CAPÍTULO II

A EMPRESA

1.1 A organização do Mercado Mundial de Celulose

Os principais países produtores de celulose durante a década de 1970 eram os Estados Unidos, o Canadá, a Suécia, o Japão e a Finlândia (DALCOMUNI, 1990). Todavia, naquela década iniciou-se um processo de redefinição geográfica na organização do mercado mundial desta *commodity*, diminuindo progressivamente o número de indústrias no hemisfério norte e aumentando nos países do sul (LOBINO, 2008). Esta mudança está diretamente relacionada à desigualdade Norte-Sul nos padrões globais de produção e consumo. O aumento do consumo *per capita* de papel na Europa, nos Estados Unidos e no Japão tem relação direta com o plantio de milhões de hectares de eucaliptos nos países do hemisfério Sul. O consumo de papel por um indivíduo de Bangladesh é de, em média, um quilo por ano; no Brasil esta média sobe para 27 quilos *per capita*. Entretanto, o consumo médio no Japão e nos Estados Unidos chega a 222 e 308 kg anuais de papel, respectivamente (PÁDUA, 2005).

Entre os maiores produtores mundiais de celulose estão a China e o Brasil:

País	Toneladas produzidas
1º Estados Unidos	51.479
2º China	21.477
3º Canadá	20.299
4º Brasil	12.697

Fonte: BRACELPA. Maiores Produtores Mundiais de Celulose e Papel, 2008.

Menos expressivos na atual produção desta *commodity*, mas em constante crescimento, estão países como o Chile, a Indonésia e a Índia. Segundo previsões do pesquisador inglês Chris Lang (2008), em cinco anos a indústria mundial de celulose atingirá uma capacidade de produção de mais de 25 milhões de toneladas, uma média de cinco milhões de toneladas de celulose por ano. Esta expansão global da indústria de celulose tem o seu foco nos países do Sul. A capacidade de produção nestes próximos anos está concentrada principalmente no Uruguai, Brasil, Indonésia, Austrália e China (LANG,2007: 26).

Alguns números confirmam a crescente migração das empresas rumo aos países do Sul: desde 1996, 73% do crescimento da capacidade de produção de celulose está concentrado no Brasil, Chile e Indonésia. Esta capacidade de produção, entre 1996 e 2003, diminuiu 1,6% na América do Norte, enquanto na América Latina e na Ásia cresceram 27,2% e 76,4 %, respectivamente (LANG, 2008: 12). O comunicado oficial da empresa sueco-finlandesa Stora-Enso, no *Financial Times*, em 2005, confirma esta tendência: “*Were it not for labour unions at home, we would be moving all of our production capacity to countries like Brazil*”(LANG, 2008).

Entre 1991 e 2006 foram fechadas 227 empresas na Europa e cerca de 130 mil trabalhadores foram despedidos. Não obstante esta diminuição, a capacidade total de produção de celulose na Europa cresceu de 38,7 milhões de toneladas em 1991 para 46,8 milhões de toneladas em 2006 (LANG, 2008). Ao processo de reestruturação produtiva ocorrido nas indústrias de celulose deste continente aliou-se a transferência da capacidade de produção para países latino-americanos⁸ que possuem as chamadas “vantagens comparativas.”

Chris Lang enumera algumas razões para a expansão destas indústrias no Sul, a saber: o crescimento rápido das árvores nos trópicos, possibilitando rotações de plantios em períodos mais curtos que em países do Norte; as regulações ambientais menos restritivas; o baixo preço da força de trabalho; legislação e subsídios governamentais (pois em muitos países do Sul as áreas de plantios de eucalipto cresceram sob governos ditatoriais que forneceram altos financiamentos e legislação propícia ao setor).

Além desses motivos, a questão energética também é fundamental, pois a indústria de celulose e papel exige grande quantidade de energia, assim os diferenciais de custo energético são essenciais para a alocação destes empreendimentos. Nos países do Norte aumentaram os custos da energia necessária para produzir uma tonelada de celulose, o que acarreta diversos problemas para a indústria, pois segundo Frits Beurskens, da Confederação de Indústrias de Papel da Europa: “*Energy is the biggest*

⁸ As maiores empresas de maquinários para a indústria de celulose e papel são finlandesas e alemãs. A finlandesa Ponsse Oyj e a sueca Volvo firmaram um acordo de cooperação em 2006 para atuar no mercado de máquinas florestais da América Latina e, segundo Arto Tiitinen, presidente mundial da Ponsse: “*As empresas de papel e celulose têm feito fortes investimentos na América do Sul. É a região com maior potencial de expansão no mundo*”. ⁸ A Volvo já fornece escavadeiras para extração de madeira às empresas de celulose como Aracruz, Veracel e Votorantim. Disponível em: Valor Online, 17/04/2006. Acesso em: 5/01/2009

single issue affecting the competitiveness of European industry today, including the paper industry” (LANG; 2008:13).

Quanto a regulações ambientais, em 1990, a indústria de celulose e papel da América do Norte e da Europa Ocidental destinaram respectivamente 54% e 26% de seus gastos totais em novos equipamentos para se adequar à legislação ambiental: *“La empresa International Paper afirma que estas normas le costarán a la empresa más de US\$ 1.000 millones en mejoras de sus instalaciones en un período de tres años”* (LANG, 2008:13).

De acordo com Thomas Jorling, da International Paper, em 2004, nos países do Norte os padrões ambientais são essencialmente os mesmos, mas: *“In developing countries where they don’t have regulations yet for some types of substances that Westernized countries do”* (LANG, 2008:14).

Uma diferença relevante para as escolhas destas empresas é o tempo esperado para obter licenciamentos ambientais, continua Jorling: *“Permits can be achieved in a much more rapid time outside the U.S. The average time now for a major capital permit in the U.S. is three years, whereas in Europe it’s probably six months and in Brazil it’s a couple of weeks. In those countries, you don’t tie up capital waiting for permits”* (LANG, 2008: 14).

Além disso, o baixo preço das terras no Sul influencia diretamente o preço da madeira: *“Land is cheap in both Brazil and Chile, generous government subsidies encourage reforestation, and trees grow faster there than almost anywhere else in the world”* (LANG, 2008:13).

O custo para se produzir uma tonelada de celulose na fábrica Veracel, localizada no estado da Bahia, é de US\$ 120; nas indústrias da América do Norte este valor é de US\$ 320, e na Escandinávia de US\$ 400 (LANG, 2008: 12). Esta diferença nos preços é explicada pela taxa média de crescimento de espécies como pinus e eucalipto. As plantações de pinus no Sul apresentam taxas altíssimas de crescimento. Enquanto nos Estados Unidos a taxa de produtividade é de 2,6 metros cúbicos por hectare/ano, na Índia a produtividade é de 6 metros cúbicos, e no Brasil de 60 metros cúbicos por hectare/ano (LANG, 2008:12).

A tabela seguinte mostra que o custo de produção da celulose no Brasil , em 2004, equivale a menos que a metade dos custos das empresas norte-americanas e dos países europeus⁹:

País	Custo de produção US\$/t
Brasil	142
Canadá	294
Estados Unidos	300
Finlândia	306
Suécia	313
Portugal e Espanha	342

O Brasil se destacou no cenário da expansão produtiva de eucalipto e *pinus* pela facilidade na compra de terras pelas empresas para a plantação de eucalipto, pelas condições ecológicas que permitem o crescimento da planta em apenas sete anos, baixos custos de energia elétrica. A esses fatores acrescentam-se mão de obra barata, uma legislação ambiental pouco restritiva, vastas áreas sem legalização fundiária, estímulo de instituições multilaterais como a FAO, bem como incentivos do governo federal para exportação (TOSTA 1994; FERREIRA, 2002).

A história da indústria de celulose no Brasil pode ser dividida em duas fases. A primeira é marcada pelo Plano de Metas (1956-60), período em que se constitui este setor através do desenvolvimento das indústrias de base, e a segunda pelo I Programa Nacional de Papel e Celulose, de 1974, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-79). Na primeira fase o setor cresceu mais de 100% em dez anos (1955-1965) auxiliado pelo aporte de recursos do BNDE e de capital estrangeiro, principalmente Canadá, EUA e Finlândia. Citaremos aqui algumas das mais importantes

⁹ Disponível em: www.celuloseonline.com. Acesso em: 5/01/2009. O baixo custo de produção da celulose nos países do sul é tema de estudos e seminários em países do Norte. A Academia Sueca de Agricultura e Silvicultura organizou em abril de 2007, em Estocolmo, o seminário “*Tilting forest industries from North to South*” com o objetivo de discutir as novas tendências de migração da indústria sueca de plantios de árvores e produção de celulose para países do hemisfério Sul. O movimento mundial pelas florestas tropicais (WRM), que esteve neste seminário, reporta que “*Varios oradores destacaron el fantástico desempeño de las plantaciones de eucalipto en Brasil, que producen diez veces más madera por hectárea que los bosques suecos, lo que hizo afirmar a un orador que ‘si quieren que los árboles crezcan rápido, hablen portugués.*” Segundo o boletim do WRM, países como Angola, Brasil, Chile, Moçambique e Uruguai foram classificados como ‘*países de bajo costo*’ para plantações de árvores e construção de fábricas de celulose. Fonte: Boletín N° 118 do WRM, maio de 2007. Disponível em: www.wrm.org.uy. Acesso em: 5/01/2009.

políticas governamentais que beneficiaram diretamente as empresas de papel e celulose: o Código Florestal (Lei nº 4.771 de 1965), que apoiava a formação de plantações homogêneas para o consumo das empresas; a Lei nº 5.106 de 1966, a qual estabelecia um novo sistema de incentivos fiscais para o reflorestamento, em que os interessados poderiam descontar do Imposto de Renda devido (até o limite de 50%) a quantia aplicada em plantações de eucaliptos; a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967, órgão cujo objetivo era a coordenação da exploração e comercialização da madeira, do plantio das árvores e da proteção ambiental; a entrada no mercado de trabalho da primeira turma de Engenharia Florestal, fruto de um acordo entre a FAO e o IBDF, que fomentava a qualificação da mão de obra para este setor (LOBINO, 2008).

A segunda fase, a partir de 1970, é marcada pela autossuficiência da produção de celulose. O PNPC estabelecia vultosos investimentos do BNDE e fomentava a instalação de parques industriais, buscando ampliar o consumo interno e a exportação do papel e da celulose (DALCOMUNI, 1990; LOBINO, 2008).

Vale lembrar que a ação do Estado Brasileiro não se restringia ao financiamento de tais empreendimentos com os recursos do BNDE ou o incentivo através de legislações favoráveis. O BNDE atuava muitas vezes como sócio destes empreendimentos, participando diretamente, por exemplo, através da Companhia Vale do Rio Doce e da Aracruz Celulose.

O Estado Brasileiro, através do BNDES, continua sendo o principal financiador deste setor. De acordo com dados do banco, os investimentos no setor devem atingir cerca de R\$ 20 bilhões de 2007 a 2010, dos quais R\$ 11,7 bilhões serão por ele financiados. Cabe ressaltar que, entre os anos de 2002 e 2005, as empresas de celulose e papel obtiveram R\$ 9,1 bilhões do BNDES.¹⁰

Interessante notar que já no primeiro trimestre de 2010 o BNDES Participações (BNDESPar) vendeu em torno de R\$ 500 milhões em ações ordinárias da Fibria, em operações na Bolsa de Valores.¹¹ Isso se explica pela recuperação do mercado mundial de celulose que fez com que os papéis da Fibria tivessem uma valorização de quase 120%. A venda destas ações não altera, ainda, a composição acionária da empresa mas, segundo o acordo de acionistas, até 2014 o BNDES poderá se desfazer de todas as ações

¹⁰ Investimento mira expansão de capacidade. 30/04/2007. Disponível em: www.valoronline.com.

¹¹ BNDES vende R\$ 500 milhões em ações da Fibria. André Vieira, Portal iG, São Paulo. 15/04/2010.

da Fibria. A partir desta informação vemos como o BNDES integra ativamente a aliança memorável, da qual nos fala Fiori (2008), entre o Estado e os capitais privados.

O apoio político que o Estado oferece também tem sido fundamental para a garantia da lucratividade do setor. Durante o primeiro mandato do Presidente Lula foi lançado o Programa Nacional de Florestas (2004-2007). Esta iniciativa tinha como objetivo promover o aumento dos plantios de eucalipto e *pinus* através de diversas medidas, entre elas: a revisão de legislações e a criação de linhas de crédito para o setor. A criação deste programa foi justificada pelo aumento da demanda de madeira para diversos fins, inclusive a celulose. Este quadro tenderia a provocar o que os empresários e o governo chamaram de apagão florestal¹², que transformaria o Brasil em um grande importador de madeira. Conforme o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, este programa “conseguiu ao mesmo tempo reduzir a burocracia para o setor, incentivar o plantio e ainda proteger as nossas matas nativas”.¹³

Em 2005, quando se comemoravam os 100 anos das “florestas plantadas” no Brasil, foi lançado o programa de investimento florestal para o fomento dos plantios homogêneos, resultado de um acordo de cooperação técnica entre os ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, que previa a liberação de financiamentos pelo Banco do Brasil até 2010. Neste mesmo período foi criado, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Fórum Nacional Socioambiental do Setor de Florestas Plantadas.¹⁴ O objetivo deste Fórum era estabelecer um espaço de debate

¹² Conforme a então ministra do meio ambiente, Marina Silva: “Em 2002, estávamos colhendo 500 mil hectares de florestas e plantando pouco mais de 320 mil. O quadro era de eminência de um apagão florestal. Foi neste quadro dramático que, ao assumirmos o governo em 2003, o Programa Nacional de Florestas virou uma das prioridades do presidente Lula”. Evento comemorativo de 100 Anos de Florestas Plantadas no Brasil. Organizado pela Associação Brasileira de Florestas Plantadas (ABRAF), 30 de março de 2005. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/100anos/pronunciamento-marina.asp>. Acesso em: 5/01/2009.

¹³ Pronunciamento no evento comemorativo de 100 Anos de Florestas Plantadas no Brasil. Organizado pela Associação Brasileira de Florestas Plantadas (ABRAF), 30 de março de 2005. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/100anos/pronunciamento-lula.asp>. Em entrevista à revista Isto É Dinheiro, em 2007, o Presidente Lula anunciou mais uma vez o seu apoio ao setor: “Eu quero conversar com os empresários da área de papel e celulose. O Brasil tem que ser líder mundial nesse mercado por uma razão simples. Nós temos todas as vantagens comparativas.”. Bracelpa News. Celulose e papel: setor é prioridade para presidente Lula. Por Elizabeth de Carvalhaes. Ano XIII – nº 663 – cinco de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br/bra/news/pdf/663.pdf>. Acesso em: 5/01/2009.

¹⁴ O Fórum Nacional Socioambiental do Setor de Florestas Plantadas (Fonaplan) foi criado por meio da Portaria MMA Nº 85, de 31 de março de 2005 Para mais detalhes: <http://www.abraflor.org.br/documentos/100anos/Portaria85-MMA.pdf>. Acesso em: 2/05/2010.

sobre os projetos e as ações referentes à: “adoção de procedimentos operacionais que valorizem continuamente os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais”¹⁵ das “florestas plantadas”.¹⁶

Atualmente está sendo produzido pelo Governo Federal um novo Plano Nacional de Florestas Plantadas. A primeira apresentação pública deste programa foi feita pelo assessor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Décio Gazzoni, no Fórum Internacional do Agronegócio Florestal, em abril de 2010. De acordo com ele, “o programa prevê políticas de incentivo ao aumento da área com cobertura de florestas plantadas, apoiando especialmente a implantação em regiões hoje degradadas, para que o Brasil atinja a liderança mundial em produtos florestais”.¹⁷

Existem no Brasil 220 empresas de celulose e papel localizadas em 17 estados, formando uma base de plantios de dois milhões de hectares. As principais empresas deste setor no Brasil são: a Fibria Celulose e Papel (união entre Votorantim Celulose e Papel e Aracruz Celulose), Suzano Papel e Celulose, Klabin S.A., Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra), International Paper do Brasil Ltda e Veracel Celulose AS (união entre Fibria, ex-Aracruz Celulose e Stora-Enso).

O setor de celulose foi um dos mais abalados pela crise mundial de 2008 e 2009; entretanto, segundo dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), os estoques mundiais de celulose em níveis baixos e a demanda em alta mantiveram aquecidos os preços da celulose no mercado internacional, permitindo que o setor se recuperasse rapidamente. A tonelada da celulose no mercado internacional atingiu US\$ 840 em abril de 2010, o dobro do mesmo período em 2009.¹⁸ Neste cenário, o Brasil produziu 13,4 milhões de toneladas de celulose em 2009 e cresceu 6% com relação a 2008.¹⁹ Conseguiu ainda aumentar suas exportações em 16,9%. Conforme análise da

¹⁵Disponível

em:<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=5&idMenu=3567>. Acesso em: 2/05/2009.

¹⁶ Não conseguimos encontrar informações sobre a continuidade das discussões deste fórum.

¹⁷ Disponível em: <http://www.portalflorestasedesign.com.br/noticias/?noticia=205>. Acesso em 2/05/2010

¹⁸ Alta da celulose foi tema do Fórum Florestal. Publicado em 15/04/2010. Disponível em: <http://www.celuloseonline.com.br/noticias/Alta+da+celulose+foi+tema+do+Frum+Florestal>. Acesso 2/05/2010.

¹⁹Disponível em:

http://www.bracelpa.org.br/bra/releases_bracelpa/SRN_Chemical_Market_Pulp_Forecast_Mar_2009.PDF. Acesso em 02/05/2010

Bracelpa, esses dados indicam que, mesmo com as perdas financeiras que acometeram as empresas brasileiras de celulose, o país se mostra competitivo em relação aos concorrentes internacionais.

2.2 Aracruz Celulose S/A: 1967-2008

A Aracruz Celulose se beneficiou diretamente das legislações favoráveis aos plantios de eucalipto, assim como dos altos financiamentos do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Em 1975, o BNDE arcou com 45% do total do financiamento, de US\$ 337 milhões (32% em financiamento do BNDE e 13% da Agência Especial de Financiamento Industrial, FINAME) à Aracruz Celulose. O restante do financiamento foi composto por 36% de capital próprio e 19% de financiamentos externos (DALCOMUNI, 1990: 200). O então presidente do BNDE, Marcus Palmeira Viana, disse que a Empresa recebeu “[...] *o maior financiamento já concedido pelo BNDE a uma única empresa privada*” (LOUREIRO, 2006).

Para realizar um histórico acerca da implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo é preciso resgatar o papel da empresa de consultoria Economia e Engenharia Industrial S.A. (Ecotec) na formação desta empresa. Desde a década de 50 a Ecotec atuava no Espírito Santo e elaborava estudos técnicos para projetos infraestruturais destinados ao governo estadual e estudos sobre diversificação econômica para a Companhia Vale do Rio Doce, sendo uma das linhas de estudo para a CVRD a exploração de plantios comerciais com eucalipto (DALCOMUNI, 1990). O técnico da Ecotec em 1966 e futuro executivo da Aracruz, Leopoldo Garcia Brandão, foi designado para fazer estudos sobre o mercado de celulose a fim de estruturar uma empresa deste setor. A partir dos resultados dos primeiros estudos desenvolvidos, a Ecotec identificou um quadro de estagnação na produção mundial de celulose devido a uma incapacidade da oferta em atender à crescente demanda por esta matéria-prima (LOUREIRO, 2006). Desta maneira, uma articulação inicial de onze empresários contratou novos serviços da Ecotec para realizar estudos de localização dos plantios de eucalipto para a produção de celulose no Espírito Santo:

“De acordo com tais estudos, foi selecionado o município de Aracruz, alegando condições edafo-climáticas favoráveis ao desenvolvimento de florestas de eucalipto, por representar uma região de atividades economicamente inexpressivas, topografia plana favorável à mecanização, privilegiada

localização quanto ao sistema viário, próximo ao principal polo de desenvolvimento do Estado, Vitória, e próximo ao mar, o que facilitaria a construção de porto para exportação do produto” (DALCOMUNI, S. M. 1990. p. 188).

O resultado dessa articulação de interesses empresariais foi a promulgação da Lei nº 5.106, de 02/09/66, que criava amplos incentivos fiscais para o chamado “reflorestamento”. Essa articulação foi liderada por Antônio Dias Leite Jr., considerado pelo ex-governador do Espírito Santo Arthur Carlos Gehardt Santos como o pai da legislação sobre incentivos fiscais ao reflorestamento (DALCOMUNI, 1990:164). O norueguês Erling Loretzen, idealizador do projeto Aracruz e presidente da empresa nos anos iniciais, conta que os próprios sócios da Ecotec, como Dias Leite Jr., planejavam construir uma empresa que plantasse eucaliptos e os exportasse para o Japão. Em entrevista realizada pela própria Aracruz ele afirma que foi ao Espírito Santo:

*“conhecer a região, que estava bem abandonada e tinha uma grande área não utilizada. (...) Optamos por ficar o mais próximo possível do mar, para viabilizar a exportação (...). Recebemos muito apoio de Primo Bitti (então prefeito de Aracruz), um entusiasta de investimentos em seu município”.*²⁰

Segundo a diretoria da empresa:

*“A justificativa básica da localização do Projeto Aracruz, neste Estado, foi confirmada na prática, e consolidada pela cordialidade, flexibilidade, inteligência e capacidade de progredir no trabalho, características positivas da população do Espírito Santo”.*²¹

Uma vez definida a localização dos plantios, foi fundada a Aracruz Florestal S/A no dia 25 de janeiro de 1967 no município homônimo no Espírito Santo. Os primeiros plantios de eucalipto da Aracruz foram feitos naquele mesmo ano nos municípios de Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra, no litoral norte do Espírito Santo (DALCOMUNI,1990).

A primeira fábrica do processo industrial paraquímico da Aracruz Celulose S/A foi inaugurada em 1978, em Aracruz, com a presença do então presidente, Ernesto Geisel. A unidade industrial tinha capacidade para produzir 450 mil toneladas de

²⁰ Publicação comemorativa dos 40 anos da Aracruz Celulose. Disponível em: www.bemderaiz.com.br/.../aracruz_em_revista_especial_40anos.pdf

²¹ Trecho da Palestra *Complexo paraquímico do Estado do Espírito Santo*, proferida por Leopoldo Garcia Brandão, do Grupo Aracruz, no Fórum Nacional de Oportunidades Industriais de Espírito Santo, realizado em Vitória, em 6 de março de 1975. p.1. In: *Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto 2002*, p.9.

celulose por ano. Em 1991, entrou em operação a fábrica B, com capacidade para produzir 550.000t/ano. Seis anos depois, em 1997, a empresa realizou um projeto de modernização das duas fábricas, que elevou a capacidade produtiva da empresa para 1,3 milhão de t/ano. Em 2002, foi inaugurada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso a fábrica C, com capacidade anual para produzir mais 700.000t/ano de celulose. A Fábrica C obteve um financiamento do BNDES de 1 bilhão de reais (US\$ 364.000.000). Estas três fábricas integram a unidade produtiva de Barra do Riacho, com capacidade nominal para produzir 2,3 milhões de toneladas de celulose por ano.

Segundo dados de 2008, a Aracruz produz 24% de celulose de eucalipto no mercado mundial.²² Através do Portocel, único porto especializado em celulose do país, de propriedade conjunta da Aracruz (51%) e da Cenibra (49%), a empresa exporta 98% de sua produção.²³ Esta celulose é destinada à fabricação de papéis sanitários (59%), papel para imprimir e escrever (23%) e papéis especiais de alto valor agregado (18%). No Relatório de Sustentabilidade da empresa, de 2005, são citadas como clientes as empresas fabricantes de papéis sanitários Kimberly Clark e Procter & Gamble. A empresa alemã Felix Schoeller também importa celulose da Aracruz para produzir papel fotográfico, que é fornecido para empresas como a Kodak.

De acordo com dados de 2007 a empresa possui 286.100 hectares (ARACRUZ, 2007) de plantios de eucalipto e suas áreas estão separadas por três grandes núcleos: 1) a Regional Aracruz, composta pelos municípios de Aracruz, Fundão, Linhares e Serra; 2) a Regional São Mateus: Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário, Pinheiros, Rio Bananal, São Mateus, Sooretama e Vila Valério, somando 105.300 hectares; e 3) a Regional Sul da Bahia: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Mucuri, Nova Viçosa, Teixeira de Freitas, Prado, Veredas, com 98.600 hectares referentes aos plantios na Bahia e 7.300 hectares referentes aos plantios na região de Nanuque, Minas Gerais. No Rio Grande do Sul a empresa possui 74.9000 hectares de plantações de eucalipto.

O Grupo Aracruz Celulose era composto por seis empresas, responsáveis por todo o seu processo de produção: Aracruz Celulose (a *holding* do sistema), Aracruz Florestal (responsável pelo setor florestal), Aracruz International e Aracruz Trading (responsáveis pela relação com os mercados externos), Portocel (encarregada do

²²Conforme mencionado na Introdução desta dissertação utilizaremos o nome Aracruz Celulose bem como os dados da Aracruz Celulose até 2009. Disponível em: www.aracruz.com.br. Acesso em 10/04/2009

²³www.aracruz.com.br. Acesso em 02 de fevereiro de 2009.

Terminal portuária de Barra do Riacho) e Aracruz Corretora de Seguros. Como uma estratégia de diversificação dos negócios da empresa, a Aracruz fornece ainda, em associação o grupo Weyerhaeuser dos EUA, produtos sólidos de madeira provenientes dos plantios de eucalipto. Esta produção destina-se às indústrias de móveis do Brasil, mas principalmente do exterior, e sua unidade industrial está localizada no extremo sul da Bahia.²⁴ Até início de 2009 os grupos Safra, Lorentzen e Votorantim detinham, cada um, 28% do capital acionário da empresa Aracruz Celulose, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 12,5%.

Nos últimos vinte anos, por meio de ganhos do processo produtivo, a Aracruz registrou uma média de crescimento de 9,4% ao ano na sua fabricação de celulose. Este crescimento só foi possível porque a empresa construiu duas novas plantas industriais no Espírito Santo, as fábricas B e C, comprou uma planta no Rio Grande do Sul, em Guaíba em 2004,²⁵ e se uniu à sueco-finlandesa Stora-Enso na *joint-venture* Veracel Celulose, em Eunápolis, BA.

2.3 Fibria Celulose e Papel

Em 2009 o grupo Votorantim Celulose e Papel (VCP) anunciou a compra de 28,03% da Aracruz, que pertenciam às famílias Lorentzen, Moreira Salles e Almeida Braga (Arapar) por R\$ 2,71 bilhões.²⁶ Em abril do mesmo ano, adquiriu as ações que pertenciam ao grupo Safra (Arainvest). Esta compra estava sendo realizada em meados de 2008 quando vieram à tona as perdas financeiras da Aracruz, devido a especulações com derivativos cambiais, ocasionando um prejuízo de US\$ 2,13 bilhões. A compra foi então adiada pela VCP, mas no início de 2009, após negociações realizadas pela Aracruz para o pagamento da dívida e a contribuição do BNDES, que desembolsou R\$ 2,4 bilhões dos recursos do fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a compra foi concluída, com custo total de R\$5,6 bilhões. O presidente do BNDES, Luciano

²⁴ Disponível em: www.aracruz.com.br. Acesso em: 02 de fevereiro de 2009.

²⁵ A Fibria concluiu a venda da unidade Guaíba, terras, plantações e instalações produtivas, para a empresa Chilena CMPC S.A em dezembro de 2009. Disponível em: http://fibria.foinvest.com.br/ptb/285/Fibria_Item%2010%20e%20Anexo%209_1_II.pdf Acesso 10/05/2010.

²⁶ A Votorantim Celulose e Papel já havia feito a oferta de compra da empresa antes da crise, mas manteve o preço da oferta mesmo depois do prejuízo para não ter que arcar com uma multa de um bilhão de reais estabelecida no acordo fechado entre os acionistas de VCP e Aracruz no meio de 2008. Esta decisão provocou muitas críticas por parte dos acionistas minoritários. *Mercado critica compra da Aracruz pela VCP* 21/01/2009. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/carreira/mercado-critica-compra-aracruz-pela-vcp-416327.html>

Coutinho, assim justificou a viabilização da operação: *“Não podemos ficar de braços cruzados e deixar as empresas se estourarem. Em vez de deixar as empresas se espatifarem, o nosso objetivo é que elas tenham um papel objetivo no contexto global”*.²⁷

Em setembro de 2009 foi apresentada ao mercado a nova empresa, Fibria Celulose e Papel. Atualmente a Votorantim possui 29,3% das ações da Fibria, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) 34,9% e os outros 35,8% são ações no mercado.²⁸ Foram unificados os comitês financeiros, de recursos humanos, de diretoria e de sustentabilidade. Com a incorporação pela Votorantim, a Fibria possui hoje cinco fábricas de celulose: a unidade Barra do Riacho, agora denominada Aracruz, no Espírito Santo; duas em Jacareí, São Paulo; uma em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul; e metade das ações da Veracel, na Bahia. Possui ainda mais duas empresas de papel, em São Paulo. Sua capacidade produtiva é maior que seis milhões de toneladas de celulose e papel por ano e possui receita líquida anual de R\$ 6 bilhões, considerando os resultados alcançados até junho/2009 pela Aracruz e pela VCP.

A área de monocultivos da empresa é de 1,3 milhões de hectares distribuídos em seis estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Bahia.

²⁷ Vôo às cegas. Por Míriam Leitão e Leonardo Zanelli. 23.1.2009. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/miriam/post.asp?t=voo-as-cegas&cod_Post=155779&a=496. Acesso em: 10/04/2010

²⁸ Disponível em: www.sbs.com.br. Acesso: 28/08/2009

2.4 A implantação da Aracruz Celulose na percepção dos atores locais

As estratégias utilizadas pela Aracruz Celulose para se implantar no norte do Espírito Santo já foram objeto de diversos estudos acadêmicos; segundo estes, a chegada da empresa engendrou profundas mudanças na região norte do Espírito Santo (Ver: FERREIRA, 2002; SALOMÃO, 2006; LOUREIRO, 2006; BARCELLOS, 2008; LOBINO, 2008; MARACCI, 2008). A quantidade de material produzida sobre este período é grande e incorreríamos em pretensão tentar resgatá-lo em sua totalidade. Neste item, mencionaremos apenas as estratégias territoriais mais utilizadas pela empresa, conforme as entrevistas realizadas e a bibliografia disponível.

É importante dizer que, durante a dissertação, utilizaremos a noção de território baseada, principalmente, na definição de Becker (1983); Raffestin (1993); Haesbaert (2002). Estes autores foram escolhidos porque auxiliam-nos a pensar o território enquanto um constructo social, mediado por relações de poder. Conforme a conceituação de Raffestin, quando os atores sociais se apropriam, concreta ou simbolicamente, de um espaço geográfico, eles o territorializam (RAFFESTIN, 1993):

“O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é espaço. Há, portanto um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder” (RAFFESTIN, 1993: 7; 8).

Nesta mesma perspectiva, Bertha Becker assinala que:

“o território é um produto ‘produzido’ pela prática social, e também um produto ‘consumido’, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social” (BECKER, 1983; 7, 8).

A autora aponta para a dimensão múltipla do poder sobre o território, em que não apenas o Estado, mas diferentes atores sociais poderiam produzir o território. Assim o território é configurado e reconfigurado segundo as representações e objetivos de diferentes atores sociais, e estes objetivos podem variar entre a implantação de uma determinada infra-estrutura fabril, a execução de estratégias empresariais, a inserção de programas sociais e a luta pelo resgate de terras, etc.

Desta forma, um conjunto de subjetividades individuais e coletivas imprime ao território configurações de diferentes ordens. Estas configurações territoriais são eminentemente dinâmicas, tendo em vista as disputas entre as diferentes lógicas que exercem poder sobre o território.

De acordo com esta perspectiva, reconstituir o processo de implantação da Aracruz no Espírito Santo é verificar como uma determinada forma de apropriação do espaço se contrapôs as diversas territorialidades existentes.

As primeiras terras adquiridas pela Aracruz Florestal em 1967, cerca de oito mil hectares, pertenciam à antiga Cofavi – Companhia Ferro e Aço de Vitória²⁹ – e foram repassadas pelo Estado para a Aracruz, através do então governador Christiano Dias Lopes³⁰ (DALCOMUNI, 1990;189). A Aracruz adquiriu, em seguida, “(...) *pela quantia simbólica de oito décimos de centésimos de cruzeiro o metro quadrado, mais trinta mil hectares de terras indígenas, que foram negociadas pelo Estado como se fossem terras devolutas*”.³¹

A primeira fábrica da Aracruz Celulose foi construída onde se localizava a Aldeia dos Macacos, habitada por índios Tupinikim.³² De acordo com o antropólogo Carlos Augusto da Rocha Freire, o biólogo e ambientalista Augusto Ruschi encontrou em Caieiras Velhas, em 1954, na margem esquerda do rio Piraquê-Açu em Aracruz, 80 índios “Tupi-Guarani”, vivendo em uma área de 30.000 hectares de florestas nativas. Todavia, já em 1971, Ruschi se defrontou com um grande desmatamento, no mesmo território, o que fez com que 700 famílias, de índios e posseiros, fossem deslocadas da região, então ocupada pela Aracruz Florestal.³³ Segundo relato de dois índios Tupinikim, a Aracruz Florestal

“apareceu comprando tudo. Não queria sair de lá, mas não pude ficar porque os vizinhos e parentes saíram todos, aí não tive jeito. Pra não ir longe,

²⁹ Em meados de 1940, aproximadamente 10 mil hectares de terras usadas pelos Tupinikim foram ocupadas e desmatadas pela Cofavi. Dossiê *Campanha Internacional pela Ampliação e Demarcação das Terras Indígenas Tupinikim e Guarani*. CIMI, Aracruz, 1996 (baseado no Relatório Final de Reestudo da Identificação das Terras Indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios; Grupo Técnico, Portaria N. 0783/94 de 30 de agosto de 1994). In: Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto, 2002, p.26.

³⁰ Dias Lopes foi governador do Estado do Espírito Santo entre 1967 e 1971.

³¹ Guimarães, Ewerton Montenegro. Sobre a situação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio indígena no estado do Espírito Santo. In: SANTOS, S. Coelho (Org.). O índio perante o direito. Florianópolis, EdUFSC, 1982. p143. In: LOUREIRO, (2006; 21)

³² A Aracruz plantou ainda eucaliptos nas seguintes aldeias indígenas: Amarelo, Porto da Lancha, Cantagalo, Araribá, Braço Morto, Areal, Sauê, Gimuhuna, Piranema, Potiri, Sahy Pequeno, Batinga, Santa Joana, Morcego, Garoupas, Rio da Minhoca, Morobá, Rio da Prata, Ambu, Lagoa Suruaca, Cavalhinho, Sauaçu, Concheira, Rio Quartel, São Bento, Laginha, Baiacu, Peixe Verde, Jurumim e Destacamento. (LOUREIRO, K. 2006)

³³ Dicionário dos Povos Indígenas do Brasil. Instituto SocioAmbiental (ISA). Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt>

fui pra Pau Brasil, lugar antigo. A Aracruz dava um dinheirinho pra pessoa desocupar. Tinha um prazo pra achar casa, um mês, e aí queimavam a casa”.³⁴

“Quando a empresa chegou saíram, não podiam enfrentar, mandavam sair, até ameaçavam, um ia para um canto, outro pra outro canto. A empresa tomou conta de tudo, eles davam algum dinheiro, porque pagar mesmo, eles não pagavam”.³⁵

Nos primeiros anos a empresa não apareceu formalmente para adquirir terras; em vez disso, ela enviava compradores, que muitas vezes não eram identificados como seus emissários, para convencer os agricultores a venderem as suas terras (FASE /IBASE, 1994). É muito comum encontrarmos nas entrevistas e nos estudos consultados menção ao fato de que a população local ignorava completamente qual seria a empresa que iria para a região e muitos desconheciam o que seria feito das suas terras depois que as vendessem. A seguinte fala de um quilombola de Conceição da Barra, que presenciou o momento da chegada da empresa, é emblemática:

“Eram gente umas pessoas boa de conversa, de bolsa livre e entrou nessa região. O pessoal não tinha costume com esse povo de bolsa livre, o pessoal era a maior parte tudo analfabeto, quer dizer, não era analfabeto porque não tinha leitura, mas não tava preparada pra aquilo”.³⁶

Dentre essas pessoas de que a empresa se utilizava para levar a proposta de compra das terras e convencer os agricultores a venderem, o mais citado nos estudos e em entrevistas é um homem negro morador do Sapê do Norte e muito conhecido na região que com seu carisma e seu acesso na comunidade, tentava convencer os seus vizinhos a venderem suas terras:

“ (Ele) utilizava-se de alguns argumentos: em alguns casos, propunha empregos na empresa, mas, para conseguir o emprego, o indivíduo precisava estudar antes e, para isso, teria que vender a terra para poder ir para a cidade, estudar; em outros casos, dizia que a Aracruz não seria uma boa vizinha, então se um vendesse a terra, todos os seus vizinhos teriam que vender, para não ter problemas com a empresa.” (SALOMÃO, 2006)

Se tais argumentos não convencessem os moradores, este referido personagem:

³⁴ Depoimento de um índio Tupinikim da Aldeia de Cantagalo ao Grupo Técnico 0783/94 da FUNAI, Brasília, 1997. In: Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto, 2002.

³⁵ Depoimento de um índio Tupinikim da Aldeia de Lancha ao Grupo Técnico 0783/94 da FUNAI, Brasília, 1997. In: Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto, p 26. FASE, 2002.

³⁶ Entrevista com quilombola da Comunidade São Domingos, Conceição da Barra, in SALOMÃO, J. O movimento de resistência quilombola à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo, Relatório de Pesquisa de Campo, Vitória, Outubro de 2006.

*“voltava com mais dinheiro, se não houvesse aceitação, então começava a perseguição. Apareciam umas galinhas mortas, apareciam porcos mortos, uma lavoura morrendo. E começaram a descobrir venenos. Jogavam de noite, envenenavam. Aí (os agricultores) começaram a desanimar.”*³⁷

Devido à restrição de pessoas jurídicas adquirirem terras devolutas, a Aracruz utilizava-se de funcionários que adquiriam essas terras (muitas delas já habitadas por índios Tupinikim e Guarani, posseiros e remanescentes de quilombos) e as repassavam para a empresa.³⁸ Durante todo esse processo, os órgãos estaduais não verificaram se os requerentes eram de fato agricultores e se moravam nos terrenos em questão (ALES, 2002). Desta forma, 22 mil hectares de terras devolutas foram requeridas por 29 ex-funcionários da empresa e transmitidas sucessivamente à Aracruz Celulose (MMA, 2005). Um ex-funcionário da Aracruz, declarou que:

“tinha consciência de que iriam ser requeridas em meu nome para passar posteriormente, depois de legalizadas, para a empresa Aracruz Celulose. (...) Essas terras foram só legalizadas em meu nome para que eu passasse para a Aracruz depois, para uso de reflorestamento de eucalipto. (...) Isso foi de imediato, assim que as adquiri passei para a Aracruz”.³⁹

A ausência de documentos oficiais comprovando a posse a terras por parte dos seus tradicionais moradores foi de fundamental importância para a aquisição de terras por parte da Aracruz Celulose:

“Os caras chegavam na casa de um camponês que não tinha escritura da terra: ‘Olha, essa terra aqui não dá nada, é sapê... Se o senhor vender essa terra, botar esse dinheiro no banco, rendendo juros, vai ganhar muito mais. Aí nós vamos pagar um bom preço pra você’”.⁴⁰

Quando a Aracruz encontrava alguns moradores que resistiam à venda de suas terras as fontes consultadas apontam que a empresa adquiria terras vizinhas a essas propriedades. Tal estratégia teria deixado vários agricultores ilhados, cercados por eucaliptos, sem condições de cultivar e, portanto, permanecer naquela área.

“Daqui a pouco todas as terras em volta era tudo eucalipto, não tinha mais passagem (...)Então quando ele não era ameaçado de morte , quando o

³⁷ Entrevista com pequeno agricultor rural morador de Conceição da Barra. In: Gonçalves, Múcio Tosta. (coord./org.) Relatório Final. In: EXPFLO-Exploração florestal no norte do Espírito Santo e sul da Bahia: Impactos e alternativas. Rio de Janeiro: FASE/IBASE: Maio de 1994.

³⁸ Segundo Batista (2002), 27% de todo o território de Espírito Santo eram de terras devolutas.

³⁵ Autos da CPI da Aracruz, 2002, fls. 4219. In: Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto, 2002, p.33.

⁴⁰ Entrevista com camponês morador de São Mateus, Vitória, ES. Data:14/09/1992. Rio de Janeiro: FASE/IBASE,1994 .

trator não entrava nas propriedades dele , com suas novas correntes de arrastão e tudo mais, ele era induzido, forçado a vender para a Aracruz.”⁴¹.

Um integrante do movimento dos pequenos agricultores e morador de São Mateus também mencionou as ameaças feitas pelos compradores de terras aos moradores da região:

*“A pressão que eles fizeram em cima do meu sogro foi o seguinte: você vai ser cercado por eucalipto, você não tem saída, nós vamos fechar você, e você vai ser obrigado a vender a terra, você não tem pra onde ir. Mas ele resistiu, era um baiano muito teimoso e resistiu, acabou ficando. É tanto que o sobrinho dele tinha uma terra do lado e acabou cedendo, vendeu pra Aracruz, vendeu pra um terceiro, o cara vendeu pra Aracruz e tal. Moral da estória: nós ficamos isolados. Aí a partir de uns cem metros tem mais um fiozinho de terra, e só, mais ninguém. Nós fica assim distante 2,5 km do próximo vizinho, o resto é tudo eucalipto”.*⁴²

A coerção física é também citada nestes estudos e nas entrevistas que os embasam, como tendo sido utilizada pela empresa para aqueles que resistissem à venda. Nesta situação uma personagem recorrente nas entrevistas com os moradores da região era um tenente, que teria exercido um papel importante na construção de uma atmosfera de temor, notadamente nas comunidades quilombolas. É preciso lembrar que eram os anos de ditadura militar e, como a referida personagem pertencia ao exército, suas ameaças de destruição de lavouras e de casas eram bastante convincentes (SALOMÃO, 2006; FASE, 2002). Uma das lideranças da comunidade quilombola de São Benedito, em Conceição da Barra, diz que este tenente e os outros dois personagens citados:

*“tentaram comprar terras. (...) Iludia as pessoas que essa planta que ela (a Aracruz) ia plantar não conseguia morar perto. O povo ficou assombrado, ficou com medo porque não tinha escritura, aí vendia uns pedaço para ter a escritura da outra parte.(...) As pessoas que media as terras era da própria empresa, comprava 10 hectare de terra e media 15”.*⁴³

Um membro da Comissão Quilombola Sapê do Norte e morador de Conceição da Barra confirma esta estratégia:

“Como é muito difícil entrar dentro dessas comunidades, usou um corpo negro para adquirir as terras dentro do território quilombola, que na realidade

⁴¹ Entrevista com membros da Comissão de Justiça e Paz do ES. Arquivo FASE/IBASE, 1994.

⁴² Entrevista com um militante do Movimento dos Pequenos Agricultores e morador de São Mateus, ES. Março de 2009.

⁴³ Entrevista com quilombola da Comunidade São Benedito. Março de 2009.

*aqueles povos eles obtinham muito na influência, de que tem que melhorar, tem que pôr eletricidade, essas coisas todas, né? Époça de ditadura, entendeu? Complicou muito a região”.*⁴⁴

O pesquisador Fábio Villas lembra que o personagem utilizado para convencer os índios a venderem suas terras um militar reformado, que constava entre os funcionários responsáveis pela segurança da empresa.

“Ameaças e intimidações foram constantes, sempre conduzidas, ainda segundo os índios, por ‘um militar fardado e cheio de medalhas’. Aqueles que resistiram foram expulsos da terra e suas casas e aldeias destruídas pelos traidores da empresa” (VILLAS, 2010).

Há ainda diversas denúncias de fraudes no processo de medição das terras que seriam repassadas para Aracruz:

*“E aí então eles compravam 10 ha, e depois mediam 20, porque as terras eram comunais, as terras não tinham título de cartório, não tinham título cartorial. E recorrer a quem? O povo não reagiu? O povo só reage quando tem como reagir, o povo vai reagir pra quem? Na época o sindicato era o sindicato do governo, e os órgãos de defesa do povo, no caso de defesa em comum, é os órgãos ambientais, a delegacia de terras, a própria justiça não agia naquele período, se hoje esse pessoal não tem interesse coletivo do povo, imagina naquele tempo, então a Aracruz ficou com tudo comprado”.*⁴⁵

Podemos observar, com o auxílio destes relatos, que a história da constituição da base territorial da Aracruz Celulose não inclui somente os altos financiamentos do então BNDE e as políticas de incentivos fiscais para a compra de terras, mas principalmente estratégias discricionárias por parte da empresa, valendo-se da violência física e das chantagens econômicas para se apropriar do território antes tradicionalmente ocupados por povos Tupinikim e Guarani, quilombolas e pequenos agricultores.

⁴⁴ Entrevista com liderança quilombola e morador da Comunidade Angelim. Março de 2009

CAPÍTULO III

A EMERGÊNCIA DA CRÍTICA

As críticas e acusações de expropriação de terras, expulsão de indígenas e agricultores, destruição das matas e demais impactos causados pela monopolização dos recursos naturais no processo de implantação da Aracruz Celulose começaram a ganhar força e publicidade na década de 1980, notadamente no período da redemocratização do Brasil.

Os conflitos pelo uso do território no norte do Espírito Santo tencionaram os modos hegemônicos que ditam a distribuição desigual do poder sobre os recursos naturais na região do extremo norte do Espírito Santo. Entendemos que estes recursos naturais não têm um valor único ou universal, antes possuem significados que são construídos historicamente e mantidos socialmente e, por isso, variam de acordo com a cultura daqueles que destes se apropriam. Daí ser impossível separar a sociedade da natureza, pois os elementos naturais serão sempre dotados de significados forjados culturalmente (ACSELRAD, 2004). Essa perspectiva impede que os recursos ambientais sejam essencializados e tomados como escassos em si mesmos. Ao enunciar unicamente a finitude e o esgotamento dos recursos ambientais, o pensamento ambientalista hegemônico não questiona a finalidade dos projetos que os utilizam, nem reflete sobre o fato de que são justamente as formas culturalmente determinadas da utilização dos recursos que os tornam escassos ou não. Como afirma Sahlins: “*A escassez não é uma propriedade intrínseca dos meios técnicos, é uma relação entre meios e fins*” (SAHLINS; 107, 2007).

O viés economicista que pauta o debate ambiental é, assim, substituído por uma ótica que se interessa em saber para quais fins se destinam os recursos ambientais apropriados. Ante esta perspectiva, os conflitos ambientais seriam aqueles que questionam a distribuição assimétrica do poder sobre os recursos naturais e não somente sobre as quantidades e os volumes de sua utilização. Aqui, assumimos a definição de Acsehrad (2004) para os conflitos ambientais, como aqueles que:

“envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, pela

⁴⁵ Entrevista com liderança do movimento dos pequenos agricultores do ES. Março de 2009

água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (...) Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo acordo simbiótico é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes”. (ACSELRAD; 25, 2004)

Neste sentido, observamos que os conflitos ambientais que emergem no Norte do Espírito Santo envolvendo a Aracruz Celulose, são, eminentemente, disputas pelos sentidos sociais daquele território.

As críticas contra as práticas empresariais da Aracruz Celulose não passam apenas pela forma como esta se apropriou do território na época de sua implantação, mas também pela forma como ela utilizou e continua a utilizar os recursos naturais da região. Estas críticas têm como principais protagonistas os Tupinikim e Guarani de Aracruz, ES, Quilombolas do Sapê do Norte, determinados grupos ambientalistas e os movimentos sociais do campo, como MST e MPA. Embora com trajetórias distintas, modos de organização e cosmologias essencialmente diversas, estes atores sociais estão de acordo quanto aos impactos das práticas empresariais da Aracruz e, em muitas ocasiões, organizaram ações em conjunto. Para expor com maior clareza estas críticas, veremos o seu conteúdo e as repercussões das críticas de cada grupo social, separadamente.

3.1 A crítica dos povos Tupinikim e Guarani:

3.1.1 A terra sem males:

O exemplo mais notável de toda a mobilização contra as práticas empresariais da Aracruz Celulose foi a luta dos povos Tupinikim e Guarani pela retomada de seus territórios.

Os Tupinikim são originários do Espírito Santo e, desde a colonização portuguesa, no século XVI, perderam grande parte de seu território original. Todavia, foi na década de 1960, com a chegada dos extensos monocultivos da Aracruz Florestal, que este povo teve a sua continuidade histórica seriamente ameaçada (VILLAS, 2010).

Os Guarani Mbya, vindos do sul do Brasil, chegaram ao norte do Estado em 1967, em um movimento migratório que se iniciou em 1940. As migrações dos Guarani, diferentemente de povos nômades, possuem um caráter mítico. Eles caminham pelo grande território Guarani, *Tekoa Guassu*, em busca da Terra Sem Males (*yvy marãne y*). Esta terra sem males, que também é alcançada depois da morte, materializa-se, ainda

nesta vida, em um local onde sejam abundantes as florestas, os animais, as águas, a caça e a pesca, a fim de que ali seja realizado o “modo de ser Guarani” (*teko*). Ao chegarem ao território Tupinikim, os Guarani descobriram ali as condições almejadas e foram por eles acolhidos (MARACCI et al, 2004; BARCELOS, 2008; VILLAS, 2010). Nessa época, uma líder espiritual Guarani, residente na aldeia de Caieiras Velhas, contou aos outros índios Guarani um sonho que teve, no qual Deus (*Ñande ru*) ordenava que se plantasse o milho Guarani naquela área. Este sonho teve uma grande importância para os Guarani, pois significava a revelação de que haviam encontrado a Terra sem Males (VILLAS, 2010; BARCELLOS, 2008).

Até o fim da década de 1960, antes da chegada da Aracruz Celulose, cerca de 2 mil índios ocupavam 55 mil ha e moravam em 40 aldeias dentro das matas nativas que circundavam o atual município de Aracruz. Mesmo em uma quantidade territorial bem menor, devido às sucessivas expropriações ao longo da história,⁴⁶ eles conseguiam viver da pesca, da coleta de mariscos, da caça e da agricultura de subsistência (VILLAS, 2010; CIMI,1996).

No entanto, com a implantação da empresa, foram destruídas 37 aldeias Tupinikim, restando apenas as aldeias de Caieiras Velhas, Pau Brasil, ambas com 25 ha cada, e a aldeia de Comboios. Conforme dossiê realizado pela Comissão de Articulação Tupinikim e Guarani e pelo Conselho Indigenista Missionário, no processo de chegada da empresa e de expropriação das terras indígenas, cerca de 50% dos Tupinikim migraram para as cidades (CIMI, 1996). Parte desta população indígena passou a sobreviver como mão de obra no plantio do eucalipto e, posteriormente, na construção da primeira fábrica da Aracruz (VILLAS, 2010).

⁴⁶ Para maiores informações sobre a trajetória Tupinikim no Espírito Santo, ver: VILLAS, 2010 e BARCELLOS, 2008.

3.1.2 Principais críticas às práticas da Aracruz:

De acordo com as entrevistas realizadas, com as consultas aos estudos acadêmicos e com os materiais produzidos pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde e pela FASE, os índios sempre relembram a época anterior à chegada da Aracruz Celulose como um período de abundância, quando as aldeias eram rodeadas por matas nativas e havia grande disponibilidade de água e caça:

*“O que existia com fartura mesmo era muita mata, né. Era muito córrego, inclusive aqui, quando eu vim pra cá ainda alcancei muito córregos. Tinha a casa da minha irmã que era perto de um lago grande, tinha muito pato, (...) Caça, bastante caça, bastante peixe, peixe tinha quantidade, sabe? Você ia ali no Piraquê-Açu, você pescava e daqui a pouco você tava ali com a muqueca de peixe. Não tinha a preocupação de onde você ter que trabalhar, pra você ter que comprar pra você sobreviver”.*⁴⁷

Os desmatamentos realizados pela empresa, aliados à diminuição da água do solo devido ao plantio de grandes extensões de eucalipto, são sempre mencionados como principais impactos à sua sobrevivência

A cidade de Aracruz, onde se localiza a empresa, fica à montante das aldeias indígenas; desta forma, elas recebem constantemente os resíduos tóxicos e o esgoto produzidos pela empresa e pela população que reside no município. O Rio Piraquê-Açu sempre foi de grande importância para a reprodução cultural dos Tupinikim e Guarani, todavia foi instalada uma estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na aldeia indígena Guarani Piraquê-Açu, sob responsabilidade do Serviço Abastecimento de água e esgoto (SAAE). Os índios se queixam do forte odor, da quantidade de mosquitos e do envenenamento dos animais da aldeia.

“O esgoto depositado provém do Bairro Coqueiral, município de Aracruz, construído pela empresa Aracruz Celulose para seus funcionários”⁴⁸. O esgoto do núcleo urbano Aracruz é jogado no quintal do vizinho, a aldeia Guarani Piraquê-Açu, que teme pela contaminação. Atos de protestos foram feitos no entorno da ETE. Reuniões com FUNAI e SAAE foram realizadas para discutir o problema, no entanto, os tanques de decantação, chamados pelos Guarani de “pinicão”, estão lá

⁴⁷ Liderança indígena Tupinikim da aldeia de Pau Brasil, ES. Entrevista realizada em Março de 2009.

⁴⁸ Segundo Maracci (2005), o Bairro Coqueiral começou a ser construído pela própria empresa em 1975. “O bairro foi implantado exclusivamente para uso da empresa, que atendeu principalmente aos funcionários da fábrica, que em 1992 representavam 97% dos moradores” (MARACCI, 2005).

até hoje. Ignorados pela Aracruz Celulose, indiferentes para o SAAE, sem definição pela FUNASA, preocupante para o Ministério Público Federal, a ETE está a 50 metros das casas Guarani da aldeia Piraquê-açu. Empresa e órgãos públicos postergam uma decisão sobre o que fazer.” (MARACCI, 2008, pág. 150).

Os índios Tupinikim que habitam a aldeia de Comboios vivenciam os impactos ocasionados pela empresa principalmente no que diz respeito aos recursos hídricos. Construído em 1999 para garantir o abastecimento de água para a Terceira Fábrica da Aracruz, o canal Caboclo Bernardo liga o Rio Doce ao Rio Comboios.⁴⁹ Entre o canal e a fábrica localiza-se a Aldeia de Comboios, e o Rio Comboios é fundamental para a pesca, o lazer e o deslocamento dos Tupinikim. Antes da construção deste canal as inundações naturais formavam ilhas, proporcionando um terreno fértil para o cultivo de feijão, hortaliças e outros. A associação dos geógrafos do Espírito Santo afirma que após a construção do canal esses usos foram diretamente violados, inundando permanente as ilhas onde se cultivavam alimentos e fazendo com que os peixes desaparecessem:

“Relatam os índios que a construção do canal Caboclo Bernardo ‘matou as águas’. Além de inundar nascentes, a inclinação do terreno na construção do canal desvia os percursos das nascentes para o canal da empresa (...). O nível natural de água do rio Comboios subiu consideravelmente, está sempre cheio e passou a ser controlado pela empresa” (MARACCI et al, 2004).

Como foi mencionado, muitas aldeias Tupinikim foram extintas com a chegada da Aracruz, ocasionando a migração de grande quantidade dos índios, entretanto muitos foram aqueles que resistiram e permaneceram no território. Esta resistência possibilitou a emergência da luta pela reconquista das terras. No depoimento a seguir, a índia Tupinikim fala da correspondência entre a resistência indígena e a resistência das águas, que também não teriam se calado ante o avanço da monocultura:

“Na Aldeia chamada Olho D’água existe uma fonte até hoje de resistência, porque são vários eucaliptos plantados várias vezes, a Aracruz fez nela um cimento, reduziu ela pra passar num cano desse tamanho essa água jorrando e essa água nunca se calou, ela nunca secou, e nós enquanto povo indígena, nós vemos isso como uma resistência, uma esperança, porque aqui um dia, passado muitos anos isso aqui vai ser resgatado de novo, entendeu.”

Desde o fim da década de 1970 esses povos indígenas reivindicam as suas terras que teriam sido expropriadas pela Aracruz Celulose. De 1979 a 2007 foram realizadas três autodemarcações, manifestações na sede da empresa, dentre outras mobilizações. Villas periodiza a luta indígena pela retomada de seus territórios em três principais fases. A primeira compreende o período de 1979 a 1981⁵⁰, a segunda de 1993 a 1998 e a terceira de 2005 a 2007.

Nas décadas de 1970 e 1980, a luta indígena contou com o forte apoio da Igreja Católica através dos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). No segundo período os índios contaram com a solidariedade do Fórum Campo e Cidade⁵¹, da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores (PT). É fundamental ressaltarmos a relevância da promulgação da Constituição de 1988⁵² para a luta destes povos, que tinham no artigo 231⁵³ um forte instrumento de defesa de seus territórios:

“A nova Constituição consagrou o caráter pluriétnico e multicultural da nação brasileira, ao mesmo tempo outorgou uma série de direitos, reconhecendo, juridicamente, a existência indígena como um sujeito coletivo, culturalmente diferente do restante da sociedade nacional” (BARCELLOS, 2008).

⁴⁹ Este canal foi construído sem a elaboração de um estudo e de um relatório de impacto ambiental EIA-RIMA.

⁵⁰ Não é o objetivo desta pesquisa analisar as relações entre o Estado Brasileiro, a Aracruz e os povos indígenas, mas consideramos relevante assinalar que a Funai demonstrou, neste período, claro alinhamento aos interesses da Aracruz Celulose, como demonstra a fala do então presidente do órgão em 1981 em Caieiras Velhas, quando discursava para os Tupinikim e Guarani: *“Os Tupinikim não são os habitantes originais da região e por isso não podem reivindicar a posse da terra”*; *“os índios não sofreram qualquer prejuízo, pois quem cedeu as terras que eles não tem o direito de ocupar foi a Aracruz”*; e *“quem voltar a fazer agitação junto com o pessoal do CIMI vou colocar na cadeia”* (Jornal do Brasil – 06/06/1981). Disse ainda que *“além de doar terras ela resolveu dar um auxílio aos índios para melhorar seu padrão de vida e mostrar sua liberalidade”* (VILLAS, 2010).

⁵¹ Segundo Fábio Villas: *“O Fórum Campo Cidade (1993 a 1998) congregava o Movimento Sindical (CUT e vários sindicatos), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Direitos Humanos, o Movimento pela Moradia, a Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), mandatos dos deputados estaduais do PT, dentre outros, em apoio às lutas dos trabalhadores do campo e da cidade do Espírito Santo, incluindo a demarcação das terras indígenas”* (VILLAS, 2010).

⁵² Durante todo o processo da Constituinte os povos indígenas e organizações apoiadoras participaram ativamente, chegando a ocupar o Congresso Nacional (BARCELLOS, 2008).

⁵³ Conforme a Constituição de 1988 no Artigo 231: *“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo os seus usos, costumes e tradições. § 4º As terras (...) são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”* (BRASIL, 1988).

No período compreendido entre 2005 a 2007 a participação do coletivo Rede Alerta contra o Deserto Verde foi decisiva na autodemarcação e nas demais mobilizações protagonizadas pelos povos indígenas. Para Fábio Villas, essas articulações fortaleceram a resistência Tupinikim e Guarani:

“Uma das características marcantes desta luta foi a capacidade dos índios em agregar aliados e parceiros do Espírito Santo, do Brasil e do exterior, condição fundamental para o enfrentamento de uma empresa do porte da Aracruz Celulose (...) As campanhas contra a empresa e o governo deram uma ampla repercussão da luta indígena, despertando e atraindo a solidariedade nacional e internacional em favor dos Tupinikim e Guarani”(VILLAS, 2010).

Descreveremos de forma breve as repercussões das três principais mobilizações indígenas no Espírito Santo, as autodemarcações. Em maio de 1979, os Guarani e alguns índios Tupinikim ocuparam terras que estavam sob o domínio da Aracruz Celulose e da Companhia Vale do Rio Doce. Tratava-se de uma reserva de mata nativa de 300 hectares. Com a intenção de conter o conflito, a empresa desistiu destes hectares. Todavia, longe de encerrar o conflito ganhou maiores proporções e os Guarani em conjunto com as três aldeias Tupinikim decidiram lutar pela totalidade das terras. Em julho de 1979 uma equipe da FUNAI propôs a demarcação de três áreas descontínuas, totalizando 6.500 ha. Uma portaria da FUNAI foi publicada no fim de 1979, mas sem nenhum avanço na demarcação. Assim é que os índios decidiram realizar a autodemarcação das terras em 1980 (VILLAS, 2010). Em abril de 1981 a Aracruz fez um acordo com os Tupinikim que reduzia a terra para 4.492 ha e propunha, em troca desta redução, recursos financeiros para projetos econômicos comunitários e compra de equipamentos. Estes recursos seriam administrados pela FUNAI (VILLAS, 2010).

A Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani, criada em 1991, tinha como objetivo lutar pela recuperação das terras e pela assistência nas áreas de saúde, educação e agricultura. Esta comissão reivindicou para a Funai, em 1993, a realização de estudos de identificação das terras indígenas. Desta forma, no ano de 1997, foi publicado o laudo final de um estudo antropológico feito pelo Museu Nacional a pedido da Funai. Neste laudo reafirmava-se o direito dos Tupinikim e Guarani a 13.579 ha, ampliando as áreas indígenas para 18.071 ha, contrariando a antiga demarcação de 4.492 ha, feita em 1989 (FANZERES, 2005). Todavia, em 1998, o então Ministro da Justiça, Íris Rezende, publicou três portarias reconhecendo a integralidade das áreas como tradicionais, mas aumentando a área em somente 2.571 hectares, ou

seja, 18,9% da área reivindicada. Naquele mesmo ano, não satisfeitos com a decisão judicial, os índios conduziram o segundo processo de autodemarcação de terras.⁵⁴ Esta mobilização foi planejada e organizada desde seu início pelos caciques e pelas comunidades indígenas. A população indígena era maior e suas críticas já repercutiam pelo Brasil e pelo mundo e o país não vivia mais sob o governo civil-militar, como na primeira autodemarcação, o que garantiu a possibilidade de uma maior organização popular.

A Aracruz e o Estado reprimiram as mobilizações em torno desta autodemarcação. Os caciques foram levados para Brasília para fazerem um acordo com a empresa. Por causa de sucessivas pressões por parte da Aracruz Celulose, da Funai e do Ministério Público Federal, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a empresa e os índios (FASE, 2006; VILLAS, 2010; MEC, 2000). O acordo previa a aceitação da decisão judicial por parte dos índios e a realização de projetos de desenvolvimento nas comunidades indígenas durante 20 anos por parte da Aracruz Celulose. A empresa também deveria arcar com os custos de água e de energia elétrica das aldeias. O custo total da empresa, acordado no TAC, foi de 11 milhões e 700 mil reais.

A assinatura do TAC trouxe muitas transformações na organização social e econômica dos Tupinikim e dos Guarani. Para receber os recursos financeiros da Aracruz Celulose, as comunidades tiveram de criar duas associações: a Associação Indígena Tupinikim de Comboios (AITC) e a Associação Indígena Tupinikim e Guarani (AITG). A criação destas associações veio de uma solicitação externa e autoritária, alheia às tradições culturais destes povos (VILLAS, 2010). Os projetos agrícolas dos índios foram realizados através de convênios com o Instituto Capixaba de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), que assalariavam os índios que trabalhavam no plantio, ocasionando diversos problemas no modo de vida dos índios.⁵⁵ Os 2.571 ha devolvidos estavam com plantios de eucalipto e foi proposto aos índios revenderem a madeira para a empresa, nos moldes do programa de Fomento Florestal; assim é que os Tupinikim e os Guarani se tornaram, no final da década de 1990, os

⁵⁵ Um índio Tupinikim de Pau Brasil contou-nos que a prática cultural do mutirão coletivo nos plantios da aldeia ficou prejudicada, uma vez que os índios estavam acostumados a receber para realizar estes trabalhos e não queriam ir para a lavoura também para o trabalho coletivo. Informações obtidas através de entrevista realizada na aldeia Pau Brasil no Espírito Santo. Março de 2010.

maiores fornecedores privados de madeira para a empresa (SCHUBERT, VILLAS, OVERBEEK, 2005).

Segundo educadores Tupinikim da aldeia Pau Brasil, o processo da segunda autodemarcação foi uma vitória porque conseguiu unir todas as aldeias e “*mostrou à Aracruz Celulose a força e a coragem de nós índios na luta por um de nossos direitos, a terra*”. Ainda que não possua eficácia legal, a autodemarcação é uma estratégia política a fim de se cumprirem as delimitações geográficas já reconhecidas pela FUNAI. “*Era uma forma de mostrar pra eles até onde passava nosso território*”.⁵⁶ Entretanto, o desfecho desta luta não foi satisfatório, tendo em vista a pequena área reconquistada:

“Infelizmente não conseguimos obter resultados, sob pressão fomos obrigados a abrir mão da maior parte das terras que por direito nos pertence, deixando adormecidos os nossos sonhos de: reflorestar, recuperar rios e animais, garantir uma vida melhor para as futuras gerações e garantir o trabalho do nosso povo na aldeia sem precisar sair à procura de outros empregos. No entanto a Aracruz não nos comprou, a nossa luta vai continuar. A partir do momento que as condições forem favoráveis voltaremos a lutar, lutaremos, e se possível até vencer”.⁵⁷

A despeito da denúncia dos índios de que o TAC foi assinado sob coação e mesmo com o afastamento do MPF um mês depois, por ter considerado o acordo inconstitucional, o TAC vigorou até 2005. Em janeiro de 2005, os Tupinikim e os Guarani decidiram voltar a reivindicar o direito de posse integral da terra. Na época, existiam quatro estudos da FUNAI que afirmavam que o território era de fato indígena, todavia o Governo Federal não havia tomado nenhuma decisão oficial. Nessa data, homens, mulheres e crianças indígenas realizaram uma nova autodemarcação, desta vez aliada a reconstrução de algumas aldeias indígenas que foram destruídas à época da implantação da empresa, como as aldeias *olho d'água e córrego d'ouro*. Porém, a empresa conseguiu uma reintegração de posse e os indígenas foram retirados pela Polícia Federal. Segundo o relato dos Tupinikim e dos Guarani, a Polícia Federal montou uma operação de guerra, com helicóptero sobrevoando a aldeia e centenas de homens armados. Casas e plantios foram destruídos por tratores cedidos pela Aracruz Celulose e por um ônibus cedido por uma empresa terceirizada (VILLAS, 2010). As denúncias desses povos chegaram ao plano internacional, ocasionando sérios prejuízos para a imagem da empresa, principalmente na Europa. Ante a repercussão da ação da

⁵⁶ Liderança indígena Tupinikim da aldeia de Pau Brasil, ES. Entrevista realizada em março de 2009.

Polícia Federal e da Aracruz e as graves críticas da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC) à imprensa, em 2006, a família real sueca decidiu vender as ações da Aracruz Celulose.

Uma delegação de índios Tupinikim e Guarani realizou, naquele mesmo ano, uma visita à Noruega, Alemanha, Holanda e Áustria. A delegação foi recebida por seis deputados noruegueses que receberam, na presença da imprensa, uma lista de reivindicações dos Tupinikim e Guarani. Os índios ainda solicitaram ao governo norueguês para que suspendesse os investimentos na Aracruz até que a empresa parasse de violar os direitos indígenas.

Na Alemanha, os índios se reuniram com o diretor-executivo do FSC e pediram a suspensão do certificado concedido a Aracruz pelos plantios no Rio Grande do Sul. Organizações não governamentais alemãs, como Robin Wood e Urgewald, também reforçaram essa solicitação dos indígenas. Estas ONGs estavam realizando uma grande campanha contra empresas que compram celulose da Aracruz, à época: Procter & Gamble (P&G), Kimberly Clark e Felix Schoeller. Em articulação com a delegação indígena foi realizado um protesto organizado pela Robin Wood, em frente à fábrica da P&G em Neuss, na Alemanha. Segundo estas organizações, toda esta mobilização tinha o intuito de convencer a subsidiária alemã da norte-americana P&G a suspender a compra de celulose da Aracruz até que fosse realizada a ampliação das terras indígenas.⁵⁷ É interessante observar que, na pauta de reivindicações, estava também a devolução das terras quilombolas e de uma área ocupada pelo MST.

Os índios conseguiram um encontro com o vice-presidente da P&G na Europa. Nessa reunião, realizada na Áustria, ficou decidido que a P&G encaminharia o resultado das suas pesquisas sobre os conflitos indígenas e a Aracruz Celulose. Esta pesquisa teria iniciado quando da ação da Polícia Federal contra os índios em 2006. A empresa divulgaria também a sua visão sobre o conflito. Foi estabelecido ainda que a P&G gostaria de estabelecer um contato direto com os índios e com os outros membros da Rede Alerta contra o Deserto Verde. Os índios realizaram ainda visitas a escolas, um encontro no Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento, diálogos com os deputados federais do Partido Verde, jornalistas e outras entidades não

⁵⁷ Os Tupinikim e Guarani na luta pela terra. Educadores Índios Tupinikim e Guarani /ES. Ministério da Educação. Brasília, 2000, p 26 e 27.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2203507,00.html>. Acesso em 5/01/2010.

governamentais (Pro Regenwald, Aliança do Clima, Pão Para o Mundo, Misereor, dentre outras).

Em agosto de 2007, o ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou as portarias ministeriais que demarcaram a Terra Indígena Tupinikim (14.227 ha) – onde estão localizadas as aldeias Tupinikim Caieiras Velhas, Irajá e Pau Brasil, e as aldeias Guarani Boa Esperança e Três Palmeiras – e a Terra Indígena Comboios (3.800 ha), onde está localizada a aldeia Tupinikim Comboios, totalizando 18.027 ha. Em 2003, foi demarcada a Terra Indígena Caieiras Velhas II (57 ha), onde está localizada a aldeia Guarani Piraquê-Açu. Portanto, os Tupinikim e Guarani possuem atualmente 18.084 ha.⁵⁹

Como consequência da publicação destas portarias, em dezembro de 2007 foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Aracruz e as comunidades indígenas, com o acompanhamento da FUNAI, da Procuradoria Geral da República e do Ministério da Justiça. Este TAC contempla os direitos e obrigações de cada parte (companhia, índios e FUNAI) no processo de transferência das terras. O TAC determina, dentre outras obrigações, que a Aracruz acompanhe a demarcação física e forneça apoio logístico à FUNAI. Ficou decidido que a empresa receberia a madeira retirada destas terras a título de indenização, devido a sua ocupação ter sido “*de boa fé*”.⁶⁰ O diretor de Sustentabilidade e Relações Corporativas da Aracruz Celulose declarou ao jornal *A Tribuna* que, além da indenização, a empresa quer segurança jurídica contra os riscos de novas ampliações das áreas indígenas, assim como a proteção dos investimentos já realizados, como as barragens que a empresa construiu nos rios que cortam a área indígena, bem como suas estradas.⁶¹ A Aracruz comprometeu-se ainda a realizar a contratação e o financiamento dos estudos etnoambientais, a partir de proposta apresentada pela FUNAI, tendo como limite o valor global de R\$ 380.000,00. Do mesmo modo, a companhia terá de financiar projetos de até três milhões de reais, que sejam resultantes dos estudos etnoambientais.

Os Tupinikim e os Guarani concordaram com a assinatura do TAC em virtude das ameaças da Aracruz de contestar e suspender judicialmente, por tempo

⁵⁹ Disponível em: www.aracruz.com.br/.../tac_termo_de_ajustamento_de_conduta_03_12_07.pdf. Acesso em 5/01/2010.

⁶⁰ Disponível em: www.aracruz.com.br/.../tac_termo_de_ajustamento_de_conduta_03_12_07.pdf. Acesso em 5/01/2010.

indeterminado, os efeitos das Portarias de Delimitação do Ministro da Justiça. Sob o risco de mudanças na conjuntura política brasileira que postergasse a luta por mais 20 anos, eles decidiram por concluir as negociações.

Ao contrário dos acordos anteriores (1981 e 1998) a terra não é mais um objeto de negociação entre os índios e a Aracruz, ela foi reconhecida e demarcada em sua integralidade, 18.027 ha. Este processo é visto pelos índios entrevistados⁶² como uma vitória sobre a empresa:

*“quando o Ministro derrubou essa estátua aí, essa pose da Aracruz nós não nos sentimos minoria não, nós nos sentimos até maiores que a empresa”.*⁶³

Para a indígena de Caieiras Velhas, a devolução das terras *“foi uma conquista boa”* para os índios; asseverou, entretanto, que os índios não possuem as ferramentas para produzir nestas terras, fazendo uma alusão aos investimentos que precisam ser feitos para recuperação ambiental destas.⁶⁴ Portanto, o processo de luta dos índios não se encerrou com a conquista do território; atualmente os Tupinikim e Guarani estão discutindo a recuperação ambiental e os futuros usos deste território reconquistado, depois de 40 anos de sucessivos plantios de eucalipto.

3.2 Críticas dos Quilombolas do Sapê do Norte:

Segundo dados da Comissão Quilombola, existem, no Norte do Espírito Santo, 34 comunidades quilombolas. Nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus são cerca de 60 mil hectares reivindicados. Em 1960 existiam 12 mil famílias, somando cerca de 60 mil negros na região chamada de Sapê do Norte.⁶⁵ Contudo, com a chegada dos plantios da Aracruz teriam restado apenas 1.200 famílias.⁶⁶ De acordo com uma liderança da comunidade quilombola de Angelim, em Conceição da Barra, neste processo mais de 80% das famílias migraram para as periferias das cidades.

⁶¹Disponível em: http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2007/agosto/31/noticiario/meio_ambiente/31_08_08.asp. Acesso em 5/01/2010

⁶² Entrevistas realizadas em março de 2010, nas aldeias de Caieiras Velhas, Pau-Brasil, Piraquê-Açu e Boa Esperança.

⁶³ Liderança indígena Tupinikim da aldeia de Pau Brasil, ES. Entrevista realizada em março de 2009.

⁶⁴ Entrevista realizada com liderança indígena da Aldeia Tupinikim de Caieiras Velhas, ES. Março de 2010.

⁶⁵ Esta região se estende pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, ES.

⁶⁶ Informativo da Comissão Quilombola do Sapê do Norte. “Bem Vindos ao Quilombo Linharinho.” 23 de Julho de 2007.

3.2.1 Principais críticas às práticas da Aracruz Celulose:

Uma crítica muito presente nos relatos dos quilombolas que ainda vivem no Sapê do Norte é que a apropriação de terras pela Aracruz foi a causa da migração de muitos parentes e amigos para o bairro de São Benedito, na periferia de Vitória (SALOMÃO, 2006). Conforme a Comissão Quilombola, foram plantados eucaliptos da Aracruz Celulose em 82% da Comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, de forma que as 48 famílias que lá permaneceram ficaram reduzidas a 147 hectares de terra.

As perdas culturais decorrentes desta desorganização dos territórios quilombolas são centrais na crítica desses atores:

“Descaracterizando a perda dos recursos naturais, as comidas típicas que faziam com dendê, que não faz mais... As devoções de São Benedito, que era muito forte aqui, o Ticumbi, baile de congo de São Benedito tinha foguetes, já ouviu falar (...) porque os futuros das gerações, eu tenho esse ponto de vista, são os conhecimentos tradicionais. Porque a nossa comida, a nossa oração, os segredos, nós vamos perdendo isso...”

O conceito de território usado de Milton Santos nos ajuda a entender que o resgate dos valores culturais quilombolas acompanha o processo de luta pela reapropriação dos seus territórios. *“O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”* (SANTOS, 1998).

Para os quilombolas do Sapê não caberia falar em “ocupação”, mas de retomada, porque o território que ora disputam é elemento fundante de sua identidade quilombola:

“Nós não somos ocupantes, nós moramos aqui nesse território. Então é diferente de você ocupar. É retomada mesmo, nós estamos num processo de retomada”.⁶⁷

É no resgate da identidade cultural quilombola, que teria sido desestruturada pelas práticas da Aracruz Celulose, que esta crítica é apresentada. Desta maneira é que as danças, as comidas típicas, a religiosidade tornam-se parte fundamental da resistência no território:

⁶⁷ Entrevista realizada com liderança quilombola e morador da comunidade de Angelim. Março de 2009.

“Tem que tirar terra para os quilombolas, tem que vender o beiju, tem que criar um centro, um centro de oração cultural, organizar um centro de referência dos quilombos, organizar né?”⁶⁸

Uma liderança quilombola de Linharinho disse-nos que, antes da chegada da empresa, os moradores se localizavam pelos córregos e pelas casas; hoje o fazem pelos plantios do eucalipto. De fato, ao adentrar a comunidade, que é completamente envolta pelos eucaliptos, vemos que as casas, a maioria delas de pau a pique, estão localizadas a poucos metros dos plantios da Aracruz Celulose:

“Hoje nós não temos o que é nosso, é de uso da gente. Antes tínhamos comida para cavalo, para gado (...) A Aracruz falou: ‘se ficou, vai ter que ficar aí nessas condições, não pode entrar aqui!’ Aí tem a ‘Visel’ (...) Quem saiu tá numa situação disgramada, quer voltar, mas a gente não tem espaço, tá tudo impressado aqui, mas tem gente que voltou”.⁶⁹

As críticas dos quilombolas se referem, muitas vezes, à violência da segurança privada da Aracruz, a empresa Visel, no relacionamento com as comunidades. A Visel acusa os quilombolas de roubarem madeira ou incendiarem áreas de plantio; por sua vez, estes acusam a empresa de abusos e ameaças a eles e suas famílias. Moradores das comunidades quilombolas da região costumavam retirar o chamado “facho”, que são os resíduos do corte dos eucaliptos, da área de plantios da Aracruz para a produção de carvão para uso doméstico. A empresa proíbe esta prática, contudo muitos continuam a “catar o facho” e, devido a isso, são perseguidos pela Visel. É muito usual também a retirada das toras de eucalipto da empresa, que são cortadas das fazendas da Aracruz e levadas para venda em siderúrgicas e outros estabelecimentos da região. A Visel vem efetuando prisões em conjunto com a Polícia Ambiental de São Mateus, que acabam por transmitir um clima de insegurança para os moradores locais e impedir uma de suas únicas fontes de renda.⁷⁰

Os quilombolas justificam a “cata do facho” afirmando que a empresa não deixou nenhuma alternativa econômica para as comunidades:

“Depois de destruir nossas florestas de Mata Atlântica, de secar e poluir nossos rios e córregos, depois de envenenar nossas caças e de expulsar nossas famílias para as favelas e periferias dos centros urbanos, a Aracruz Celulose ainda nos criminaliza pela retirada do facho e do resíduo de eucalipto para produção de carvão, última alternativa de renda para mais de mil quilombolas,

⁶⁸ Entrevista realizada com liderança quilombola e morador da comunidade de Angelim. Março de 2009.

⁶⁹ Entrevista realizada com liderança quilombola e moradora da comunidade de Linharinho. Março de 2009.

⁷⁰ Disponível em: www.seculodiario.com.br

*em São Domingos, Roda d'Água, São Jorge, Angelins, etc. As plantações de rápido crescimento da Aracruz Celulose têm afetado diretamente nossa segurança alimentar e acesso à água, e não nos permite trabalho”.*⁷¹

Diversas ações de resistência foram realizadas pela população quilombola do Sapê do Norte, dentre elas, a “retomada” de áreas reivindicadas, a retirada e queima de eucaliptos, protestos na fábrica etc. Estes atores sociais se baseiam na jurisdição já constituída a respeito dos direitos quilombolas, principalmente o artigo 68 da Constituição Brasileira de 1988,⁷² a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho,⁷³ da qual o Brasil é signatário, e o decreto 4.887 de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Neste decreto, os membros das comunidades quilombolas são reconhecidos segundo critérios de autoatribuição.

Em 2006, foi realizada uma grande mobilização quando da retomada simbólica do antigo cemitério de escravos, na localidade de Engenho, coberto pelos eucaliptais da Aracruz Celulose. Sobre esse episódio, conta uma liderança da comunidade de Linharinho:

*“Este cemitério foi destruído e plantaram cana e depois plantaram eucalipto. Fizemos uma retomada em cima do cemitério, que a gente respeitava. Em 2007, cortamos eucalipto, foram todas as comunidades quilombolas. É o nosso território, nós queremos plantar para colher (...) a cultura do negro é plantar, poder fazer carvão (...) antes nós fazia cacimba, fazia nosso dendê”.*⁷⁴

Em 2007 a comunidade de Linharinho participou da construção de um mapeamento da sua comunidade. Neste projeto os próprios quilombolas construíram a representação de seu território de acordo com os usos que fazem dele. As análises preliminares da experiência do mapeamento de Linharinho dão conta que a cartografia

⁷¹ Informativo da Comissão Quilombola do Sapê do Norte. “Bem Vindos ao Quilombo Linharinho.” 23 de Julho de 2007.

⁷² Artigo 68 da Constituição da República Federativa do Brasil: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

⁷³ “[...]Reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram; Observando que em diversas partes do mundo esses povos não podem gozar dos direitos humanos fundamentais no mesmo grau que o restante da população dos Estados onde moram e que suas leis, valores, costumes e perspectivas têm sofrido erosão frequentemente; Lembrando a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e à cooperação e compreensão internacionais; [...]” Disponível em: http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/convencao_169_OIT.pdf

teve uma importância na dinâmica da organização da comunidade fortalecendo os laços de solidariedade e resistência internos e tornou-se uma esperança de reconhecimento externo, perante o Estado e a sociedade em geral. Comumente chamada entre eles de livro de registro, a cartografia exerceu um relevante papel no resgate da memória dos antigos moradores de Linharinho. Ao retratar o passado de Linharinho ela pode também ajudar a esboçar suas futuras lutas.

A liderança entrevistada afirmou que este projeto retirou a comunidade do esquecimento e da invisibilidade a que foi submetida ao longo de 40 anos. Através deste mapa, Linharinho não poderia ser mais ignorada ou escamoteada. Além disso, acreditam que este projeto teria colaborado para o processo de titulação do território, atualmente paralisado:

“A realidade está mais transparente(...)Se você tiver acesso a este mapa, você passa pela BR 101 e você vai perceber a comunidade. Você sabe que a comunidade estava ali (...) é a voz das comunidades, a voz das pessoas mesmo. Não é ninguém inventando, é uma prova para o mundo(...) Se os mais velhos morrem a comunidade está aí para mostrar, a cartografia mostra a realidade da comunidade”(Liderança Quilombola de Linharinho, Conceição da Barra. Março de 2009).

Em maio de 2007 foi assinada pelo então presidente do INCRA a portaria ministerial que reconheceu 9.542,57 hectares do território de Linharinho. Entretanto não foram tomadas as providências para a demarcação da área. Assim é que em agosto de 2007, cerca de 500 habitantes das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, realizaram a retomada desta área com o objetivo de pressionar para que se concretizasse a demarcação do território:

Em 2007, cortamos eucalipto , foram todas as comunidades quilombolas. É o nosso território, nós queremos plantar para colher (...) a cultura do negro é plantar, poder fazer carvão ”⁷⁵.

Esta ocupação foi desestruturada quando mais de 100 policiais e seguranças particulares da empresa estiveram no local para fazer o despejo das famílias em cumprimento a liminar de reintegração de posse conseguida pela empresa.⁷⁶

A Aracruz Celulose, bem como o movimento denominado Paz no Campo que congrega no Espírito Santo proprietários de terras de São Mateus, sempre fez frente às

⁷⁴ Entrevista com liderança quilombola de Conceição da barra. Março de 2009.

⁷⁵ Liderança quilombola de Linharinho, Conceição da Barra. Março de 2009

⁷⁶ Informativo Quilombo Linharinho nº 03, 30 de Julho de 2007.

diversas mobilizações para a demarcação de Linharinho.⁷⁷ Desde 18 de abril de 2008 o procedimento de titulação de Linharinho encontra-se paralisado no INCRA devido às ações impetradas pela empresa, que saiu vitoriosa das inúmeras batalhas judiciais envolvendo este território⁷⁸.

Das 34 comunidades quilombolas que fazem parte do território Sapê do Norte, 25 possuem certificado da Fundação Cultural Palmares.⁷⁹ Atualmente, cinco comunidades estão em processo de titulação.⁸⁰

3.3 Crítica “Ambientalista”:

O ecossistema regional tem fundamental importância não apenas para a reprodução material dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, mas também para sua reprodução cultural. As críticas aos usos da natureza pela Aracruz feitas por estes atores nos mostram a relação inseparável entre degradação ambiental e injustiça social⁸¹. Com esta sessão não objetivamos separar crítica social e crítica ambiental, por saber que, no nosso campo de investigação, ambas estão organicamente relacionadas,

⁷⁷ Em 2006 a empresa impetrou um na Justiça Federal um Mandado de Segurança contra o INCRA com a intenção de anular o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de Linharinho. No entanto o pedido liminar foi indeferido e no final de 2006 o juiz determinou a extinção do processo. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/acoes/html/jurisprudencia.aspx?LinkID=26> Acesso em 05/06/2010

⁷⁸ “A sentença judicial de primeira instância, que havia garantido vitória ao INCRA, foi revertida com o julgamento favorável da apelação proposta pela empresa. O INCRA tentou propor Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF para reverter o julgamento, mas o Tribunal Regional Federal - 2ª Região não admitiu os recursos, entretanto ainda resta o juízo de admissibilidade a ser feito pelos próprios tribunais superiores”. Disponível em: Terras Quilombolas: Balanço 2008. http://www.cpisp.org.br/acoes/upload/arquivos/Terras%20Quilombolas%20%20Balan%20C3%A7o%202008%20revisado_abril.pdf e Terras Quilombolas. Balanço 2009. Disponível em: www.cpisp.org.br/upload/editor/file/TerrasQuilombolasBalanco2009.pdf Acesso: 5/06/2010.

⁷⁹ *Quilombolas reivindicam direito à terra; Aracruz Celulose contesta*. Por Bianca Pyl, Repórter Brasil. 05/05/2009. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1569>. Acesso em 10/10/2009.

⁸⁰ A comunidade do Angelim elaborou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), a de São Domingos aguarda a publicação do RTID e a de Serraria/São Cristóvão aguarda a publicação da Portaria de Demarcação. O processo de titulação da comunidade de São Jorge, onde 70 famílias reivindicam a demarcação de 13.074 hectares, está em fase de notificação dos ocupantes e confrontantes. A respeito desta comunidade, a Aracruz entregou ao Inbra, em janeiro de 2007, uma contestação do parecer do órgão. A Aracruz afirma que procura “evidenciar, nos dois processos, a inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, por estabelecer a autoatribuição da condição de quilombola”. A Aracruz Celulose conseguiu um mandado de segurança no Tribunal Regional Federal da 2ª Região que suspendia a publicação da portaria de Linharinho.

⁸¹ Para uma maior discussão sobre este tema ver: Acselrad, H; Mello, C; Bezerra, G. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

mas sim elencar as principais críticas empreendidas por alguns setores do movimento ambientalista.⁸²

3.3.1 “Monoculturas não são Florestas”. As principais críticas à Aracruz Celulose:

Diversos são os estudos sobre o desmatamento que a antiga Aracruz Florestal provocou no território norte do Espírito Santo, que abrigava grandes extensões do bioma Mata Atlântica (FASE, 1994; GREENPEACE 1992; BATISTA, 2002). As denúncias acusam a empresa de ter utilizado os chamados “correntões” – correntes pesadas presas a dois tratores que, ao se movimentar, derrubavam a mata nativa, “limpando o terreno” para o cultivo dos eucaliptos. A própria empresa chega a admitir que no seu período de implantação houve desmatamento. O diretor de sustentabilidade da Aracruz Celulose afirma que

*“quando a Aracruz se instalou na região não havia maiores restrições quanto à utilização ou supressão dos recursos dos ecossistemas e, certamente, algum desmatamento da Mata Atlântica foi realizado”.*⁸³

Essas denúncias foram confirmadas pelos Estudos de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental – EIA/RIMAs –, feitos em 1986/1987 pelo Instituto Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo para a Secretaria de Estado da Saúde. O órgão, na época responsável pelo licenciamento ambiental, revela que

“Através da análise de fotos aéreas obtidas em 1970/1971, verificou-se que pelo menos 30% da superfície do Município de Aracruz eram cobertas por floresta nativa no início da década de 70, que foram substituídas por florestas homogêneas de eucalipto para a Aracruz Florestal” (RIMA, 1987; 6 apud MARACCI, et al 2004)

Em Conceição da Barra houve uma diminuição de mais de 70% da área coberta por mata nativa e um acréscimo de 1.500% em áreas de eucalipto (FASE, 2002). Como

⁸² Em estudo sobre entidades ambientalistas do Espírito Santo, Lobino diferencia aquelas entidades que permaneceram críticas às ações da empresa daquelas que mantêm parcerias e desenvolvem projetos em conjunto com a Aracruz (LOBINO, 2008).

⁸³ Entrevista realizada em 27/01/2005 na sede da empresa no Rio de Janeiro. In: Diagnóstico de conflitos socioambientais em relação a plantações de árvores; Coord. Anna Fanzeres. Relatório Final; Março 2005, p.91, 92.

já foi dito, neste município, o eucalipto é o principal plantio, com uma taxa de ocupação de 68% de todo seu território (IBGE, 1960-1996).⁸⁴

O relatório da FASE sobre Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto (2002) cita o ambientalista Augusto Ruschi,⁸⁵ quando este afirma que, do ponto de vista biológico, os eucaliptais são inferiores a outros *reflorestamentos*, devido a sua homogeneidade e menor biodiversidade. Neste sentido, o uso conceitual do termo floresta para os plantios seria completamente equivocado e empregado ideologicamente pelas empresas. Segundo este mesmo relatório,

*“A destruição da Floresta Tropical golpeia a elevada diversidade biológica local, presente na quantidade de vegetais e animais listados por Ruschi em 240 espécies de árvores de grande porte (somente na Floresta de Tabuleiros, a mais densa e cujos terrenos planos de sedimentação terciária foram intensamente ocupados pela monocultura), 478 espécies de aves, 70 de mamíferos, 41 de répteis, 31 de anfíbios e 37 espécies mais significativas de insetos. A morte destas espécies significou a perda do alimento e da madeira para as comunidades locais, bem como de um vastíssimo banco genético cujo potencial permanece pouco conhecido”.*⁸⁶

O ano de 1992 foi palco de diversos protestos contra a Aracruz por parte de grupos ambientalistas, sendo o maior deles da organização não governamental Greenpeace. Nesse ano, o navio do Greenpeace *Rainbow Warrior* ocupou o porto da Aracruz e foi realizado um ato público na escadaria do palácio do governo do estado, sob o tema: *“Não ao Deserto Verde. A Farsa da Aracruz”*, com a participação da população local e de diversas ONGs. No cartaz que convocava um ato público constava uma lista de críticas à duplicação da empresa:

“Produz 1 milhão toneladas/ano (não aceitável em nenhum outro país); Cerca de 7 mil famílias, entre camponeses e índios, foram retiradas de suas terras; Concentração Fundiária. A indústria possui 142 mil hectares da área do estado plantada com eucaliptos; Expulsão do homem do campo e conseqüente proliferação de favelas; Redução drástica da área cultivável com alimentos básicos; Destruição de 80 mil hectares de florestas naturais; Desaparecimento de 156 córregos em Conceição da Barra; Lançamento de organoclorados e

⁸⁴ In: Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto 2002.

⁸⁵ RUSCHI, Augusto. *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão*. Santa Tereza, 16 jan. 1950, p. 83/137 (n. 1) e 31 maio de 1976, p. 34/55 (n. 44). In: Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto, 2002.

⁸⁶ In: Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto 2002.

*dioxinas no mar e no ar; Causa empobrecimento do solo e impede o poder de regeneração das plantas nativas”.*⁸⁷

O Greenpeace e outros movimentos que estavam presentes à manifestação criticavam, principalmente, o que chamaram de “maquiagem verde”, realizada pela Aracruz Celulose.⁸⁸ Segundo José Augusto Pádua, então coordenador da campanha de florestas tropicais do Greenpeace,

*“Estamos aqui para desmascarar uma farsa ecológica. A Aracruz tem uma história de 20 anos de transtornos sociais no Brasil. É incrível que atualmente se apresente como um exemplo de desenvolvimento sustentável...”*⁸⁹

Diversas acusações referem-se também ao grande consumo de água do complexo de celulose, seja nos plantios de eucalipto, seja na base industrial. As críticas referem-se à secagem e assoreamento de rios, destruição de nascentes, modificação de cursos d’água e a poluição da água por agrotóxicos. Estas alterações geram graves impactos ecológicos, bem como grandes dificuldades para as comunidades que vivem próximas à empresa. Segundo dados da FASE (2002), 14 córregos que atravessavam a carreteira entre Itaúnas e a empresa em Conceição da Barra secaram, e das reservas de água que restaram as empresas terceirizadas da Aracruz Celulose retiram grandes quantidades com caminhões-pipa, para irrigar os eucaliptos. No que se refere ao consumo de água pelo eucalipto, Ferreira afirma que:

*“o ciclo curto de corte de seis anos faz com que a planta jovem só consuma água e nutrientes do solo... Hoje as mudas são produzidas, são clonadas... E nesse crescimento rápido ela está sugando os nutrientes da água e do solo. Quando ela atinge a idade adulta não tem tempo de repor isso, devolvendo a matéria orgânica no solo... Ela só retira, e aí é a hora do corte, o que causa um impacto grande na fertilidade e umidade do solo”.*⁹⁰

A Aracruz também é questionada por canalizar parte das águas do Rio Doce para abastecer uma de suas fábricas; esta obra foi realizada com a anuência da Secretaria

⁸⁷ Cartaz de 28 de Maio de 1992, convocando ato público. Arquivo FASE-IBASE.

⁸⁸ Segundo o Greenpeace, maquiagem verde seria o processo por meio do qual “as empresas transnacionais procuram preservar e expandir seus mercados, passando como amigas do meio ambiente e líderes na luta pela erradicação da pobreza.” Relatório Greenpeace sobre Maquiagem Verde. Sem data.

⁸⁹ A Tribuna, 30/05/1992.

⁹⁰ Depoimento da geógrafa Simone Ferreira à CPI da Aracruz, em que sistematiza sua pesquisa sobre o impacto da Monocultura de Eucalipto: Autos da CPI da Aracruz, 2002, fls.1989. In: Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto, 2002.

Meio Ambiente. No período da execução desta obra, um ex-diretor da empresa era secretário de Desenvolvimento do Governo estadual.⁹¹

Um estudo realizado em 2004 pela Associação de Geógrafos Brasileiros,⁹² secção Espírito Santo, descreve que, para a construção das duas primeiras unidades da fábrica A e B da Aracruz, foi criado um sistema integrado de represas no Rio Santa Joana e nos córregos Santa Joana, Águas Claras, Arroz, Alvorada, Piabas e Constantino, em Aracruz.

*“Com a interrupção do curso dos rios naquele ponto, a água que desce pelo Riacho sobe pelo Gimuhuna, invertendo o curso desse rio. Bombas instaladas ao lado da represa da Aracruz provocam a retroação do rio. Em vez de descer em direção à foz, ele agora sobe em direção às máquinas da fábrica. (...) As nascentes e grande parte do curso desses rios passaram a ser de uso exclusivo da Aracruz Celulose”.*⁹³

As denúncias referentes ao consumo de água do complexo industrial da Aracruz em Barra do Riacho também são graves. A empresa consome cerca de 250 mil metros cúbicos de água por dia, quantidade que poderia abastecer uma cidade de 2,5 milhões de habitantes. No entanto, desde o início das operações da primeira fábrica, em 1978, a Aracruz Celulose S/A *“nunca pagou nada pelo uso privado desse recurso coletivo”* (FASE, 2003).

O uso indiscriminado de agrotóxicos nos eucaliptais é também uma das principais críticas ecológicas à Aracruz Celulose. A crítica ambientalista afirma que os agrotóxicos são utilizados próximo às nascentes e, durante as épocas de chuva, são por ela levados até os córregos e rios. O rio Guaxindiba, localizado perto da aldeia Tupinikim de Pau Brasil, recebe sistematicamente agrotóxicos utilizados nos plantios de eucalipto da Aracruz Celulose, pois atravessa as grandes extensões destes monocultivos (MARACCI, 2004). Os riscos em relação aos agrotóxicos atingem também os trabalhadores das empresas terceirizadas que os aplicam nos eucaliptais. Em um depoimento gravado e apresentado à CPI da Aracruz, um funcionário da empresa Plantar, contratada pela Aracruz Celulose, fala sobre os problemas de saúde decorrentes do uso dos agrotóxicos:

⁹¹ Armas judiciais contra fábricas de papel no Brasil. Terramérica, 11 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.fase.org.br/reg_espsanto/pagina.php?id=1083. Acesso em: 1/06/2008

⁹² Disponível em: www.seculodiario.com/arquivo/2004/abril/26/.../arquivo2.doc. Acesso em 1/6/2008

⁹³ Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/html/sessao_3/2008/06/01/noticia_interna.id_sessao=3&id_noticia=10077/noticia_interna.shtml. Acesso em 1/06/2008.

*“Trabalhei com Mirex, Skout, Herbicida, Amarelão. O Amarelão trabalhávamos à tarde, tomávamos banho, deitava para dormir e no outro dia amanhecia com olho colado e dor de cabeça... Algumas pessoas que usaram esses remédios desmaiaram... Agora tem o Skout que mata o pé de eucalipto com trinta dias... O eucalipto que está para corte, não querem brotação, aplicam um tal de Skout, com trinta dias o pé de eucalipto está morto. O pessoal trabalha, mas a máscara que eles dão não ajuda na respiração, só abafa. As pessoas não ‘aguenta’ e tem que tirar”.*⁹⁴

A partir de uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal em 1993, passou a existir maior fiscalização dos órgãos públicos sobre a empresa,⁹⁵ porque até então esta nunca havia sido autuada por delitos ambientais. A referida Ação teve por objetivo formalizar uma denúncia alavancada pelo ambientalista Augusto Ruschi, na qual constava uma série de irregularidades decorrentes do programa de Fomento Florestal da Aracruz⁹⁶ desenvolvido no Espírito Santo.⁹⁷

Existem também críticas ambientalistas ao mercado consumidor da celulose produzida pela empresa, sobretudo europeu, o qual exige celulose branqueada. Para o branqueamento desta matéria-prima, é comum utilizar produtos à base de cloro. A partir de tal mecanismo são gerados subprodutos como organoclorados e dioxinas altamente tóxicos para o meio ambiente. Apesar das tecnologias para o branqueamento da celulose ECF (Elemental Chlorine Free) e TCF (Total Chlorine Free) estarem disponíveis desde o final da década de 80, a Aracruz ainda utiliza o cloro elementar em grande parte de sua produção. Apenas 10% da celulose são branqueadas pelo processo TCF. Toda esta produção é destinada ao mercado alemão, onde a celulose à base de cloro já está proibida, pois, segundo a Aracruz, “sem esta nova tecnologia, íamos perder vendas de cerca de 150.000 toneladas ao ano” (FASE, 2002, 38).

⁹⁴ Autos da CPI da Aracruz, fls. 4940. In: Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto. FASE, 2002.

⁹⁵ Ação Civil Pública n. 930004033-2, na 7ª Vara da Justiça Federal de Vitória, Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.

⁹⁶ Falaremos sobre este programa no capítulo IV.

⁹⁷ O Ministério Público pediu a condenação dos réus a reparar os danos ambientais causados à Floresta Tropical Atlântica e a condenação da Aracruz Celulose a reparar os aceiros realizados de forma a restaurar, com espécies nativas, as áreas desmatadas irregularmente. Solicitou ainda ao Governo do Estado que revisasse o procedimento de localização e implantação das atividades da Aracruz Celulose. A Ação Civil Pública, em face da apuração de danos ambientais à Mata Atlântica e desobediência à Legislação ambiental, teve como ré não só a Aracruz Celulose, mas também o Ibama e o próprio Governo do Estado do Espírito Santo.

A empresa ainda não possui o selo de certificação florestal do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (Forest SteewardShip Council- FSC)⁹⁸, e por isso está sujeita a diversas pressões por parte dos consumidores norte-americanos e europeus. Como exemplo, temos o caso de Aspen, cidade turística no estado americano do Colorado, onde os produtos da empresa de papel sanitário Kimberly Clark foram removidos das estações de esqui, hotéis e restaurantes devido a campanhas protagonizadas por ONGs ambientalistas, entre as quais o Greenpeace. Estas organizações acusaram a empresa de utilizar fibras de celulose de madeiras retiradas de florestas nativas do Canadá e condicionaram o fim do boicote à certificação da empresa pelo FSC.⁹⁹ Conforme o funcionário do setor de sustentabilidade da Aracruz, em entrevista, uma nova política de compra de celulose foi desenvolvida pela Kimberly Clark em consulta à organização não governamental ambientalista WWF. Esta empresa, que é cliente da Aracruz Celulose, está maximizando a compra de produtos de “florestas” com selo FSC e inspeciona periodicamente os processos produtivos de seus fornecedores. Conta-nos o entrevistado que diversos produtores de celulose do mundo se certificaram e clientes-chave da empresa se comprometeram com o FSC. Este cenário faz com que a obtenção do selo FSC seja uma das metas prioritárias para Aracruz em 2010.

3.4 A Crítica camponesa

3.4.1 “Nós não comemos eucalipto”

Recentemente os movimentos de trabalhadores do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Libertação da Terra (MTL) e a Via Campesina instituíram como bandeira a luta contra o agronegócio exportador, tendo como um dos focos o setor de celulose e papel. Desde 2004, com a ocupação de uma área de eucaliptos da Veracel Celulose no extremo sul da Bahia, o MST vem realizando ocupações nas fazendas de eucalipto de diversas empresas.¹⁰⁰ A concentração de terras, a baixa produção de

⁹⁸ Importante destacar que o Forest SteewardShip Council não emite certificados, são empresas certificadoras, credenciadas e monitoradas pelo FSC, que o fazem.

⁹⁹ Disponível em: <http://www.friendlygreen.org/media/forestfriendlytoolkit.pdf>. Acesso 20/12/2009.

¹⁰⁰ É importante lembrar que o MST já colaborava ativamente nas mobilizações dos povos indígenas na década de 1990 e o MPA, nas mobilizações dos quilombolas.

alimentos diversificados e a degradação ecológica são as principais críticas com relação ao agronegócio exportador. Segundo dados do MST, este setor representa 15,6% dos estabelecimentos agrícolas, mas possui 75,7% de toda a área agrícola do país.

*“O agronegócio, representado pela Aracruz Celulose, é o grande inimigo da Reforma Agrária porque impede a descentralização das terras”.*¹⁰¹

Através das ocupações das fazendas de eucaliptos, de laranjais e de outras monoculturas, o MST problematiza o conceito de terra produtiva, perguntando a que custo social e ambiental se cultivam esses produtos e quem se apropria dos lucros advindos desta produção. As ocupações em áreas com plantio de eucalipto são formas de disputar o território com as grandes empresas, notadamente o setor de celulose e papel, tendo em vista que suas monoculturas concorrem com a criação de novos assentamentos da reforma agrária.

*“Algumas terras serão destinadas à reforma agrária ou serão destinadas ao eucalipto. Portanto o confronto com a Aracruz, a Votorantim e a Stora-Enso é inevitável”.*¹⁰²

Na concentração de terras está a principal crítica à Aracruz. A empresa é a principal detentora de terras do estado do Espírito Santo. No município de Aracruz, a empresa é proprietária de 41% das terras, e, segundo o Macrozoneamento Costeiro Litoral Norte do Espírito Santo, realizado em 1998, isso equivaleria a 42.781 hectares (FASE, 2002). Quanto ao município de Conceição da Barra, cerca de 68% do território é ocupado pelo plantio. Segundo dados de 1987, a Aracruz possuía mais de 100.000 ha de terras agricultáveis no Estado, sendo mais de 41.000 ha localizados no município de Aracruz e 59.000 ha nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus (DALCOMUNI, 1990). Considerando que existem 973.000 hectares de áreas planas mecanizáveis no Estado, a Aracruz Celulose ocupa 8,75% desta área com seus plantios (FASE, 2002).

No município de Vila Valério, ES, a Aracruz adquiriu 1.500 hectares, o que ocasionou a migração de mais de 100 meeiros de suas terras (REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, s/data). Esta concentração acarretou o aumento do preço das terras agricultáveis na região norte, inviabilizando em muitos casos a desapropriação de terras para a reforma agrária.

¹⁰¹ Ednalva Moreira Gomes, integrante da direção nacional do MST. “MST reocupa fazenda da Aracruz Celulose no ES.” Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/670>

“Por exemplo, o Incra antes pagava 20, 30 mil por alqueire, hoje paga 30, 35. E por lei o Incra não pode pagar mais do que vale. A questão do preço da terra foi um, ela não conseguia desapropriar mais pela agravação do preço da terra por essa questão da expansão da empresa”.¹⁰³

Ainda com relação à compra de terras, as principais críticas do MST e também do Movimento de Libertação da Terra, no extremo sul da Bahia, é a apropriação de terras devolutas por parte das empresas, notadamente a Veracel, na Bahia e Aracruz, no Espírito Santo. Esta crítica se dirige aos governos Estadual e Federal. Um entrevistado do MST de São Mateus afirma que a Aracruz priorizou a compra de terras nos municípios de Aracruz e São Mateus, por serem municípios que possuíam grandes quantidades de terras devolutas. Essas áreas são foco de ação deste movimento, que busca pressionar também o Estado:

“Aqui no Espírito Santo tem 80 mil hectares que são áreas devolutas... Então nós já ocupamos secretaria de agricultura, já fizemos audiência com o governo, já denunciemos, já ocupamos fazendas que têm áreas devolutas. E nunca nenhum governo até hoje, apesar que nós já fizemos dossiê organizado dizendo aonde as áreas estão, algumas que nós indicamos. E nunca a gente conseguiu que o Incra, que é um órgão do Estado, fizesse assim: ‘essa área é devoluta, está ocupada com eucalipto da Aracruz celulose e nós queremos... uma área que antes era plantada’”.¹⁰⁴

A questão da produção de alimentos é também sistematicamente levantada pelos movimentos do campo, que atribuem a carência de gêneros alimentícios à vastidão da área dedicada as plantações de eucaliptos:

“Foram várias articulações de luta para ocupar áreas, parar as carretas que estão transportando eucalipto e para manifestar essa questão da necessidade de produzir alimento e não celulose. Nós entendemos que o problema de produção de alimento não é só pra o camponês do campo, mas o pessoal na cidade que não come eucalipto, não come papel, ele come é feijão, arroz, farinha”.¹⁰⁵

Um integrante do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) de São Mateus sustenta que a implantação da Aracruz Celulose engendrou o esvaziamento do território e, com ele, o sentimento de vizinhança, a relação de solidariedade entre os moradores que ainda permaneceram na região:

¹⁰² “Crise global favorece reforma agrária, avalia MST”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u493002.shtml> 22/01/2009.

¹⁰³ Entrevista realizada com militante do MST em São Mateus, ES. Março de 2009

¹⁰⁴ Entrevista realizada com militante do MST em São Mateus, ES. Março de 2009

*“E uma outra coisa foi quebrar a cultura de resistência do povo, a cultura que o povo tinha, das rezas, das bênçãos, dos costumes, então a Aracruz quebra isso quando começa a expulsar as famílias dessas comunidades e a cortar um território tão grande pra plantação de eucalipto e a dizer: ‘nessa faixa aqui de eucalipto você não pode passar, você não pode transitar’, então o povo que tinha o costume de circular pelo território, pra ir numa reza, pra ir numa cachoeira, pra ir numa ladainha e coisa e tal, o povo é impedido de ter acesso a essas forma de manifestação cultural e aos bens da natureza”.*¹⁰⁶

Além da expropriação das terras das famílias camponesas, este esvaziamento do campo é gerado pela baixa oferta de empregos na monocultura de eucalipto. Segundo dados do MPA, cada hectare plantado com café é capaz de gerar um emprego direto.

Cultura	Hectares para gerar 1 emprego direto e indireto	Hectares para gerar 1 emprego direto
Monocultura de Eucalipto (Aracruz Celulose)	122	28
Monocultura de Eucalipto (Veracel Celulose)	183	37
Café	1	1

(Fonte: OVERBEEK, W, De'Nadai, A. Soares, L., 2005)

3.5 A articulação no coletivo Rede Alerta Contra o Deserto Verde:

Como observamos, ainda que muitas das críticas à Aracruz Celulose já apareçam desde sua implantação, na década de 60, a articulação entre os movimentos sociais ganha forma e densidade no final da década de 1990, na constituição da Rede Alerta contra o Deserto Verde.¹⁰⁷ A pesquisa de Lobino (2008) mostra que é difícil precisar a data de surgimento da Rede, mas é possível dizer que a proposta de expansão dos

¹⁰⁵ Entrevista realizada com militante do MPA em São Mateus, ES. Março de 2009

¹⁰⁶ Entrevista realizada com militante do MPA em São Mateus, ES. Março de 2009

¹⁰⁷ No Espírito Santo a Rede Alerta é formada por MST, MPA, Associação de Geógrafos Brasileiros (ABG), Comissão Pastoral da Terra, FASE, RACEFFAES – escola família agrícola, Diretório Central dos Estudantes, brigada indígena, comissão tupinikim guarani, AITG, Comissão quilombola Sapê do Norte, Fórum de Mulheres do Espírito Santo, Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA), Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Igreja de Confissão Luterana /Brasil, Movimento Anarko-Punk, dentre outros grupos na Bahia, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, somando mais de 100 grupos participantes (LOBINO, 2008). Importante destacar que, na formação da RADV, a Associação de Pescadores de Barra do Riacho e a Associação Comunitária de Barra do Riacho participaram ativamente.

plantios da Aracruz no Espírito Santo e a tentativa da empresa de obter o selo verde *Forest StewardShip Council* em 1999 seriam os fatos geradores deste coletivo. Esta articulação conseguiu reunir índios Tupinikim e Guarani, Quilombolas do Sapê do Norte, estudantes, professores, assessores parlamentares, a FASE e outras organizações.

A proposta era a elaboração de um dossiê que reunisse as provas de irregularidades sociais e ambientais cometidas pela Aracruz. Este dossiê foi entregue à certificadora e resultou na não obtenção do selo verde pela empresa (LOBINO, 2008). Em 2000 foi realizado um grande seminário na Universidade Federal do Espírito Santo, organizado pelo movimento, até então chamado de “Movimento Alerta Contra o Deserto Verde”. Participaram deste seminário alguns ambientalistas do Espírito Santo, lideranças das comunidades, representantes de mandatos legislativos, pesquisadores nacionais e internacionais. Fruto deste seminário, o livro *Os danos socioambientais da monocultura do eucalipto no Espírito Santo e na Bahia* foi o primeiro de diversos livros produzidos por este coletivo. Desde sua fundação, este coletivo realizou outros encontros, manifestações, marchas, ocupações, filmes, audiências públicas, processos, ações civis e diversas denúncias em fóruns internacionais.

Todas essas críticas tiveram diversas repercussões também no âmbito legislativo no estado do Espírito Santo. Como alguns exemplos temos : o projeto de lei 6780/2001 e a Comissão Parlamentar de Inquérito da Aracruz Celulose. O projeto de lei 6780/2001, elaborado pelo deputado estadual Nasser Youssef em conjunto com os movimentos sociais, proibia o plantio de eucalipto para celulose no estado do Espírito Santo até que fosse concluído o Zoneamento Ecológico Econômico.¹⁰⁸ Outra repercussão foi a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 2002, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, para investigar as irregularidades na aquisição de terras e nos licenciamentos para o plantio de eucalipto por parte da Aracruz Celulose. Além destas repercussões, houve ainda algumas leis municipais na Bahia proibindo ou impondo restrições ao plantio de eucalipto, como por exemplo o Projeto de Lei nº 57/2001, aprovado pela Câmara de Vereadores de Porto Seguro, que proibia a expansão do plantio de eucalipto e de pinheiro em todo o município; ou como em Canavieiras, BA, onde foi promulgado o Decreto 60/2005 regulamentando a lei municipal 700/2004, que controla o plantio de eucalipto.

¹⁰⁸ Esse projeto de lei foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no mesmo ano.

Vale ressaltar ainda que existiram outros importantes atores sociais que criticaram as práticas empresariais da Aracruz Celulose e se integraram à RADV. É o caso dos funcionários mutilados que foram demitidos na década de 1990. Estes ex-funcionários uniram-se no Movimento dos Mutilados da Aracruz Celulose e suas denúncias foram mundialmente reconhecidas.

A aglutinação de movimentos sociais diversos entre si, mas com um objetivo comum – a crítica e a resistência à expansão dos monocultivos de eucalipto – garantiu a força e a notoriedade da Rede Alerta. Nas palavras da liderança Tupinikim:

*“A gente acredita que é solidariedade, pelo fato da luta deles ser a mesma que a nossa, porque a maioria, por exemplo, os quilombolas ali em São Mateus, Conceição da Barra, eles reivindicam seus direitos contra a Aracruz Celulose, porque o território que eles estão ocupando é tudo plantação de eucalipto também. Então a gente assim, a gente acabou se fortalecendo com a luta deles, assim, a gente pegou experiência enquanto eles pegou experiência com a nossa luta”.*¹⁰⁹

Observamos a partir dos depoimentos expostos e dos documentos pesquisados que a forma como a Aracruz Celulose se apropriou do território na região norte do Espírito Santo desencadeou um processo extraordinário de mobilização social, construindo laços de solidariedade entre duas etnias indígenas, comunidades quilombolas, camponesas e movimentos ambientalistas, envolvendo a sociedade brasileira bem como de outros países, integrando movimentos sociais do campo e da cidade.

¹⁰⁹ Liderança indígena Tupinikim da aldeia de Pau Brasil, ES. Entrevista realizada em março de 2009.

CAPÍTULO IV

A ARACRUZ CELULOSE E O ENFRENTAMENTO DA CRÍTICA

Segundo Cappellin (2009), a empresa pôde se legitimar, durante muito tempo, unicamente pelos resultados advindos de seu crescimento econômico, o que permitia um comportamento independente da problemática territorial em que estava envolvida. Sua liberdade se manifestava na escolha unilateral de seus interlocutores e na definição autônoma de suas estratégias de expansão. Entretanto, a empresa vem sendo chamada a legitimar-se através das respostas aos constrangimentos sociais, instituídos pelas preferências de consumidores, solicitações das comunidades do entorno, normas internacionais, etc. Atualmente, o que está em questão é a superação do chamado “projeto civilizador da empresa”:

“Isto é, está sendo contestada a validade de pensar que a empresa possa, de forma autárquica, além de autoritária, estabelecer regras de reprodução das relações sociais.” (CAPPELLIN, 2009)

Neste capítulo pretendemos discutir a forma como a Aracruz tem procedido às críticas recebidas e verificar se a crescente articulação dos movimentos sociais e as tentativas de impor restrições legais para o plantio de eucalipto no Espírito Santo contribuíram para que a empresa modificasse suas estratégias socioterritoriais. Analisamos tais estratégias entendendo-as como importantes elementos no processo de legitimação da empresa, cujo “projeto civilizador” de outrora foi sendo sistematicamente questionado pelas denúncias dos movimentos sociais.

Dividiremos este capítulo em três seções. A primeira discutirá as influências da crítica nas estratégias locais para a expansão de suas plantações. A segunda analisará os projetos de integração com pequenos e médios agricultores na prática do chamado “Programa Produtor Florestal”. A terceira e última parte buscará entender a relação entre as críticas e a implantação de projetos “socioambientais” pela empresa.

4.1 A Crítica e as Estratégias Locacionais:

A possibilidade de escolha entre diferentes territórios constitui-se como um fator relevante na tentativa de contornar a crítica e de certa maneira desarmá-la. Boltanski e Chiappelo (1999) argumentam que, na atual configuração social, o chamado mundo consexionista, a exploração está baseada no diferencial entre móvel e imóvel. Esse diferencial de mobilidade consiste em uma exploração pelos agentes móveis – capitais financeiros, empresas multinacionais – dos agentes menos móveis – países, comunidades locais, classes trabalhadoras. Quem tem a possibilidade de decidir, unilateralmente, se instalar ou se retirar de algum lugar impõe os seus interesses e dita suas regras para quem não tem esta mobilidade.

“Las empresas tratan de reducir cada día más todo aquello susceptible de atarlas a un territorio concreto, a un personal determinado. El diferencial de movilidad se ha convertido en la actualidad en una nueva mercancía muy apreciada. Sin embargo, ni los rapidos lograrían sobrevivir sin el soporte de las actividades sedentarias ni la red que animan podría prescindir de su inscripción en territorios concretos ni del trabajo de máquinas y humanos, los pesos pesados por excelencia. Su proyecto consiste en enriquecerse, pero sin soportar ese peso.” (BOLTANSKI, CHIAPPELO).

Esta condição, segundo Acelrad (2002), contribuiu para que os agentes econômicos incorporassem também o papel de agentes políticos, alterando leis trabalhistas, ambientais e outras, pois com o seu poder de gerar empregos e impostos para os governos locais, as grandes empresas colocavam como condição a obtenção vantagens fiscais e regulatórias para a alocação de seus investimentos. A decisão de investir em uma determinada região estaria na razão inversa da mobilização dos agentes sociais. Quanto mais se mobilizam, decididos a lutar pelo cumprimento da legislação trabalhista e ambiental e dispostos a realizar protestos e ações contra as bases industriais (como demarcações de áreas, ocupação de terras, etc.), menor será a possibilidade de haver investimentos em seus territórios por parte dessas empresas. É nesse sentido, bem sintetizado por Acelrad, que nos referimos ao “desarme” da crítica e da organização social:

“Neste quadro político-institucional, os capitais conseguem ‘internalizar a capacidade de desorganizar a sociedade’ (quer dizer, adquirir o poder de desorganizar a sociedade), punindo com a falta de investimentos os espaços mais organizados, e premiando, por outro lado, com seus recursos, os espaços menos organizados” (ACSELRAD, 2004).

A fim de refletir acerca da importância do processo das escolhas locacionais nas estratégias de expansão da Aracruz Celulose, utilizaremos dois exemplos significativos: a expansão da empresa para os municípios do extremo sul da Bahia e as tentativas de formar uma base de plantios no Rio de Janeiro. Como mostra o seguinte comentário do presidente da Aracruz, Carlos Lira Aguiar, o tema dos conflitos ambientais é de grande relevância nas decisões corporativas da empresa:

*“O estado (do Espírito Santo) ainda não está descartado para sediar futuros projetos da empresa, entretanto, hoje não é considerado pela Aracruz como território prioritário para novos investimentos. Os conflitos com os indígenas que reivindicam posse de terras; o trabalho contra a empresa junto a grandes clientes no exterior por parte de grupos defensores dos índios; as tentativas da Assembleia Legislativa de impedir novos plantios de eucalipto; e as comissões de inquérito instaladas contra a Aracruz acionaram o sinal de alerta para os diretores e acionistas da empresa. (...) Tudo isso leva não a sair do Espírito Santo, mas a buscar outras opções. Não se pode colocar todos os ovos em uma única cesta”.*¹¹⁰

O axioma econômico de que *não se deve colocar todos os ovos em uma cesta*, ganha, neste caso, um significado político, pois demonstra que a empresa deve estar atenta quanto aos movimentos da sociedade ao condicionar a escolha de territórios para a implantação dos empreendimentos ao nível de articulação e mobilização dos grupos sociais críticos.

Discute-se também que a construção da unidade industrial de Guaíba, no Rio Grande do Sul, se deve, em grande parte, aos conflitos com os índios Tupinikim e Guarani no Espírito Santo. Segundo a índia Tupinikim, liderança da aldeia de Pau Brasil, a mobilização indígena teria alterado as estratégias territoriais da empresa:

*“Falam que os índios enfraqueceu a empresa, eles construíram uma fábrica aí e a fábrica foi pro Rio Grande do Sul, eles (a Aracruz) alegam que fomos nós, entendeu”.*¹¹¹

Os integrantes do movimento de justiça ambiental afirmam que a possibilidade de constante mobilização das unidades industriais configura-se como uma importante estratégia empresarial que atua na direção da regressão dos direitos sociais e das normas ambientais. Assim, os grupos que sofrem as chantagens da deslocalização de empreendimentos devem manter-se críticos mesmo ante a ameaça de saída das empresas. Todavia, este movimento tem igualmente como divisa a luta pela não

¹¹⁰ “Espírito Santo perde novos investimentos da Aracruz”, por Rita Bridi. A Gazeta Online, 30/07/2006.

¹¹¹ Liderança indígena Tupinikim da aldeia de Pau Brasil, ES. Entrevista realizada em março de 2009.

exportação da injustiça ambiental para outros estados ou países onde as regulações trabalhistas e ambientais são mais flexíveis e a mobilização social menor. Assim é que o movimento de justiça ambiental procura se internacionalizar para construir uma “*resistência global às dimensões globais da reestruturação espacial da poluição.*” (ACSELRAD, 2005) Novamente encontramos na fala da liderança Tupinikim de Pau Brasil uma expressão desta articulação contra a exportação da injustiça ambiental:

“Então a gente quer mais lutar que ela também não cresça lá no Rio Grande do Sul, na Bahia, mesmo que nós conquistemos nossas terras nós vamos (...) Eu tive uma vez no Rio Grande do Sul, logo que nós conquistamos com a assinatura do ministro”.¹¹²

4.1 O Extremo Sul da Bahia:

O processo de redemocratização fez com que emergissem as críticas mencionadas no capítulo anterior, provocando o debate público sobre os impactos da monocultura de eucalipto e da monopolização de terras pela Aracruz Celulose. A expansão desta empresa era criticada por alguns parlamentares capixabas opositoristas ao governo civil-militar.¹¹³ Eles questionavam o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), elaborado pela empresa de engenharia Jakko Poyri em 1986, destinado à construção da segunda fábrica da empresa, assim como as Secretarias estaduais de Saúde e Meio Ambiente, que nunca fiscalizaram devidamente as atividades da Aracruz Celulose. A imprensa capixaba noticiava este debate, conforme mostra a notícia do jornal *A Gazeta*, de 13 de Março de 1987:

“Em recente encontro com diretores da Aracruz Celulose, o governador eleito Max Mauro, segundo dirigentes do PMDB, bateu na mesa e afirmou que a empresa não plantará mais um pé de eucalipto no Norte do Estado.” (FASE, 2006)

Em 1988, a Secretaria do Estado do Espírito Santo para Assuntos do Meio Ambiente (SEAMA) condicionou a licença para a duplicação da Aracruz à não expansão dos plantios de eucalipto em terras próprias (FASE, 2006).

¹¹² Liderança indígena Tupinikim da aldeia de Pau Brasil, ES. Entrevista realizada em março de 2009.

¹¹³ A saber: deputados estaduais João Coser (PT), Ângelo Moschen (PT) e Paulo Hartung (PMDB) e pelo deputado federal constituinte Vítor Buaiz (PT) (FASE, 2006).

Soma-se a esta restrição o fim do programa de incentivos fiscais do Governo Federal para o reflorestamento. Pressionada, a empresa inicia o processo de compra de terras no extremo sul da Bahia, adquirindo, em 1989, cerca de 48 mil hectares. Segundo Ciro de Oliveira Guimarães, diretor de desenvolvimento da empresa, naquela época “*a alternativa que encontramos (frente à legislação estadual) foi a de comprar terras no estado vizinho*”.¹¹⁴ A partir de então, o extremo sul da Bahia tornou-se uma região de importância estratégica para a expansão da empresa.

No ano de 2000, a Aracruz aumentou a sua atuação no extremo sul ao adquirir 45% da empresa Veracel Celulose. Trata-se de uma *joint-venture* entre Aracruz e a sueco-finlandesa Stora-Enso,¹¹⁵ localizada na fronteira entre os municípios de Eunápolis e Belmonte, Bahia. Em 1991, quando a empresa chegou à região, chamava-se VeraCruz Florestal, resultado da união do grupo Odebrecht com a Floresta Rio Doce, da Companhia Vale do Rio Doce. Em 1997, com o objetivo de expandir a fábrica, a Odebrecht buscou a sueca Stora (que depois fundiu-se com a finlandesa Enso, tornando-se uma das maiores produtoras de papel do mundo, a Stora Enso, com sede em Helsinque, Finlândia). Em 2000, a Aracruz comprou a parte da Odebrecht e tornou-se acionista da Veracel, elevando o potencial financeiro e produtor da empresa (CARRERE; LOHMANN, 2005).

*“O investimento de US\$ 81 milhões na Veracel atendeu a dois objetivos: garantir suprimento de madeira para os três primeiros anos de operação da Fábrica C, e a oportunidade de expandir nossos negócios a partir de uma outra base operacional na Bahia, a qual nos permitirá a longo prazo reproduzir, naquele Estado, a história de sucesso da Aracruz no Espírito Santo”.*¹¹⁶

A compra da Veracel objetivava manter a Aracruz como a maior produtora de celulose de fibra curta do mundo. Sobre esta parceria, Nill Grasstrom, presidente da Stora Enso, afirma:

*“Chegamos para ficar num país acolhedor, com boa infraestrutura e política atrativa para as empresas multinacionais. Ao nosso lado temos o melhor parceiro”.*¹¹⁷

¹¹⁴ A Gazeta, 8/07/1989.

¹¹⁵ www.veracel.com.br

¹¹⁶ ARACRUZ CELULOSE S.A. Resultado Consolidado 2000. In: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 17 jan. 2001. p. 19. Apud Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto 2002, p16.

¹¹⁷ “Aracruz não para de crescer. Campeã de 2005 de as melhores da Isto É Dinheiro.” Por Marco Damiani. Fonte: Isto É Dinheiro. 21/09/2005.

A Veracel tem 225 mil hectares de terras, dos quais mais de 90 mil já possuem plantios para abastecer a atual fábrica. A sua fábrica atual começou a operar em 2005 e é considerada uma das mais eficientes do mundo na produção de celulose de eucalipto. A unidade produz quase 1,1 milhão de toneladas por ano e os volumes são divididos entre a Aracruz e a Stora Enso. Enquanto a Aracruz vende essa produção no mercado internacional, a Stora Enso embarca a celulose para abastecer suas fábricas de papel na Europa, utilizando-a como matéria-prima a um custo mais baixo do que os concorrentes no mercado europeu.¹¹⁸ O projeto da construção da Veracel está de acordo com a dinâmica do mercado mundial de celulose e papel, pois quando os preços desta matéria-prima estão em queda, não é favorável o investimento em novas fábricas para a ampliação da produção, assim a estratégia é comprar participações em outras empresas, de preferência nos países do hemisfério sul. Para a Stora Enso, grande produtora de papel, é importante possuir fábricas de celulose porque diminui a sua dependência do mercado mundial.¹¹⁹ Conforme declaração de Kari Vainio, vice-presidente executivo de comunicações da Stora Enso, no *Financial Times*, em maio de 2005:

“With time, production will shift from North America and Scandinavia to the southern”.¹²⁰

4.2 O Rio de Janeiro:

O estado do Rio de Janeiro passou a fazer parte dos planos de expansão da Aracruz devido à proximidade espacial, às semelhanças climáticas e topográficas e ao apoio do Governo do estado e dos governos municipais do Norte e Noroeste Fluminense.¹²¹ O processo se iniciou quando, em novembro de 2001, a Aracruz Celulose assinou um Protocolo de Intenções com o então governador Anthony Garotinho para o plantio de 42 mil hectares de eucalipto em Campos dos Goytacazes. O projeto no estado do Rio previa que 12 mil hectares plantados ficariam em áreas próprias da empresa, e outros 30 mil em terras de terceiros. Interessante observar que a

¹¹⁸ “Veracel 2 é prioridade, diz Stora Enso”. Valor Econômico.24/10/2008.

¹¹⁹ A Stora Enso está fechando fábricas na Suécia e na Finlândia, reduzindo a capacidade de produção de celulose em 550.000 toneladas ano e 853 mil toneladas ano para produtos de papel.¹¹⁹ Relatório anual 2007, p.75, www.storaenso.com

¹²⁰ Raymond Colitt (2005) “Brazilian plant may prompt lower pulp prices”, *Financial Times*, 27 May 2005. In: Lang, Chris. “Banks, Pulp and People. A Primer on Upcoming International Pulp Projects.” Urgewald, 2007.

¹²¹ O Secretário de Agricultura local de Macaé, Alessandro de Oliveira Cesar, afirmou que a prefeitura poderia apoiar através da “isenção de impostos, escolha do terreno e apoio em infraestrutura”.

data da visita do Governador Anthony Garotinho (bem como de diversos prefeitos da região noroeste) à sede da Aracruz, no Espírito Santo coincidiu com o período de aprovação do projeto de lei 6.780/2001, que proibia plantios de eucalipto para indústria de papel e celulose no Espírito Santo até que fosse concluído o Zoneamento Econômico Ecológico. Às acusações da RADV sobre a chantagem que a empresa estaria fazendo com o governo do Espírito Santo, utilizando a possibilidade de migrar para o Rio de Janeiro como barganha para a flexibilização da legislação, o diretor de operações da empresa, Walter Lídio Nunes, respondeu dizendo que “*não usaríamos o governo num jogo. É uma alternativa para não ficarmos presos a ações políticas incoerentes*”.¹²²

No entanto, este Protocolo de Intenções foi cancelado na gestão da vice-governadora Benedita da Silva, que assumiu o governo depois de Anthony Garotinho ter-se licenciado para concorrer à Presidência da República. A grande articulação dos movimentos sociais contra este protocolo foi determinante para o seu cancelamento. Destas mobilizações resultaram audiências públicas, seminários sobre os impactos sociais e ambientais da monocultura de eucalipto, assim como a lei 7.282, aprovada na Câmara Municipal de Campos em agosto de 2002, que impõe uma série de dispositivos restritivos aos plantios de eucalipto no município (PEDLOWSKI, FÖEGER, 2004). Nesse período foi criada ainda a Rede Fluminense contra o Deserto Verde, que congrega diversas organizações sociais e ambientalistas. Toda essa mobilização foi caracterizada por Pedlowski e Foeger como:

“Um momento de aglutinação, não só das forças atuantes ainda isoladamente no Rio de Janeiro, mas também daquelas forças envolvidas no enfrentamento com a Aracruz no Espírito Santo”. (PEDLOWSKI, FÖEGER 2004).

Em janeiro de 2003, foi aprovada a lei 4.063, sobre o Zoneamento Ambiental no estado do Rio de Janeiro, que impunha diversas restrições aos monocultivos de eucalipto e condicionava qualquer empreendimento de silvicultura a um zoneamento ecológico-econômico prévio. Todas essas dificuldades levaram a Aracruz a se inserir no estado através apenas do Programa Produtor Florestal. Criado em 1990, este programa baseia-se em contratos realizados com pequenos e médios agricultores para que plantem eucaliptos em suas próprias terras e depois vendam a produção para a Aracruz. Existem três modalidades de participação: 1º “Fornecimento de Mudas”: a Aracruz fornece mudas de eucalipto e assistência técnica ao produtor; se este vender sua produção à

¹²² Polêmica do eucalipto rumo ao Rio. <http://jbonline.terra.com.br/08/01/2002>.

empresa, ela não cobrará pelas mudas e pela assistência técnica; 2º “Preferencial”: a empresa fornece mudas, assistência técnica, fertilizantes e inseticidas; se o produtor vender sua produção à Aracruz, não pagará pelos insumos. 3º “Contrato de Compra e Venda”: é considerado pela empresa como mais completo: além de fornecer os insumos, há um financiamento antecipado da Aracruz para o plantio, a manutenção e a colheita da madeira; o financiamento é concedido em sete parcelas e é convertido em créditos de madeira no momento da entrega da produção.

Desde 2005, a empresa tem seu escritório no município de Itaperuna, noroeste fluminense, e trabalha apenas com os agricultores que integram este programa. Até o final de 2007, a empresa possuía 15 contratos ativos no Rio de Janeiro, em oito municípios do noroeste fluminense: Miracema, Varre-Sai, Bom Jesus do Itabapoana, Laje do Muriaé, Cambuci, Itaocara, Itaperuna e Porciúncula, com 143 hectares plantados. Para 2012, a estimativa da empresa é alcançar mais de 6.000 hectares plantados no noroeste do Estado.¹²³ No entanto, uma importante alteração na legislação poderá ampliar a presença da empresa no território fluminense. Em junho de 2007, foi aprovada a lei 5.067, que altera a supracitada lei 4.063, de 2003. Esta lei permite o licenciamento e a implantação de áreas de silvicultura econômica enquanto não for instituído o Zoneamento Ecológico-Econômico; desobriga a realização de estudos de impacto ambiental em áreas menores a 400 hectares; a contrapartida obriga empreendimentos de monoculturas a plantar essências nativas, dentre outras modificações. De fato houve um crescimento no número de contratos e, conseqüentemente, dos hectares plantados. Segundo o engenheiro florestal do escritório da Aracruz em Itaperuna, atualmente a empresa mantêm 51 contratos no noroeste fluminense, com 600 hectares plantados com eucalipto e 1.800 hectares de reserva legal.¹²⁴

A empresa, através do seu site, parabenizou o estado do Rio de Janeiro pela mudança. Segundo esta matéria, a Aracruz:

*“Sempre viu na região noroeste fluminense o potencial para atividade silvicultura em escala comercial, no entanto: ‘o cultivo de florestas plantadas esbarrava na falta de regras claras para disciplinar a atividade, na morosidade dos licenciamentos e na falta de um incentivo para deslanchar’ ”.*¹²⁵

¹²³ Revista “Produtor Florestal” n° 2007. www.produtorflorestal.com.br

¹²⁴ Entrevista realizada no dia 23 de abril em Itaperuna, RJ.

¹²⁵ Revista “Produtor Florestal” n° 2007. www.produtorflorestal.com.br

Todavia, mesmo diante desta flexibilização, o engenheiro florestal entrevistado afirma que a legislação do Rio de Janeiro ainda inibe o cultivo de grandes extensões de eucalipto. Existiria uma série de condicionantes e restrições que não estão presentes em outros estados do Brasil, por exemplo, a porcentagem de 12% para a recomposição de áreas de preservação permanente. Ele diz ainda que uma base industrial precisa, no mínimo, de 90 mil hectares de plantios, o que seria impossível de se realizar dada a atual legislação. Nessas condições, o estado do Rio não seria um território muito atrativo para os investimentos da Aracruz.¹²⁶

Para o entrevistado, a “*grande pressão dos ambientalistas*” na época do Protocolo de Intenções explica por que a empresa não conseguiu se fixar, com sua própria base de plantios, no território fluminense. Ele assegura que nesse movimento contrário à vinda da empresa para o estado estiveram presentes representantes de ONGs do Espírito Santo, nomeadamente a FASE, que influenciaram “*ideologicamente*” os ambientalistas e políticos fluminenses.¹²⁷

4.2 O Produtor Florestal:

No final da década de 1980 e durante os anos 1990, a Aracruz Celulose encontrava-se em dificuldades para adquirir terras no Espírito Santo. O fim dos incentivos fiscais e o alto preço das terras capixabas, somados às crescentes dificuldades políticas que a empresa enfrentava no estado, fizeram com que esta procurasse também novas formas de adquirir matéria primas.

Uma das estratégias para manter o crescimento das plantações de eucalipto da companhia sem imobilizar recursos em capital fundiário foi a iniciativa de consórcio com agricultores. Esta iniciativa, nomeada anteriormente como Fomento Florestal,¹²⁸ atualmente é chamada de Produtor Florestal. Neste programa, a empresa, em vez de plantar os eucaliptos em terras próprias, utiliza-se das terras dos agricultores consorciados. Sabe-se que o capital empregado na compra de terras fica imobilizado; isto posto, é interessante para a empresa que terceiros sejam donos do capital fundiário, se ela puder utilizar essa terra indiretamente. Segundo Oliveira (1994, apud STÉDILE,

¹²⁶ Entrevista realizada no escritório da Aracruz, no dia 23 de abril de 2009, em Itaperuna, RJ.

¹²⁷ Entrevista realizada no escritório da Aracruz, no dia 23 de abril de 2009, em Itaperuna, RJ.

¹²⁸ Os programas de Fomento Florestal foram incorporados pela legislação, através do decreto 97.628 de abril de 1989, que permitiu a inclusão das plantações de eucalipto no Programa Integrado Floresta-Indústria, do Ibama.

1994), este tipo de associação agricultores-empresa permite ao capital monopolizar o território sem “*territorializar-se*”, desta forma o capital ficaria livre para mover-se e pode ser investido em outras áreas, ampliando a capacidade rentável da empresa (HARVEY, 1990).

Conforme a empresa, até 2007 esta dispunha de 92.700 hectares de plantios em terras dos “parceiros florestais”, distribuídos em 161 municípios, somando 3.907 contratos, com uma média de 24,65 hectares por contrato. Os produtores fornecem, aproximadamente, 23% do total de madeira utilizado pela Aracruz. A produtividade é considerada alta, em média 44 m³/ha/ano, com um ciclo de sete anos para a produção de celulose. Segundo a estimativa do gerente regional de florestas da Aracruz, a dispensa da compra de terras pode liberar até 93 milhões de dólares para a empresa:

“É um valor considerável, que pode ser usado como investimento em novas fábricas ou terras.(...) A Aracruz pretende expandir sua base florestal basicamente por meio das parcerias”.¹²⁹

Entretanto, o Produtor Florestal é uma estratégia recente na história de 40 anos da empresa. Se seu uso fosse justificado unicamente pela questão econômica, por que a empresa a adotou somente na década de 1990? Entendemos que a originalidade do Produtor Florestal não é a estratégia do programa em si, porque este é semelhante a outras formas de subcontratação de longa tradição em diversos setores da atividade agropecuária no país, como a suinocultura, a avicultura e a produção de tabaco. Parece-nos que a novidade estaria nas causas que o motivaram e nos significados que lhe são atribuídos, como, por exemplo, a possibilidade de a Aracruz contar o Produtor Florestal entre os programas de responsabilidade socioambiental. É interessante notar que este programa é divulgado pela empresa como eminentemente sustentável: “*programa voltado para as novas gerações, pois busca assegurar o suprimento de madeira para suas necessidades futuras*”.¹³⁰

Segundo a Aracruz, a opção pelo fomento significaria a possibilidade de melhorar a distribuição de renda, gerar empregos e diminuir a concentração de terra.¹³¹ Conforme seus dados, o Produtor Florestal gera mais de cinco mil empregos diretos e indiretos no campo:

¹²⁹ Eucalipto valoriza terras da Bahia em 267%. Folha de São Paulo. 30 de Abril de 2006.

¹³⁰ Disponível em: <http://www.produtorflorestal.com.br/br/anos-programa2.jsp>

¹³¹ Fonte: Revista Fomento Aracruz, n 1, 2003. Disponível em www.produtorflorestal.com.br

“O Fomento tem importante papel social, atendendo a pequenos e médios produtores garantindo-lhe uma fonte alternativa de renda, fixação do homem ao campo, geração de empregos e de impostos, e melhor aproveitamento de áreas ociosas. (...) Obviamente, não se quer substituir as áreas de lavouras e pastagens pelo cultivo de eucalipto. O que se quer é possibilitar a ocupação de áreas degradadas e improdutivas, fazendo com que a propriedade seja mais rentável”.¹³²

Esta nova forma de apropriação daquele território pela empresa traz consigo uma série de justificativas sociais. Podemos supor que o programa Produtor Florestal pretende responder às principais críticas que foram dirigidas à empresa pelos movimentos sociais no Espírito Santo. Notadamente: 1) a expulsão de camponeses do meio rural para o cultivo de eucalipto; 2) a grande concentração de terras pela empresa e os poucos empregos gerados na plantação de eucalipto; 3) a impossibilidade de cultivar outros produtos próximos a estes monocultivos; e 4) a degradação ambiental. Com este programa, a empresa alega gerar emprego no meio rural, evitando o êxodo de agricultores para a cidade, além de dizer que, devido aos pequenos hectares que são contratados para o plantio do eucalipto, não está concentrando terras. Ao afirmar que existe a possibilidade de combinar produtos tradicionalmente cultivados com o eucalipto, a empresa responderia também às críticas ambientalistas, segundo as quais a hidroravina dos eucaliptos impediria qualquer outro cultivo próximo. Além disso, a empresa determina que os produtores rurais regularizem a sua propriedade, cumprindo as leis ambientais, como no caso da averbação de reserva legal e da manutenção das áreas de preservação permanente (APP). A Aracruz, ao condicionar a manutenção do consórcio ao cumprimento destas obrigações, estaria garantindo o equilíbrio ecológico das propriedades rurais. Desta forma, o programa Produto Florestal é, nas palavras do Engenheiro Florestal da Aracruz, *“um senhor ganho ambiental”*.¹³³

Em 2006 foi realizada uma festa de 15 anos do programa “Produtor Florestal” em Serra, Espírito Santo, reunindo mais de quatro mil pessoas, entre elas produtores rurais fomentados do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Neste evento o Estado também estava presente através do então gerente do Programa Nacional de Florestas, Nelson Barbosa Leite, que representava o Ministério do Meio Ambiente. Conforme o site da Aracruz, o representante do Estado disse que o

¹³² Revista Fomento Aracruz, n 1 2003. www.produtorflorestal.com.br

¹³³ Entrevista realizada no escritório da Aracruz, no dia 23 de abril de 2009, em Itaperuna, RJ.

programa produtor florestal “é sinônimo de inclusão social, geração de emprego e renda”.¹³⁴

Nesse sentido, podemos entender o “Produtor Florestal” como uma estratégia que possibilita a empresa declarar-se “social e ambientalmente responsável”, pois a forma de expansão dos seus plantios não mais seria realizada através da apropriação de terras indígenas e quilombolas ou da grande concentração fundiária, mas pela livre escolha dos agricultores. Este Programa estaria mostrando uma empresa que oferece aos pequenos produtores a oportunidade de diversificar sua produção e aumentar sua renda familiar, pois os deixa livres para escolher, transforma a sua imagem de opositora da agricultura familiar, apresentando-se como sua parceira e conservadora da mesma.

Não pretendemos aqui analisar de forma mais detalhada as repercussões do programa “Produtor Florestal”, entretanto muitas têm sido as críticas dos pequenos agricultores que aderiram a ele. Haveria uma relação entre a falta de investimentos para a agricultura e a adesão ao programa. A quilombola da região do Sapê do Norte explica que alguns agricultores da região se animaram no início do programa por causa do pagamento inicial da empresa:

*“Muitas pessoas caíam nesse vacilo de fazer fomento, porque os filhos, não têm muito tempo, tavam passando fome, não tinha o que plantar, da onde tirar seu sustento de repente aparece aquelas pessoas te fazendo um monte de promessas te dando aquele dinheirão (...)”*¹³⁵

“Você tocar uma agricultura não tem ajuda nenhuma. A agricultura, pecuária não tem ajuda. Agora, por exemplo, se você quiser reflorestar esta área aqui, então consigo licença, agora eu tenho muda, tenho remédio e adubo gratuito”.¹³⁶

Outra importante crítica que a Rede Alerta Contra o Deserto Verde faz contra os programas de “Fomento Florestal” é que a organização e implantação deste programa implica na desorganização e, em muitas ocasiões, na interrupção da relação do pequeno e médio agricultor com a terra. Tendo em vista as características particulares do manejo

¹³⁴ “Programa Produtor Florestal fez aniversário e comemorou o sucesso com festa para produtores rurais e convidados.” Disponível em: <http://www.produtorflorestal.com.br/br/anos-programa.jsp>

¹³⁵ Entrevista com duas quilombolas do Sapê do Norte, Porto Seguro, BA. Data: 28/06/2003. Arquivo do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ.

¹³⁶ Entrevista com agricultor do Espírito Santo, contida no Relatório da pesquisa Expflo_FASE/IBASE. Rio de Janeiro; maio de 1993.

do eucalipto o agricultor deixa de ter uma relação cotidiana com a prática agrícola e por conseguinte seus descendentes perderiam o vínculo com tais práticas.

Em 2008 foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Espírito Santo para discutir os prejuízos com o programa. Os agricultores reclamaram, por exemplo, do baixo preço da madeira. A Aracruz paga R\$ 37,32 por metro estéreo de eucalipto, que diz respeito ao metro de madeira já cortada no ponto por ela estabelecido, sem considerar, portanto, o corte, o carregamento e a logística do produtor. Criticam ainda a concentração da tecnologia pela empresa, o alto risco de acidentes, a má qualidade das mudas distribuídas pela empresa, e os tocos remanescentes das sucessivas colheitas desvalorizam a área para novos usos.

Conforme o presidente da Associação de Produtores Florestais do Espírito Santo (Aprofes):

“Somos a parte mais vulnerável da cadeia produtiva da Aracruz Celulose (...) Só o transporte pode, muitas vezes, chegar a 40% do custo porque temos que entregar a madeira no ponto preestabelecido”.¹³⁷

Alguns estudos, como o de Diesel et al (2006), apontam para diferentes resultados destes programas de fomento florestal para pequenos, médios e grandes proprietários. Estes últimos seriam menos dependentes dos plantios e, em muitos casos, possuem outra ocupação profissional. Teriam também condições econômicas para terceirizar toda a parte de colheita e entrega do eucalipto à empresa sem prejudicarem a renda familiar. Entretanto, esta não é a realidade dos pequenos produtores rurais; devido ao tamanho da propriedade, muitos substituem algumas de suas antigas plantações para o plantio do eucalipto. Quando não terceirizam a colheita, empregam a mão de obra familiar, o que aumenta os riscos de acidentes.

4.3 O Risco Social Corporativo

Na gramática empresarial, os conflitos estão sendo nomeados de “riscos sociais” e, para gerir tais riscos, as consultorias tendem a sugerir a adoção de projetos de responsabilidade social, que possibilitariam uma aproximação positiva com as comunidades e facilitariam a prevenção dos conflitos sociais.

¹³⁷ Fomentados da Aracruz cobram melhores preços e reclamam prejuízos. 16/10/2007. Por Flávia Bernardes. Disponível em: http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2007/outubro/16/noticiario/meio_ambiente/16_10_09.asp

Os consultores empresariais norte-americanos Kytte e Ruggie (2005) afirmam que as grandes corporações estão se defrontando com mudanças na natureza dos riscos que habitualmente enfrentavam. A relação de interdependência típica de um mundo globalizado teria, para esses autores, um efeito duplo, pois ao mesmo tempo em que possibilitou uma importante conquista de mercados e uma maior eficiência comercial, expôs a empresa a maiores riscos que a tornam mais vulnerável face às pressões sociais e ambientais. Os autores chamam tais pressões exercidas pela sociedade civil e pela legislação de *risco social*:

“O risco social ocorre quando um stakeholder empoderado leva adiante uma questão social e pressiona a corporação (explorando sua vulnerabilidade através da reputação, da imagem corporativa)” (Kytte e Ruggie; 2005)

Segundo estes consultores, a probabilidade de um risco social ser difundido aumentou com a proliferação dos poderes das partes interessadas no ambiente global, mormente ONGs e novas formas de mídia, como sites que denunciam determinadas práticas empresariais. Essas organizações estariam em permanente disputa por “financiamento e atenção” e, como estratégia para causar impacto, costumam associar sua plataforma de protestos com a crítica a grandes multinacionais. De acordo com as pesquisas de Kytte e Ruggie, a sociedade organizada pode transmitir o risco social a várias divisões na companhia, como clientes que exigem mudanças na política ambiental da companhia; funcionários questionando a terceirização de empregos no exterior e solicitando uma cobertura de plano de saúde. Para ambos os consultores, aquilo que antes poderia ser visto como uma importante estratégia de negócios, ou uma “boa decisão empresarial”, pode tornar-se uma fonte de riscos sociais:

“A busca de trabalho barato para fazer baixar os custos parece fazer bons negócios com base no senso da vantagem competitiva. No entanto, a decisão de empregar trabalhadores em um país em desenvolvimento sem a adesão aos padrões trabalhistas internacionais poderia causar resultados indesejáveis, como críticas públicas a sua cadeia produtiva”. (Kytte e Ruggie, 2005)

Os manuais e artigos empresariais por nós consultados (KYTTE; RUGGIE, 2005; HOLME, WATTS, 2000; GOMES et al, 2006, dentre outros) elegem os programas de responsabilidade social como instrumentos eficazes para enfrentar esta nova modalidade de risco. Aconselham que, à medida que o risco social afeta a reputação e mesmo as operações fabris e comerciais, os programas de responsabilidade social devem ser retirados da margem e elevados a uma área de importância estratégica

nas decisões corporativas. Para Kytte e Ruggie (2005), até a emergência das questões relacionadas ao risco social, as empresas poderiam pensar a responsabilidade social como uma forma de cumprir suas obrigações cívicas. Entretanto, asseguram que o risco social não é um acontecimento rotineiro e, por isso, exige uma atenção maior e o desenvolvimento de novas técnicas de Responsabilidade Social.

Os consultores aconselham que a gestão do risco social se inicie pela identificação dos *stakeholders* mais empoderados, bem como das suas principais questões, com o objetivo de escolher quais serão as respostas mais adequadas que a empresa pode fornecer. Na literatura sobre empresas encontramos com frequência o termo em inglês *stakeholder*, comumente traduzido como *partes interessadas*, designa todos os atores sociais e instituições que afetam e são afetados pelas ações das empresas (FREEMAN, 1984 *apud* ANDRADE, 1999). Andrade (2001) faz uma divisão entre *stakeholders* tradicionais e *stakeholders* emergentes, sendo os primeiros os clientes, fornecedores, acionistas e outras empresas competidoras e os segundos as agências governamentais, as agências de regulação, ONGs, movimentos sociais, etc.

Os programas de responsabilidade social empresarial (RSE) proporcionam o contato com os *stakeholders*, por assim dizer, emergentes, que podem oferecer “*informações, conscientização e insights sobre quais são os riscos sociais, e ao mesmo tempo, um meio eficaz para responder a estes*” (KYTLE E RUGGIE, 2005). Defendem que programas sociais protagonizados pelas empresas, sejam eles de geração de renda, educação e/ou na área de saúde, ao proporcionarem melhores condições sociais às comunidades, diminuem, em primeiro lugar, a probabilidade de riscos para as empresas. Diante desta conclusão, é fundamental para a sobrevivência das empresas a antecipação dos riscos sociais, através da criação de “*sistemas de gestão de risco*” que incluem conectividade com as comunidades, a partilha de informação e a integração da RSE com os seus programas de operações comerciais. Segundo Braga (2006), a análise do contexto em que o empreendimento será realizado, contabilizando todos os riscos possíveis, deve ser parte essencial do processo decisório, pois conhecer quais são as variáveis que podem influenciar o retorno dos investimentos é fundamental para “*reduzir as surpresas e antecipar ou simular comportamentos defensivos ou agressivos*” (BRAGA, 2006; 14). E esta análise deverá permanecer mesmo após a decisão locacional, pois novas variáveis de risco poderão surgir (BRAGA, 2006; BRAGA *et al* 2007).

Na sua pesquisa sobre responsabilidade social no setor de petróleo e gás, Vinha (2003) menciona o sociólogo e consultor empresarial John Elkington e seu artigo “*Laying the ghost of the Brent Spar*”, no qual analisa a relação entre a Shell e as ONGs ambientalistas depois do episódio Brent Spar.¹³⁸ De acordo com Elkington, a Shell vem se aproximando destas ONGs principalmente depois de uma pesquisa de opinião, realizada pela empresa de consultoria MORI, que revelava a má reputação do setor de petróleo e gás. Assim é que a Shell e outras empresas do setor elaboraram estratégias de envolvimento com os *stakeholders* como a única alternativa para melhorar sua imagem pública:

“Os resultados desta estratégia surpreenderam os membros das companhias, justamente aqueles ‘who originally expected to have their throats cut if they let their ‘enemies’ through the factory fence’ (ELKINGTON 1997; apud VINHA, 2003).

Esta aproximação teria como objetivo evitar as situações potencializadoras de conflito social. Elkington qualificou esta nova fase do capitalismo como “*stakeholder capitalism*” (VINHA, 2003):

“...large companies around the world are beginning to recognise that legitimacy in society is an active responsibility, not a passive one. It takes a little courage to shed the command and control mentality – to see your stakeholders as sources of strength rather than instability”. (ELKINGTON 1997; apud VINHA, 2003)

Na leitura desses relatórios de consultoria, percebemos que o objetivo destas empresas é convencer de que o risco social é a próxima grande questão estratégica para corporações e que é semelhante a outros riscos de mercado e por isso deve ser tratado com igual importância. De fato este trabalho de convencimento é importante, pois percebemos que a “gestão do risco social” ainda é tratada como algo externo aos negócios para a maioria dos empresários. A esse respeito, uma frase do presidente da Aracruz, referindo-se à grande quantidade de tempo dedicado à resolução dos conflitos com indígenas no norte do Espírito Santo, é emblemática: “*Tenho inveja dos executivos*

¹³⁸ A Shell pretendia afundar uma plataforma desativada, a Brent Spar, no Oceano Atlântico no início da década de 1990 e foi impedida devido a mobilizações sociais na Europa. “*A campanha do Greenpeace contra o afundamento da Brent Spar começou em 30 de abril de 1995, quando ativistas ocuparam a plataforma. (...) Após 52 dias de confrontos, protestos de consumidores e negociações políticas, a Shell desistiu no dia 10 de junho. A Brent Spar foi desmontada e utilizada para fazer um novo cais na Noruega. A vitória do Greenpeace abriu um precedente e evitou que tanto a Shell quanto outras empresas utilizassem os oceanos como depósito de lixo poluente*”. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/dez-anos-ap-s-brent-spar-plat/>

que podem dedicar todo seu tempo aos negócios”¹³⁹. Outra informação sintomática é a declaração da administração da ARCEL a respeito da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada contra a Aracruz em 2002:

“A Companhia está segura de que todas as suas licenças e todos os documentos comprovando a aquisição de imóveis estão estritamente em consonância com todas as leis e regulamentos. Todavia, não podemos ter certeza de que um órgão governamental não iniciará investigações similares ou outras investigações, no futuro, que nos façam incorrer em despesas significativas e que desviem a atenção da nossa administração” (Grifo nosso).¹⁴⁰

Conscientes de que a maioria das empresas não possui o que chamam de *business intelligence* para a previsão dos riscos e são “*inexperientes no controle da sociedade civil*”,¹⁴¹ as empresas de consultoria pretendem mostrar que os impactos de um risco social (citam principalmente protestos, intervenção política e boicotes) podem arruinar uma empresa, porque afetam diretamente suas operações produtivas e comerciais. A empresa que ignora uma crítica social, diz a vice-presidente da Booz Allen,¹⁴² incorre em um perigo real, pois não mensura a gravidade das conseqüências que esta crítica pode trazer. O clima é a metáfora utilizada para falar da importância de se antecipar aos riscos sociais:

*“Typically, bad weather requires moderate, standard protection. A few simple items like an umbrella and rain coat are suitable in general for inclement weather, but what if you're the one hit by a tornado, blizzard, or hurricane? Most companies will not suffer more than a rainstorm or snowstorm, but if they are the one to get hit by a significant social risk, it can be a death blow. Estimating whether your company resides in a flood plane or hurricane region is difficult to do, though research would suggest that size, industry (dirty industries), and visibility (consumer goods) are good indicators.”*¹⁴³

No Brasil, não são muitas as empresas que mencionam realizar estudos de risco social. Os serviços mais encontrados são análises e gerenciamento de risco financeiro e ambiental. Outras empresas de consultoria de riscos já falam a respeito da importância de programas de responsabilidade social e mencionam estratégias para lidar com as

¹³⁹ Cf. Rita Bridi, Espírito Santo perde novos investimentos da Aracruz, A Gazeta Online, 30/07/2006.

¹⁴⁰ Ver: Fatores de Risco Relacionados à Companhia e à Indústria de Celulose. Informações sobre a Aracruz. Relatório anual do securities exchange act para o Exercício Fiscal de 2007.

¹⁴¹ Disponível em: <http://www.boozallen.com/>

¹⁴² A Booz Allen Hamilton é uma empresa líder em consultoria de gestão e de tecnologia sediada no estado da Virgínia, Estados Unidos. Fornece seus serviços a diversas corporações internacionais e governos em todo o mundo.

¹⁴³ Discurso de Chris Kelly, vice-presidente da Booz Allen, em 2005, na Association of Americans for Civic Responsibility (AACR) Roundtable Conference. Washington, DC.

comunidades do entorno. A consultoria empresarial *Overseas*¹⁴⁴ defende, em consonância com a perspectiva dos consultores norte-americanos, que os programas de responsabilidade social das empresas podem servir como gerenciadores de risco:

“Atividades tais como o envolvimento com as comunidades são oportunidades ideais para gerar pressão positiva e aprimorar positivamente os gastos. A responsabilidade social pode torná-lo (o empreendimento) mais competitivo, e reduz o risco de danos imprevistos à sua reputação”.¹⁴⁵

A *Overseas* afirma que o bom relacionamento com autoridades locais, por exemplo, poderia facilitar a negociação da aprovação de plantas para novos empreendimentos. Outra empresa de consultoria, a *Ambiente Público Consultoria*, realiza os seguintes trabalhos voltados à questão do gerenciamento dos riscos sociais: mapeamento de *Stakeholders*, criação de canais de diálogo com *Stakeholders*, Relatórios de Sustentabilidade e Certificações.¹⁴⁶

A empresa de consultoria Futura, que atua há 15 anos em Vitória, no Espírito Santo, e da qual a Aracruz Celulose é cliente, oferece como um de seus serviços a gestão dos riscos sociais, que segundo o site da empresa consiste em:

“Mapear e gerir, através de softwares específicos, visões, percepções, tendências sociais, políticas e econômicas de atores sociais diversos (população em geral, empresários, governo, entidades de classes, ONGs etc), com a finalidade de apresentar aos clientes: os riscos e os interesses destes atores”.¹⁴⁷

Dentre outros serviços oferecidos por esta consultoria estão: o desenvolvimento e acompanhamento de projetos de responsabilidade social; a criação de grupos de diálogos com os atores das comunidades que residem nas áreas de influência da empresa, para que seja garantido “o licenciamento social para a implantação do empreendimento”; a chamada “Gestão Social”, isto é, uma análise do contexto político e social para “a tomada de decisões estratégicas”; os “Indicadores de Stakeholders”, que permitem definir estratégias de comunicação através do mapeamento de assuntos de interesse dos principais grupos de atores que se relacionam com a empresa.

A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), sediada no Rio de Janeiro, é uma organização que também utiliza a ideia de risco social. Esta entidade sem fins lucrativos trabalha com membros da comunidade científica, agências

¹⁴⁴ Disponível em: www.overseasbr.com.br Acesso em 5/10/2008.

¹⁴⁵ Disponível em: www.overseasbr.com.br Acesso em 5/10/2008.

¹⁴⁶ www.fatorambiental.com.br/atuacao/gerenciamento_riscos.php. Acesso em 5/10/2008.

¹⁴⁷ Disponível em: <http://www.futuranet.ws/sustentabilidade>. Acesso em 10/11/2009.

de fomento internacionais e empresas nacionais. Foi criada em 1992 com o objetivo de implementar os tratados aprovados na ECO92. Dentre os principais clientes da FBDS, destacam-se a Eletrobrás, Petrobras, Rhodia Energy Brasil e diversas empresas do setor de celulose e papel, como a Klabin, Aracruz, Votorantim e Suzano. No site da FBDS encontramos a adjetivação do risco social como “risco intangível”. Intangível porque, na maioria das vezes, não seria um risco diretamente econômico e financeiro, mas afetaria o valor de mercado da empresa. Os exemplos dos riscos intangíveis dados pela FBDS seriam: 1) o difícil relacionamento com comunidade do entorno e com as ONGs; 2) gestão ambiental falha, que possa levar a vazamentos, afetando a reputação da empresa (caso Petrobras e o vazamento na Baía de Guanabara); 3) a mudança na legislação ambiental, com maiores exigências, diminuindo a rentabilidade; 4) o tratamento inadequado da mão de obra e/ou dos fornecedores que afeta lucratividade e reputação. O desafio para lidar com tais riscos, segundo seus formuladores, seria a elaboração de metodologias de detalhamento das características do meio ambiente e da sociedade na região de grandes empreendimentos industriais, minerais, agrícolas ou florestais, que constituem “*um diferencial competitivo para as empresas*”, oferecendo “*segurança institucional e proporcionando soluções em tempo real para as mais diferentes demandas empresariais e governamentais*”.¹⁴⁸ (LINS, 2005)

Acerca do debate dos riscos intangíveis, o mundo corporativo vem se preocupando com o chamado custo indígena. Dois casos emblemáticos destes custos seriam a ocupação dos índios Xikrin nas instalações da Vale e a ocupação dos Tupinikim e Guarani no porto privativo da Aracruz Celulose:

*“Durante os dois dias de invasão dos Tupiniquins e Guaranis no porto capixaba, o país deixou de exportar cerca de US\$ 14 milhões em celulose. (...) Tão ou mais graves do que os prejuízos contabilizados são as perdas intangíveis. No cerne do problema está o risco de descumprimento de contratos e de quebra da credibilidade da indústria brasileira no exterior”*¹⁴⁹.

Estes empresários atribuem ao Estado a culpa pelo acirramento dos conflitos entre povos indígenas e as companhias. Criticam a ausência histórica de políticas públicas para os indígenas, os baixos recursos destinados à Funai e a falha nos critérios

¹⁴⁸ Disponível em: www.fbds.com.br. Acesso em 15/03/2009.

¹⁴⁹ *O Estado é o responsável pela eclosão do custo indígena*. Por Claudio Fernandez. Revista custo Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.revistacustobrasil.com.br/pdf/06/Rep%2003.pdf>. Acesso em 10/05/2010.

oficiais que definam a identidade indígena. Esta convivência tensa seria então “*uma consequência natural*” da omissão do Estado.

O artigo menciona que companhias que mais contribuem para a “causa indígena” no Brasil são aquelas que mais sofrem invasões de propriedade. A Vale, que segundo o artigo é a maior doadora de recursos para povos indígenas perdeu em dois anos (2004 a 2006) cerca de US\$ 50 milhões em exportações devido às mobilizações indígenas em Carajás (PA) e em Minas Gerais. “*Em média, um índio custa para a CVRD cerca de R\$ 9 mil por ano, ou 2,2 salários mínimos por mês*”.¹⁵⁰ Entretanto, estes custos tangíveis não conseguiram apaziguar os conflitos, ocasionando assim o re-custo indígena intangível:

*“Mais grave do que o custo indígena é o re-custo indígena. Para muitas empresas, doar recursos e promover projetos sociais deixou de ser solução para se tornar o início de um novo problema. (...) É como se o mesmo cheque fosse sacado duas vezes. E o valor da segunda retirada é intangível; vem sob a forma de risco jurisdicional, ameaças de descumprimento de acordos comerciais e ferimentos à imagem institucional das corporações.”*¹⁵¹

Uma importante organização voltada para a discussão de programas de responsabilidade social e ambiental é o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBEDS). Fundado em 1997, ele é uma coalizão de empresas do Brasil, representa no país o World Business Council for Sustainable Development, que integra uma rede global de mais de 50 conselhos. Para a verificação de riscos sociais, o CEBEDS recomenda que se façam questionários para fins de avaliação preliminar do contexto social e dos impactos potenciais da operação da empresa; este seria um primeiro passo para a integração de questões sociais ao planejamento do empreendimento. O conselho também acredita que os programas de RSE são fundamentais como mecanismos para o que chamam de “busca por contexto social estável e previsível”, praticamente o que os consultores norte-americanos chamariam de “gestão de risco social”. O CEBEDS defende que a RSE deve ser entendida como qualquer outro plano de investimento, em que se busca um retorno positivo ou a redução de riscos.

¹⁵⁰ *O Estado é o responsável pela eclosão do custo indígena.* Por Claudio Fernandez. Revista Custo Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.revistacustobrasil.com.br/pdf/06/Rep%2003.pdf> . Acesso em 10/05/2010.

¹⁵¹ *O Estado é o responsável pela eclosão do custo indígena.* Por Claudio Fernandez. Revista Custo Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.revistacustobrasil.com.br/pdf/06/Rep%2003.pdf> . Acesso em 10/05/2010.

*“Se as empresas internacionais estabelecerem políticas a partir de suas matrizes (a longa distância) sem promover parcerias com o envolvimento das comunidades com as quais fazem seus negócios, estarão correndo o risco de instigar sentimentos de alienação e de suspeita nesse público, mesmo se estas políticas forem bem intencionadas. No entanto, as empresas não podem se arriscar a instigar esses sentimentos pois essas comunidades são vitais para a manutenção de seu sucesso comercial. As vantagens são ‘cada vez mais óbvias para muitos líderes empresariais como a garantia da continuidade da licença de funcionamento e a redução de riscos e de custos operacionais’”.*¹⁵²

O setor monocultor de eucalipto e *pinus* sempre esteve envolvido em diversos conflitos com as populações tradicionais e trabalhadores rurais. A pesquisa do Lôbo (2007) sobre monitoramento social nas empresas “florestais” localizadas no norte do estado de Minas Gerais sugere que, diante da situação de conflito social, seria importante a realização de trabalhos que reforcem a autoestima das pessoas pertencentes às comunidades do entorno. Tais iniciativas, assegura, são favoráveis para o rompimento de resistências na aproximação entre comunidades e empresas, possibilitando uma atitude mais solícita por parte das primeiras. Em seu trabalho, Lôbo faz uma sistematização do que chama de “cenário caótico” para as empresas plantadoras de eucalipto. Elenca os pontos principais que engendrariam riscos para as empresas. Apontam para o favorecimento ou estímulo à retirada de resíduos das florestas plantadas, iniciativa que traz consigo o risco de atitudes radicais, como o corte de madeira e incêndios, ou que permite o uso de tais resíduos também por carvoarias envolvidas com trabalho infantil, fato que pode atingir seriamente a imagem das empresas de celulose. Também a baixa taxa de emprego nos plantios de eucalipto pode ocasionar o risco de ocupação de terras por parte dos movimentos sociais, assim como acionar aparato policial contra a retirada e queima de madeira clandestina e contra a ocupação de áreas da empresa pode gerar o risco de reação violentas contra o patrimônio das empresas. O clima de permanente tensão com as comunidades e movimentos sociais pode também prejudicar os processos de licenciamento e de certificação. Para o autor, as empresas podem controlar estes riscos, principalmente aqueles que se referem à retirada irregular de madeira, a partir do estabelecimento de

¹⁵² Holme, R. Watts, P. responsabilidade social empresarial: bom senso aliado a bons negócios. *Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável*. 2000. <http://www.cebds.org.br/cebds/pub-docs/pub-rse-bom-senso-aliado-negocios.pdf>. Acesso em 15/03/2009.

compromissos morais com as comunidades expressos na relação: “*dar-receber-retribuir*.”

Podemos dizer que o crescimento e a visibilidade dos conflitos ambientais geraram a necessidade de se criarem mecanismos para fazer frente às críticas dos movimentos sociais. Esta preocupação se traduziu na elaboração de diversos estudos científicos sobre o impacto positivo do eucalipto no meio ambiente e sobre a alta oferta de empregos diretos e indiretos do setor, como também em diversas iniciativas de monitoramento de comunidades e gestão do risco social, além de programas de RSE. Necessidade que é exposta por Braga (2006) quando afirma que a tarefa de decidir por investimentos de longa maturação, em cenários definidos como “turbulentos” pelas demandas e críticas por parte das comunidades do entorno, é algo que merece estudo. Um estudo realizado por um funcionário da ARCEL e três pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa do departamento de engenharia florestal e de economia rural enfatizam, por exemplo, a importância de se minimizarem riscos potenciais para agregar ou manter o valor das empresas (Gomes *et al*, 2006). Sugerem que isso pode ser feito através do estabelecimento de relações “positivas” com a comunidade local. Desta maneira, transformam-se riscos em ativos e estes contribuiriam para o que chamaram de “*acumulação de capital social*”, que precisa ser “*capitalizado para garantir a licença para operar*”. O que o mundo corporativo vem chamando de *licença para operar* não se refere apenas à licença legal, mas fundamentalmente à “licença social”, isto é, ao apoio da sociedade local ao empreendimento, granjeando ambiente politicamente estável para a realização do mesmo. Neste processo as empresas não devem medir esforços, através da contratação de pessoal especializado, investimentos financeiros em programas comunitários, etc. (MONAGHAN *et al.*, 2003 *apud* GOMES *et al.*, 2006). Os autores defenderam que estas ações devem considerar a natureza das críticas direcionadas à empresa, todavia observaram que no setor “florestal” isso ainda não é plenamente realizado. Concluíram que apenas os programas de fomento florestal e os projetos de geração de renda estão contribuindo para “*agregar valor para as empresas e para sociedade*” (GOMES *et al*, 2006) e talvez não estejam administrando bem os conflitos sociais traduzidos em *riscos* para a empresa.

Vemos que existe uma relação estreita entre a noção de capital social e a licença social para operar. Amplamente utilizado na literatura corporativa e também pelos

nossos entrevistados,¹⁵³ o conceito de capital social é por eles definido de maneira ambígua e fluida, diferente da conceituação sociológica deste conceito.

Pierre Bourdieu foi o primeiro autor a trabalhar com o conceito de capital social, e para o sociólogo espanhol Alejandro Portes a sua análise, dentre aquelas que introduziram o debate acerca deste conceito, é a que apresenta maior refinamento teórico. Bourdieu conceituou capital social como:

“agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1998).

Outro autor que emprega este conceito é Coleman (1988), que, dentre outras definições, afirma que o capital social é *“(...) a habilidade de as pessoas trabalharem juntas em grupos e organizações para atingir objetivos comuns”*. O capital social é criado por indivíduos que se articulam livremente e pode potencializar as suas oportunidades sociais e econômicas.

A confiança é fator predominante na geração do capital social na conceituação de Coleman e também de Robert Putnam. É imprescindível que se estabeleça uma relação de confiabilidade entre os atores com relação às obrigações assumidas reciprocamente. Coleman afirma que a confiança reduz os custos das transações entre os atores sociais em relação. Contudo, esta confiança, segundo Putnam, deve estar assentada na horizontalidade dos contatos e no equilíbrio entre as partes, a fim de produzir *“a regra de reciprocidade, que é o elemento decisivo pelo qual o capital social produz instituições propícias à participação cívica”*. (PUTNAM 1993/1996 apud ABRAMOVAY,1999). Esta confiança:

“é apropriável tanto por doadores como por beneficiários: para estes, facilita obviamente o acesso a recursos; para os primeiros gera aprovação e facilita transações, visto que protege de condutas ilícitas.” (PORTES, 2000:142)

Não poderemos aqui nos deter no debate sociológico sobre o capital social, mas parece-nos que, embora mais elaboradas e complexas, as reflexões acerca deste conceito, notadamente Putnam e Coleman, estão na origem daquelas utilizadas pelos consultores empresariais. Como vemos a partir da conceituação do Instituto Brasileiro

¹⁵³ O funcionário do setor de sustentabilidade da Aracruz Celulose, o consultor e ex-funcionário da empresa e a consultora contratada pela empresa.

de Governança Corporativa, que se refere ao capital social como a qualidade das relações entre os grupos sociais, sendo o “*nível de confiança um fator essencial*”.¹⁵⁴

4.3.1 Aracruz Celulose e os estudos acerca dos Riscos Sociais Corporativos:

No dia 8 de março de 2006, duas mil mulheres militantes da Via Campesina ocuparam e destruíram o laboratório e viveiro de mudas de eucalipto da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Segundo nota oficial da empresa, o prejuízo foi de US\$ 400 mil, sendo que a perda em “produtividade florestal” poderia chegar a milhões de dólares. Ainda em nota oficial, a Aracruz afirmou que estes atos ameaçam o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, além de afastarem a possibilidade de novos investimentos.¹⁵⁵

Sob diversas notícias de que a empresa poderia desistir de seus projetos no Rio Grande do Sul – que nessa época disputava com o Espírito Santo e a Bahia a construção de uma fábrica de celulose de US\$ 1,2 bilhão –,¹⁵⁶ o diretor operacional da empresa assegurou a intenção de permanecer no Estado:

“Esse ato de barbárie é alienígena ao ambiente do Rio Grande do Sul. Está claro para nós que não expressa, nem de longe, o que pensa a sociedade como um todo. Vamos manter nossos estudos no estado”.¹⁵⁷

Nesse episódio vieram a público, pela primeira vez, as iniciativas da Aracruz Celulose frente ao que denominou de “riscos sociais” nos negócios. Conforme reportagem do jornal Zero Hora, a Aracruz havia contratado uma empresa de consultoria para analisar o “*risco social para a instituição*” no caso da construção de uma nova fábrica nos arredores de Porto Alegre. Este estudo teria revelado que o potencial de “risco social” do Rio Grande do Sul seria menor que no Espírito Santo e na Bahia devido ao grau de politização da região metropolitana de Porto Alegre, que teria sido contatado por este estudo.¹⁵⁸

Algumas empresas de consultoria também manifestaram na imprensa suas opiniões sobre o episódio, como a Austin Rating:

¹⁵⁴ Fundado em 1995, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) é uma entidade sem fins lucrativos e tem como objetivo disseminar o conceito de governança corporativa no Brasil. Disponível em: http://www.fractalys.com.br/userimages/IBGC_4o_caderno_de_governanca_sustentabilidade.pdf. Acesso em 10/12/2009.

¹⁵⁵ Disponível em : www.aracruz.com.br. Acesso em 10/12/2009.

¹⁵⁶ Zero Hora, Reportagem Especial, 09/03/06.

¹⁵⁷ Zero Hora, Reportagem Especial, 09/03/06.

¹⁵⁸ “Ameaça ao investimento de US\$ 1,2 bilhão”, Zero Hora, 09/3/2006.

“As invasões de terra são para o setor agrário o que o roubo de cargas representa para o segmento do transporte. Se atingir um ponto de descontrole por parte do governo, torna-se também um risco político”.¹⁵⁹

A notícia sobre a contratação de uma empresa para realizar estudos sobre risco social mostrou que a mobilização política dos atores sociais é uma variável importante nos estudos de localização da empresa. Os conflitos entre comunidades locais e empresa, traduzidos em termos de riscos sociais corporativos, preocupam diferentes setores empresariais. A repercussão e notoriedade destes conflitos chegaram a reunir representantes da Aracruz Celulose e de outras seis grandes empresas, em janeiro de 2006, para tratar dos “ataques” promovidos por indígenas e representantes do MST às suas atividades produtivas. A reunião foi na sede da Companhia Vale do Rio Doce e estavam presentes executivos da CPFL, Alcoa, Alcan, Tractebel e Bunge. O objetivo da reunião era, segundo o presidente da Vale, “*que cada um relatasse os problemas sociais e ambientais que enfrenta e a forma encontrada para resolvê-los*”. O presidente da Aracruz elogiou a iniciativa: “*Pela primeira vez tivemos a oportunidade de trocar informações sobre um assunto tão delicado*”.¹⁶⁰

Dois anos antes a Aracruz havia contratado os serviços da consultoria britânica SustainAbility¹⁶¹, que em 2004 desenvolveu o projeto “*Sustainability Strategy Forestry, pulp and paper*”. Segundo as poucas informações do site da SustainAbility, a demanda da Aracruz consistia no desenvolvimento de uma abordagem estratégica do conceito de sustentabilidade com a sua integração no núcleo dos processos corporativos.¹⁶² O site enuncia alguns dos resultados desta consultoria: o desenvolvimento de uma abordagem mais estruturada e estratégica da responsabilidade corporativa, a elaboração de instrumentos para ajudar na área de comunicação da companhia e a construção de suportes para uma nova estratégia de responsabilidade corporativa entre empregados e *shareholders*.

Em conjunto com uma consultoria brasileira especialista em serviços para a implementação dos conceitos de sustentabilidade no âmbito empresarial, a SustainAbility desenvolveu também o projeto “*Engajamento de Stakeholders*”. Este teve como propósito avaliar a formação de estratégias de envolvimento com clientes,

¹⁵⁹ Zero Hora, Reportagem Especial, 10/03/06

¹⁶⁰ “Alguém vai encarar?” Revista Época, 19/03/06.

¹⁶¹ A SustainAbility foi fundada em 1987 por John Elkington.

¹⁶² Disponível em: www.sustainability.com. Acesso em 10/05/2009.

fornecedores, investidores e os que chamaram de *stakeholders externos* à Aracruz, isto é, as organizações não governamentais e as comunidades do entorno com as quais se pretendia realizar projetos pilotos de engajamento. O projeto de engajamento de *Stakeholders* desta empresa de consultoria brasileira colabora com o mapeamento dos *stakeholders que deverão ser priorizados*¹⁶³, assim o engajamento não deve apenas aproximar a empresa dos *stakeholders*, mas utilizar as informações fornecidas por estes para reformular estratégias gerenciais. A consultoria brasileira defende a importância desse trabalho porque que o sucesso de um empreendimento dependerá da forma como a empresa se relaciona com os seus *stakeholders*, visto que este relacionamento torna-se um recurso organizacional importante “na medida em que a estratégia (da empresa) depende cada vez mais de suas influências e da capacidade de lidar com eles”.¹⁶⁴

O relatório de sustentabilidade da empresa define engajamento como: “relacionamento estruturado de maior profundidade que estabelece a empresa como parceira do desenvolvimento local.” Este processo culminaria na ampliação do “capital social, humano, a consciência ambiental e cidadã”, além de “agregar valor a corporação” (ARACRUZ, 2008). Para o gerente de comunicação corporativa da Aracruz, o engajamento consiste no esforço por parte da empresa em se aproximar de grupos que são impactados por ela,

“e de cuja boa vontade elas dependem para alcançar seus objetivos (...) Mais simples é qualificar o engajamento como ouvir, entender e buscar pontos afins, tendo em vista harmonizar interesses diferentes (...) O que se pretende é, abrindo mão do pensamento único e de posições entrincheiradas, ir ‘às bases’ e tratar de chegar a um entendimento, a um relacionamento construtivo. Que passa, é claro, por concessões, as quais nem todo negociador, independentemente da parte que represente, está disposto a fazer”.¹⁶⁵

A fim de não perturbar a estabilidade social do entorno do empreendimento e, com isso, colocar em risco anos de construção de uma imagem legítima, a empresa precisaria de programas bem estruturados para se aproximar da “base”, das comunidades que partilham o mesmo território, construir consensos sobre suas práticas através de relações harmonizadas, sob pena dos programas sociais serem inócuos à estabilidade política do território.

¹⁶³Informações disponíveis no site da consultoria contratada pela Aracruz Celulose. Acesso em 10/05/2009.

¹⁶⁴ Informações disponíveis no site da consultoria contratada pela Aracruz Celulose. Acesso em 10/05/2009.

¹⁶⁵ “Engajar ou morrer na praia”. Comunicação Empresarial 65. Dezembro 2007. Disponível em: Acesso em 10/05/2009.

Entre os anos de 2004 a 2008, uma consultoria realizou um diagnóstico sobre a gestão da sustentabilidade da Aracruz Celulose. Foram analisados como a empresa se relacionava com as comunidades do entorno, com ONGs, com as questões ambientais e político-institucionais e com a imprensa.

Após este estudo, a consultoria apresentou algumas conclusões para a Aracruz Celulose. Com relação aos projetos sociais até então implementados, o estudo concluiu que eles não eram planejados do ponto de vista estratégico e, por isso, eram pouco eficazes na mitigação de conflitos. Não havia um foco de atuação, eram dispersos e pouco eficazes na aplicação dos recursos. Revelou ainda um baixo envolvimento dos governos, das ONGs e das empresas locais, pois os recursos para tais projetos eram provenientes unicamente da Aracruz. Essa falta de planejamento estratégico dos projetos sociais não estaria outorgando à empresa a “licença social” para operar.

A percepção de que os programas sociais não estavam conseguindo estabilizar o os conflitos é compartilhada também por um cientista social, ex-funcionário da área de relações comunitárias da Aracruz Celulose. Para ele, as bases da política de responsabilidade social da empresa estavam assentadas na filantropia assistencialista, o que teria criado uma relação de dependência das comunidades com a empresa: “*Com a filantropia você não vai agregar nada e corre o risco de ser extorquido depois (...) Ao invés de dar festa para comunidade, vinha e perguntava qual a vocação da comunidade*”.¹⁶⁶

Dentro da distinção nativa entre filantropia e investimento social, vemos que, se a primeira é tratada como menos importante na relação com as comunidades, não é, de maneira alguma, desprezada. A relevância da filantropia, aqui descrita como “projetos sociais”, está expressa na fala do consultor: “*Mas não dá para fugir também dos projetos sociais. É bom fazer também, mas o primordial deve ser o crescimento da comunidade, não deixar a comunidade dependente do negócio*”.¹⁶⁷

De acordo com esta estratégia, seria mais eficaz identificar quais são as atividades ou as “vocações” tradicionalmente praticadas pelas comunidades com as quais se deseja uma aproximação e, a partir destas, desenvolver projetos em articulação com elas. Devem ser iniciativas capazes de fortalecer a auto-organização social da comunidade e a cooperação entre os seus membros, contribuindo para formas de

¹⁶⁶ Consultor empresarial e ex-funcionário da Aracruz Celulose.

¹⁶⁷ Consultor empresarial e ex-funcionário da Aracruz Celulose.

desenvolvimento regional endógeno, no sentido de ser justamente a própria comunidade a condutora deste processo. Existem, para esse ex-funcionário, diversos projetos possíveis de serem realizados e que poderiam proporcionar condições autônomas de desenvolvimento para as comunidades locais, construindo, com poucos custos para a empresa, uma relação de “confiança” da comunidade para com a empresa. Um exemplo é a articulação que a Aracruz poderia ter feito com uma pequena organização não governamental em Linhares, no Espírito Santo, para um projeto de geração de renda através da pesca e beneficiamento da tilápia. O consultor explicou que era um projeto barato, em média 50 mil reais, e disse que isso não representaria nenhuma perda econômica para a empresa e ainda beneficiaria de 10 a 12 famílias.¹⁶⁸ À pergunta sobre por que a empresa não realizava projetos deste molde, o consultor respondeu que faltava sensibilidade e visão a muitos acionistas.

A perspectiva estratégica da responsabilidade social ainda recente e minoritária dentro da Aracruz Celulose mantém a empresa em situação desfavorável no conflito social. Ele afirma que, se os quilombolas tivessem sido inseridos em projetos sociais, não estariam causando tantos problemas à empresa; entretanto, como isso não foi feito, a empresa está “*na iminência de perder 50 mil hectares de terras para os quilombolas*”.¹⁶⁹

A pouca importância dada à temática social nas estratégias corporativas explicaria, em sua opinião, a reprovação sistemática da Aracruz nos princípios três e quatro da organização certificadora internacional Forest Stewardship Council (FSC), justamente aqueles que se referem ao respeito às práticas sociais e culturais das comunidades locais.¹⁷⁰

Este consultor disse-nos que a Aracruz chegou a gastar 23 milhões de reais com “*projetos assistencialistas*” para os índios do Espírito Santo. Entretanto, este gasto não seria um problema se a empresa tivesse conseguido manter seus territórios; mas, “*além de gastar, ainda perdeu 18 mil hectares*”.¹⁷¹ Assim, ele explica que a postura

¹⁶⁸Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz

¹⁶⁹ Consultor empresarial e ex-funcionário da Aracruz Celulose.

¹⁷⁰ “*Princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas: Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados; Princípio 4: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores: As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar o bem-estar econômico e social de longo prazo dos trabalhadores florestais e das comunidades locais*”.

Disponível em: <http://www.fsc.org.br/index.cfm?fuseaction=conteudo&IDsecao=172>. Acesso em dezembro de 2009.

¹⁷¹ Consultor empresarial e ex-funcionário da Aracruz Celulose.

assistencialista dos projetos de responsabilidade social teria provocado gastos econômicos estéreis para a Aracruz, na medida em que a empresa não conseguiu impedir a queda da sua reputação junto aos clientes no exterior nem a devolução das terras.

O assistencialismo, incessantemente criticado pelos consultores empresariais, não garante segurança à empresa; ao contrário, os índios e as comunidades quilombolas, que sempre teriam sido tratados com políticas assistencialistas, tornaram-se “*peças capazes de gerar um dano para a empresa*”,¹⁷² o que foi outrora chamado de “*re-custo indígena*”. Danos que serão evitados, asseguram, pelo desenvolvimento do investimento social corporativo que deve se tornar parte da política da empresa. Seria através dele que a empresa “compraria” a licença para operar.¹⁷³

*“Uma coisa é você dar algo, você entregar leite para as crianças carentes; outra coisa é você achar que isso vai resolver o problema da empresa”.*¹⁷⁴

Assim, o estabelecimento de parcerias com as comunidades locais é um componente fundamental da responsabilidade social corporativa. A consultoria contratada pela Aracruz distingue *negociação* de *parceria* e afirma que a distinção semântica é de grande relevância no âmbito organizacional, porque negociação remete à ideia de que existe alguma parte que irá “perder” e a outra que irá “ganhar”; entretanto, em uma parceria, ambas as partes “ganham”, a comunidade é atendida em algumas de suas reivindicações e a empresa consegue a estabilidade do cenário social: “*O ganhador não é manipulação mas também não é desinteressado, porque você deseja obter a licença para operar*”.¹⁷⁵

Apoiando-se na sexta diretriz de Responsabilidade Social estabelecida pelo Instituto Ethos,¹⁷⁶ “Promova sua comunidade”, o consultor defende que é imprescindível que funcionários da empresa estejam presentes nas comunidades, conhecendo suas lideranças e seus “formadores de opinião”. Segundo o documento do

¹⁷² Consultor empresarial e ex-funcionário da Aracruz Celulose.

¹⁷³ Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em novembro de 2009.

¹⁷⁴ Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em novembro de 2009.

¹⁷⁵ Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em novembro de 2009.

¹⁷⁶ Estas diretrizes estão na publicação: “Responsabilidade Social para micro e pequenas empresas. Passo a passo”, produzida pelo Instituto Ethos e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

Instituto Ethos, para que a empresa construa um relacionamento saudável com as comunidades carentes do entorno ela deve, entre outras iniciativas: “*estimular a formação de algum tipo de organização da comunidade, caso não ainda não haja nenhum, para ter voz nas reivindicações, participar de reuniões com lideranças locais, se a comunidade já tem um certo nível de organização, para a discussão de problemas e encaminhamento de soluções*”.¹⁷⁷ De acordo com estas propostas, o consultor mencionou a importância de a empresa considerar os movimentos sociais e lideranças locais: “*procura um padre, é um bom exemplo de formador de opinião, é um bom indicador*”.¹⁷⁸

Entretanto, a presença dos funcionários da empresa nas comunidades, assim como a intervenção com projetos de formação profissional, educação e geração de renda, devem ser realizadas antes da chegada de determinadas ONGs e de outros movimentos sociais contrários às atividades empresariais. Muitas destas organizações “*vão lá para fazer a cabeça dos quilombolas que se eles lutarem contra a empresa vão ganhar terra e investimentos do poder público*”.¹⁷⁹

Um projeto de “engajamento de *stakeholders*”, como o desenvolvido para a Aracruz, contribuiria para geração de capital social para comunidade,¹⁸⁰ proporcionando uma relação de confiança entre comunidade do entorno e empresa. O capital social foi classificado qualitativamente pelos entrevistados, como melhor ou pior, como forte ou fraco, dependendo de como e com que finalidades as comunidades se organizam. A consultora contratada pela Aracruz explicou-nos que, na maioria dos municípios da região Nordeste, o capital social ainda é fraco e “mal estruturado”. Por isso, as empresas, ao invés de integrar as comunidades em seus projetos, seriam obrigadas a fazer acordos com políticos locais para garantir a sua *licença social*.¹⁸¹

As estratégias empresariais de relacionamentos com as comunidades devem então passar pela análise profunda a respeito de como está organizado o “capital social” da comunidade “impactada” pelo empreendimento. Após esta análise, são traçadas

Empresas (SEBRAE). Disponível em:
http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf
¹⁷⁷ Disponível em:

http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf

¹⁷⁸ Consultor empresarial e ex-funcionário da Aracruz Celulose.

¹⁷⁹ Consultor empresarial e ex-funcionário da Aracruz Celulose.

¹⁸⁰ Segundo esta consultora, o capital social, por proceder da comunidade, não pode ser criado pela empresa; entretanto, deve ser incentivado por ela.

¹⁸¹ Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em novembro de 2009.

ações para que a organização daquela comunidade caminhe em direção à confiança mútua entre ela e a empresa. Para isso, segundo a consultora, é preciso “*acumular o capital social*” antes que possíveis organizações críticas ao empreendimento como, por exemplo, certas ONGs e movimentos sociais “*nem sempre bem-intencionadas*” cheguem às comunidades e “*criam lideranças*”,¹⁸² envolvam a comunidade e a convençam de que a relação com a empresa não será frutífera. Além disso, tais organizações estabelecem situações críticas, com a possibilidade de boicotes à empresa, acidentes, publicização do conflito em outros países.¹⁸³

Uma vez que a sociedade, de uma forma ou outra, irá se organizar, a disputa deve ser entre aqueles que estarão à frente desta organização, empresas ou movimentos sociais. Conforme a entrevistada, ainda que seja notório o poder exercido por uma empresa, a relação entre empresas e comunidades deve ser simétrica, pois “*agindo desta forma ela abre uma porta e a comunidade, ao invés de colocar fogo na floresta, vai lá conversar com o cara da empresa. Porque essas comunidades só querem ser ouvidas, serem vistas; agindo assim a empresa fará algo em prol do bem comum*”.¹⁸⁴ Percebemos nas falas de ambos os consultores a existência de uma dimensão temporal importante no acesso à comunidade. Haveria para eles uma disputa entre quais atores sociais conquistariam primeiro a comunidade, nutrindo a crença de que uma vez “conquistada”, a comunidade manteria a relação, sendo fundamental que a empresa se envolva com as comunidades antes que os movimentos sociais críticos a ela o façam.

A consultora entrevistada explica que o Brasil é pioneiro na área de relacionamento com comunidades por uma “questão de necessidade”, tendo em vista os diversos conflitos fundiários no país. Já nos Estados Unidos e na Europa, grande parte das consultorias se especializaram no desenvolvimento de tecnologias ambientais. A questão cultural, na qual se confronta o caráter do povo brasileiro, intimista e avesso às distâncias sociais com o “racionalismo autoritário” das multinacionais, parece ser um motivo importante para a experiência das consultorias brasileiras com o relacionamento com comunidades: “*Aqui no Brasil a questão social é gritante. A questão humana é a principal: são protestos, reclamam do cheiro, colocam fogo em floresta, fazem*

¹⁸² Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em novembro de 2009.

¹⁸³ Referência a repercussão nos países europeus da luta Tupinikim e Guarani pela retomada de suas terras em Aracruz, ES. Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em novembro de 2009.

protestos na frente das fábricas. E as multinacionais sofrem muito com esse aspecto aqui, ainda mais porque eles não possuem uma cultura do diálogo".¹⁸⁵

De acordo com esta perspectiva – de que a questão social é um ponto nevrálgico na organização das estratégias empresariais –, o ex-funcionário e consultor nutre a certeza de que a reformulação na política de responsabilidade social diminuiria a probabilidade de conflitos e consequentes perdas econômicas e de reputação para a empresa: *“O problema todo é social. O seu negócio ou vai pro espaço ou vai te levar muito dinheiro (...) Uma responsabilidade social empresarial bem feita vai fazer com que jamais a comunidade seja influenciada por esses movimentos”*.

Em alguns casos poderão até existir manifestações críticas às empresas, mas um trabalho feito antecipadamente, pela construção de uma boa imagem da empresa, granjearia o apoio de outros setores da população. O consultor relatou o episódio da destruição do viveiro de mudas, em que a comunidade de Guaíba teria se mobilizado em favor da Aracruz: *“Esse tipo de mobilização contribui. E aí não tem MST que invada a tua área e que consiga o apoio da população”*.¹⁸⁶

Como mencionado no item anterior, as pesquisas acerca dos riscos sociais corporativos não são elaboradas apenas por consultores empresariais, mas também por acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento, como sociologia, economia, engenharia, administração. Os resultados destas pesquisas chegam a conclusões semelhantes às supracitadas:

“Prevenir os riscos de reputação é menos dispendioso que assumir consequências financeiras e sociais de uma rejeição por parte dos consumidores. Prevenir os riscos sociais é menos dispendioso que o preço dos conflitos sociais” (COSTA, BORIN s/data).

É certo que algumas vezes a aproximação positiva com as comunidades, o estabelecimento de diálogos e a implantação de projetos sociais podem não ser suficientes para impedir as críticas e os protestos por parte destes atores sociais. Nessas situações seria importante contabilizar os riscos sociais. A consultora entrevistada disse-nos que alguns empresários que contratam os serviços da sua consultoria perguntam a ela se, mesmo com todo este trabalho de engajamento, as comunidades podem não

¹⁸⁴ Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em novembro de 2009.

¹⁸⁵ Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em Novembro de 2009.

¹⁸⁶ Consultor empresarial e ex-funcionário da Aracruz Celulose.

aceitar a empresa; ela responde que isso é provável e que, se assim for, estas comunidades serão sempre “*uma pedra no sapato da empresa*” e elas deverão contabilizar os conflitos, mas “*as empresas não estão acostumadas a colocar isso na conta(...) É melhor lidar com a realidade*”.¹⁸⁷

Segundo esta consultora empresarial, os riscos sociais são, em muitos casos, maiores que os riscos financeiros ou ambientais. Sabe-se que os riscos são caracterizados pela probabilidade de os eventos acontecerem ou não. Entretanto, o risco pode e deve ser calculado e esta seria a tarefa das novas consultorias especializadas em gerenciar riscos sociais, isto é, a de inferir o grau deste risco: “*O próprio setor de papel e celulose, o que eles tiveram que pagar para operar em terras que eles já haviam comprado, foi um gasto gigante. Nós às vezes fazemos cálculos de custos evitados, aí você estima. Mas as empresas não fazem muito isso*”.¹⁸⁸

Seguindo esta reflexão, o funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas e Aracruz nos disse que, se estes conflitos, nomeando-os de risco social, são impossíveis de eliminar, são certamente passíveis de serem administrados e amenizados.¹⁸⁹

A preocupação com os conflitos fundiários em terras ocupadas pela empresa, para o consultor e para o ex-funcionário da Aracruz, deveria estar entre os assuntos mais importantes da gerência de uma corporação. Entretanto, “*a prevenção dos riscos não é a norma da empresa*”. Esta consideração remete-nos ao chamado *business intelligence* na previsão de riscos sociais. O que estaria em jogo é, conforme mencionou a consultora norte-americana Booz Allen, o controle da sociedade civil. As empresas devem ter um conhecimento profundo sobre estas comunidades, sobre as críticas às suas práticas e sobre os direitos que estão sendo exigidos. Tais conhecimentos permitem desarmar essas críticas, notadamente através de “investimentos sociais” e estabelecer um consentimento mínimo para a execução de suas atividades. Frente a esta perspectiva, a organização da sociedade parece desempenhar um papel chave nas atuais estratégias empresariais acionadas para lidar com o chamado “*risco social*”. A Aracruz Celulose procura, em certos casos, fomentar a organização das comunidades, mas sob suas

¹⁸⁷ Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em novembro de 2009.

¹⁸⁸ Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em novembro de 2009.

¹⁸⁹ Entrevista com o funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas da empresa, concedida a pesquisadora em setembro de 2009.

perspectivas e segundo seus critérios. Veremos um caso concreto destas iniciativas quando discutirmos as ações da empresa nas comunidades quilombolas do Espírito Santo e na Bahia.

O setor de Sustentabilidade e Relações Corporativas da Aracruz Celulose mantém registros de todas as grandes manifestações críticas à empresa nos últimos dez anos. Em entrevista, o responsável por este setor referiu-se aos inúmeros conflitos em que a empresa esteve ou ainda está envolvida e, dentre estes, citou principalmente os conflitos com Tupinikim e Guarani, com o MST e com os quilombolas. Mencionou e mostrou-nos fotos de uma série de mobilizações contra a empresa:

- principais manifestações da Rede Alerta Contra o Deserto Verde em Vitória;
- ocupação de terras pelos índios Tupinikim e Guarani em maio de 2005;
- ocupação da fábrica em Barra do Riacho e do Porto privativo da empresa em outubro de 2005;
- ocupações de terras pelo MST no Espírito Santo;
- destruição do viveiro de mudas no Rio Grande do Sul em 2006 pela Via Campesina;
- retomadas de terras pelos quilombolas em 2007;
- protestos em frente à empresa Procter & Gamble, na Alemanha, em outubro de 2006, por ONGs europeias e índios do Espírito Santo;
- ocupação do porto da empresa por mais de 400 mulheres da Via Campesina em 2009.

De acordo com este entrevistado, todos esses eventos causaram à Aracruz diversos impactos econômicos e reputacionais. As campanhas de contestação junto às empresas compradoras da celulose da Aracruz no exterior e as pressões políticas sobre a empresa no Brasil provocaram atrasos nos plantios em terras próprias no Espírito Santo e importantes perdas financeiras. Segundo a empresa, alguns fatores sociais acirraram esses conflitos, como: a falência do Estado como provedor de serviços básicos para a população; o “*uso político*” de questões ambientais e sociais; a falta de segurança jurídica, patrimonial e pessoal no país; uma comunicação global e barata, que traz uma dimensão global para assuntos antes locais; e a facilidade para a formação de “*redes de pressão*” influenciando consumidores em todo o mundo.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Entrevista com o funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas da Aracruz concedida à pesquisadora em setembro de 2009, na sede da empresa em São Paulo.

Frente a este cenário conflituoso, existiria a necessidade da empresa se perceber inserida neste contexto social, procurando entender como a sociedade se organiza e, a partir desta análise, traçar estratégias condizentes com uma nova configuração social, mais complexa e menos previsível. Segundo nosso entrevistado, antes a empresa lidava com instituições que eram hierarquizadas e previsíveis, eram o “espelho da estrutura da empresa”. Mas hoje a empresa lida com um “mundo em rede”, “um mundo caótico”, nas suas palavras. Este mundo se caracterizaria pela multiplicidade de interesses, ausência de organização e hierarquias; conforme mencionou, não existiriam mais “chefes para se fazer acertar.”¹⁹¹

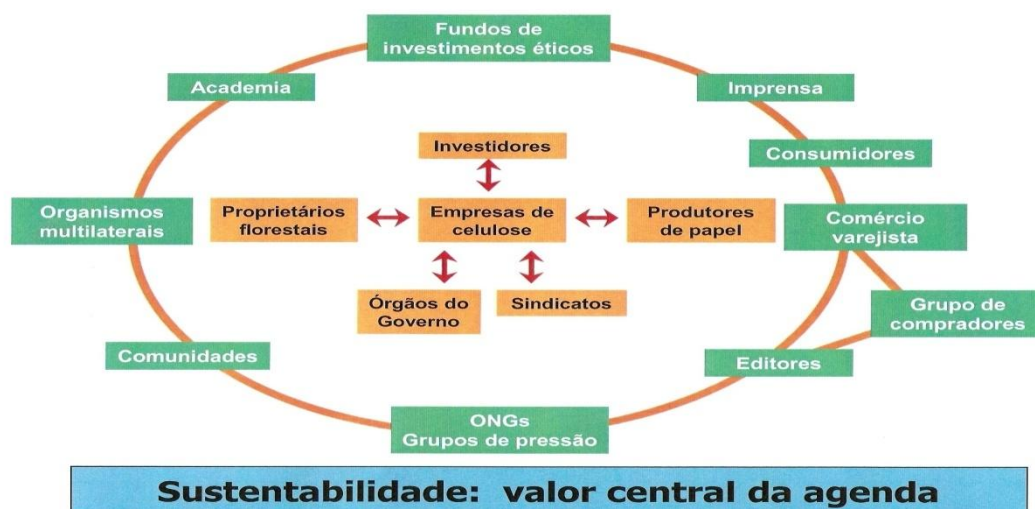
Se durante o processo de implantação da Aracruz, nas décadas de 1960 e 1970, o principal desafio dos empresários era granjear o apoio e o financiamento por parte dos governos nas diferentes esferas, atualmente eles também estão sendo chamados a se relacionar e garantir a aceitação de outros atores sociais, notadamente ONGs, movimentos sociais e consumidores. Os interesses múltiplos referem-se às diferentes críticas e demandas que têm como alvo a empresa (tais como a devolução das terras, a minimização do impacto ambiental, as questões trabalhistas etc). Em entrevista à revista *Época*, o então diretor de sustentabilidade da Aracruz Celulose disse que “*o mundo mudou e não mais interage de forma simples e organizada. A sociedade atua em rede, as relações estão mais complexas*”.¹⁹²

O modelo construído para esquematizar a atual configuração social e quais os principais atores sociais que influenciam direta e indiretamente a empresa foi o seguinte:

¹⁹¹ Entrevista com o funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas da empresa, concedida à pesquisadora em setembro de 2009.

¹⁹² “Zeladores da sustentabilidade”. Revista *Época Negócios*. Entrevista com Carlos Alberto Roxo, diretor de sustentabilidade da Aracruz Celulose. Agosto de 2009.

Um novo ambiente e uma nova dimensão de negócios



Plano de Sustentabilidade, 2009.

Conforme mostramos no Capítulo II, grande parte das críticas à empresa foram realizadas pela Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV). Interessante observar que o termo “rede” é utilizado no discurso da empresa para responder às críticas advindas dos movimentos sociais supracitados. Se a empresa percebe que a sociedade civil está organizada em rede, ela deve se relacionar com estes atores também sob a forma de redes, pois, segundo este mesmo entrevistado, “o nível da resposta tem que estar relacionada com a demanda”.¹⁹³ Além disso, não basta que a área de sustentabilidade esteja engajada no relacionamento com as comunidades; é preciso que a área de operação florestal e a área industrial também estejam presentes. Para atuar neste “novo ambiente” é igualmente necessário um novo entendimento acerca da organização dos negócios, e para isso a “aprendizagem institucional” de todas as gerências da empresa é fundamental. Essa aprendizagem, afirmou, capacita a empresa para “responder em rede.”¹⁹⁴

É interessante notar que, no esquema representado acima, bem como no discurso do entrevistado, em que ele assegura que é preciso estudar a complexidade da sociedade à qual a empresa se insere, encontramos similitudes com o conceito de

¹⁹³ Entrevista com o funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas da empresa, setembro de 2009.

¹⁹⁴ Entrevista com o funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas da empresa, setembro de 2009.

“*embeddeness*” da economia na sociedade, largamente utilizado nos estudos da nova sociologia econômica e que explica que *modus operandi* da empresa é delineado pelo contexto local em que ela atua.

O marco para o desenvolvimento desta “*adaptação cultural da empresa*” foi, segundo o funcionário entrevistado, um plano estratégico de sustentabilidade que começou a ser elaborado em 2004. O relatório de Sustentabilidade da empresa, de 2003, anunciava as modificações: “*Apesar de a Aracruz já adotar práticas consideradas sustentáveis, identificou-se a necessidade de um tratamento mais estruturado da questão. Com esse objetivo, desenvolveremos a partir de 2004 um Plano Estratégico de Sustentabilidade, que visa adequar melhor e mais rapidamente a organização ao novo ambiente de negócios, preparando-a para o futuro*” (ARACRUZ, 2003).

Segundo o entrevistado, este novo plano teria surgido do seguinte questionamento: “*A Aracruz possui credenciais de sustentabilidade, mas essas credenciais são suficientes para enfrentar os desafios do atual ambiente de negócios?*”¹⁹⁵ Essas “*credenciais de sustentabilidade*” foram exemplificadas através: da presença no Índice Dow Jones de sustentabilidade global desde 2005 e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa em 2006 e 2007; da avançada tecnologia de plantios e industrial; áreas de plantio certificadas pelo Cerflor¹⁹⁶/ Pan European Forest Certification System (PEFC); da preservação de 170 mil hectares de reservas nativas (1/3 da área total) e quatro milhões de reais por ano em investimentos sociais.

A gerência de sustentabilidade da empresa chegou à conclusão de que tais credenciais não estavam evitando conflitos fundiários nem consequentes perdas de lucratividade para empresa. Ante esta percepção considerou-se necessário repensar as estratégias socioambientais a fim de que estas atuassem efetivamente para a “*organização ao novo ambiente de negócios*” (ARACRUZ, 2003) e promovessem a necessária segurança para as atividades produtivas da empresa.

¹⁹⁵ Diagnóstico de sustentabilidade da Aracruz. Abril, 2009.

¹⁹⁶ O Programa Nacional de Certificação Florestal (Cerflor) foi criado sob a coordenação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), a partir de padrões desenvolvidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A Aracruz participou dos grupos que desenvolveram o Cerflor, no Subcomitê Brasileiro de Certificação Florestal e na ABNT (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004).

Para traçar metas para este plano de sustentabilidade, realizou-se um *business case*¹⁹⁷ em que foi feita uma análise sobre prevenção e antecipação de conflitos sociais. A partir disso está sendo reformulada toda a área de sustentabilidade da empresa. Um novo plano de sustentabilidade foi desenvolvido e dividiu-se em quatro dimensões: Governança, comunicação, questões ambientais e relacionamento com partes interessadas. Para cada dimensão foi traçado um diagnóstico da atual situação da empresa e um plano de ações.

O Conselho de Sustentabilidade também está sendo reestruturado. Com a entrada de membros independentes, a missão, visão, princípios e código de conduta da empresa foram revistos. Se, até 2004, era definida como: “*Gerar um retorno excelente para seus acionistas, promovendo o eficiente uso de fibras de madeira renováveis para satisfazer a demanda do mercado global de papel e celulose, produtos de madeira sólida e outros usos futuros*”,¹⁹⁸ atualmente é assim definida: “*Ofertar produtos obtidos de forma sustentável a partir de florestas plantadas, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais, contribuindo desta forma para o bem estar e a qualidade de vida das pessoas*”.¹⁹⁹

As ações iniciais deste novo plano foram: o treinamento de 80 funcionários com a finalidade de capacitá-los para ações de engajamento social com as comunidades, uma pesquisa de partes interessadas, na qual seriam verificadas quais seriam os grupos sociais “mais importantes” e a condução de dois projetos piloto de engajamento com comunidades não informadas (ARACRUZ, 2009). Os objetivos estratégicos deste plano seriam:

“a obtenção das licenças legais e sociais para operar, acesso em melhores condições ao capital, manutenção do market share, redução dos custos (antecipação e prevenção de problemas), motivação dos empregados, imagem e reputação” (ARACRUZ, 2009).

O funcionário do setor de sustentabilidade da empresa explicou que é preciso alinhar de forma estratégica os programas socioambientais com o próprio negócio da empresa: “*Nossa meta é formar uma carteira de projetos sustentáveis, que será definida*

¹⁹⁷ Trata-se de um estudo para justificar o investimento em um projeto estratégico da empresa. Ver: http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/folheto_ifc.pdf. Acesso: 10/12/2009.

¹⁹⁸ Disponível em: <http://www.cebds.org.br/cebds/pub-docs/relatorio-sustentabilidade/rel-2002-br/aracruz.pdf>. Acesso: 10/12/2009.

¹⁹⁹ Disponível em: http://www.aracruz.com.br/show_arz.do?act=stcNews&id=7&lastRoot=7&lang=1. Acesso: 10/12/2009.

com a participação direta das comunidades e terá como áreas prioritárias a geração de trabalho e renda, a educação e a capacitação da mão de obra”.²⁰⁰ A empresa pretende também captar recursos externos de agências de fomento.

Estes objetivos estão associados ao conceito de sustentabilidade utilizado pela empresa, que consiste na ampliação de sua participação no mercado através da manutenção de custos competitivos e da obtenção de maior acesso ao capital, além do apoio e aprovação da sociedade local para suas atividades (ARACRUZ, 2008). Esses fatores trabalhariam para garantir o “valor da empresa”.

Análises recentes dão conta de que o chamado valor da empresa tem sido um importante fator para a legitimação das grandes corporações. O sociólogo italiano Luciano Gallino, em seu livro *L’Impresa Irresponsabile*, afirma que, com a financierização da economia, a empresa deixa de ter como única finalidade a criação de lucro a partir da produção de bens e serviços e passa a aumentar o seu capital através da venda de ações no mercado.²⁰¹ Para maximizar o valor de suas ações, a reputação da empresa deve estar bem assegurada. Assim é que os programas nomeados de responsabilidade social e ambiental são fundamentais para garantir o valor das ações da empresa (GIULIANI, 2008). A Aracruz Celulose sofreu o impacto desta queda no valor da empresa quando, em setembro de 2008, foram noticiadas as altas perdas nas operações com derivativos. Suas ações despencaram, desvalorizando a empresa no mercado internacional.

Conforme nosso entrevistado, a proposta de entender a sustentabilidade com o enfoque corporativo, ou seja, como estratégia de negócios, consolidou-se na Aracruz a

²⁰⁰ Disponível em: http://www.aracruz.com.br/show_cmd.do?act=news&id=1000833&lang=1. Acesso: 10/12/2009.

²⁰¹ A partir de diversos dados que apontam para uma queda da taxa de lucro no nível mundial entre 1960 e de 1980, Gallino defende que as tentativas de reconduzir a taxa de lucro aos níveis anteriores teriam levado os capitalistas, nos anos 1980, a uma série de medidas como: redução do custo do trabalho, aumento dos preços dos bens e serviços, ataque aos sindicatos, deslocalização das empresas etc. “*Estas medidas, no entanto, não poderiam surtir efeitos desejados sem que a capacidade produtiva fosse também reduzida, isto é, sem que muitas empresas saíssem do setor manufatureiro. Mas, como estas não se dispunham a dar tal passo, excogitou-se uma nova forma de aumentar a rentabilidade do capital: ‘bastava conceber a empresa não mais como uma instituição que cria lucro produzindo bens e serviços, e sim como uma entidade capaz de aumentar o capital, medido pelo valor da Bolsa, através de variadas modalidades, entre as quais também produzir bens e serviços’.* Desta forma, o lucro não seria mais o

partir de 2004. No próximo item vamos descrever algumas das alterações realizadas, segundo a empresa, na sua política de comunicação corporativa e relacionamento político-institucional, sustentabilidade ambiental e relacionamento com as comunidades.

4.3.2 A comunicação da empresa e o seu relacionamento Político-Institucional

Segundo o gerente de Comunicação Corporativa da Aracruz, tornou-se inevitável o investimento em programas de responsabilidade social e ambiental. Essa iniciativa decorre da constatação da Aracruz de que, embora realize iniciativas “sustentáveis”, a empresa – e o próprio setor de celulose e papel como um todo – peca por não divulgar de forma maciça tais condutas. No Relatório de Sustentabilidade de 2007, a empresa diz que:

“mesmo sendo uma empresa consciente e correta de base, por vocação e natureza, e tenha atuação socioambiental responsável há mais de 40 anos, a Aracruz nem sempre é percebida exatamente assim” (ARACRUZ, 2007).

O diagnóstico feito pela empresa de consultoria contratada revelou que a linguagem e o conteúdo dos instrumentos de comunicação da empresa eram pouco transparentes e transmitiam pouca credibilidade. Desta forma, os Relatórios de Sustentabilidade estão agora sendo redigidos a partir dos interesses dos *stakeholders*, incorporando assuntos críticos: comentários de membros das comunidades onde a empresa mantém seus plantios, indicadores do Global Reporting Initiative²⁰² e verificação externa. No website da empresa há ainda a divulgação dos seus posicionamentos sobre assuntos relativos à questão indígena e quilombola. Segundo o entrevistado, os relatórios de sustentabilidade devem ser tão claros e sinceros como os relatórios anuais destinado ao mercado financeiro. Atualmente, seria preciso colocar os problemas e não apenas diversas fotos e anúncios de projetos socioambientais. Os objetivos destas modificações são *“ampliar o conhecimento e a favorabilidade da Aracruz e dos benefícios que gera para a sociedade, de forma a neutralizar/minimizar os impactos de campanhas contra a companhia”* (ARACRUZ, 2009).

excedente entre custos e receitas da produção, mas corresponderia à variação do valor das ações na bolsa calculado entre hoje e amanhã” (GIULIANI, 2008).

²⁰² A Global Reporting Initiative é uma organização não governamental internacional, sediada na Holanda, que tem como missão desenvolver diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizados por empresas em todo mundo. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/Home>. Acesso em 03/12/2009.

De acordo com o plano de sustentabilidade da Aracruz (2009), até 2005 a estratégia de publicidade era voltada, principalmente, para mídia regional e tinha como propósito “*criar e manter vínculo emocional entre as comunidades e a empresa*” (Aracruz, 2009). A partir de 2006 a mídia nacional foi sendo privilegiada, com a contratação da agência W/Brasil para a realização das campanhas publicitárias da empresa. A primeira, de várias propagandas, contou com a participação de diversos artistas e atletas famosos²⁰³ e tinha como slogan: “*Aracruz Celulose. O Brasil fazendo um bonito papel no mundo inteiro.*”

A nova estratégia de imprensa, segundo o plano de sustentabilidade da empresa, é publicizar os projetos de expansão e as iniciativas da empresa na área de responsabilidade socioambiental, e uma das metas é também envolver a mídia internacional.

Em 2007, a Aracruz lançou a marca “Bem de Raiz”. Esta marca tinha como proposta a geração de valor social para a empresa. Segundo a empresa: “*A Aracruz gera Bem de Raiz quando deixa um benefício para a terra e para comunidade onde atua. Alguns exemplos de sua atuação são a construção e manutenção de: escolas e creches de ensino fundamental; centros de treinamento e formação profissional; unidades sanitárias, clínicas e hospitais; estações de tratamento de água e esgoto; ginásios poliesportivos, clubes e agremiações e áreas de lazer; infra-estrutura e urbanização; viveiros comunitários; bairro residencial com casas, praça, centro comercial e clube*”.²⁰⁴

A marca “Bem de Raiz” traduziu-se como uma nova estratégia baseada da ampla divulgação das ações socioambientais da empresa que visa, principalmente, a uma “*melhor receptividade dos órgãos de financiamento, trânsito em meio às autoridades, receptividade junto ao público*” (ARACRUZ, 2007). Entretanto esta iniciativa, segundo um funcionário da empresa será reestruturada por conta da fusão com a Votorantim Celulose e Papel.

Como observamos no capítulo sobre a emergência da crítica, a empresa já vinha apresentando dificuldade em criar uma imagem positivada e, agora, pode ter também

²⁰³ Entre eles estavam : o jogador de futebol Pelé, a ginasta Daiane dos Santos, o pugilista Popó, o técnico da seleção de vôlei masculino Bernardinho e o cantor e compositor Seu Jorge, o iatista Robert Scheidt.

²⁰⁴ Disponível em: <http://www.bemderaiz.com.br/>. Acesso em 18/05/2010.

problemas para conseguir financiamentos. Em novembro de 2004, o Banco Mundial, por meio da Corporação Financeira Internacional (IFC), havia emprestado 50 milhões de dólares à Aracruz Celulose. Todavia, pressionado pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde e pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, a IFC informou, em abril de 2005, que a Aracruz realizou o pagamento antecipado da dívida e a partir desta data o banco encerrava a relação com o cliente. Outro caso sintomático é a denúncia realizada pela aliança de organizações não governamentais que atuam contra o financiamento bancário às empresas e projetos que estejam causando danos sociais e ambientais, a Bank Track. Esta organização citou em seu último relatório (2008) que a Aracruz possui um “histórico controverso” de conflitos com comunidades indígenas, quilombolas e fazendeiros locais e a acusa de ter se envolvido em “*agressivas campanhas contra povos indígenas*”.

Outra estratégia importante utilizada pela Aracruz para contrapor determinadas críticas foi o estudo encomendado pela empresa em 2007 à Fundação Getúlio Vargas, chamado “*Da árvore aos lares*”, que traz uma série de informações sobre a quantidade de emprego e de renda gerada pela empresa. Como explicado pela reportagem do jornal Valor Online, estudos desse tipo, elaborados por institutos de pesquisa “neutros”, respondem à tentativa por parte das indústrias de celulose de rebater as acusações de que geram poucos empregos.²⁰⁵

A consultoria contratada pela empresa também chegou à conclusão de que a Aracruz, no que tange o seu relacionamento político-institucional, se portava como uma “*empresa distante, vulnerável no plano federal, sem solidariedade nos estados e municípios.*” As principais ações para reverter este quadro foram o engajamento sistemático com segmentos políticos através da formação de uma rede de interlocução política com governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e prefeitos.

A inserção na Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), importante instituição que serve como ponte entre o Estado e as empresas e entre estas e os compradores estrangeiros, é outra estratégia utilizada pela empresa. A articulação com outras entidades setoriais também são consideradas fundamentais, sendo as principais: a

²⁰⁵ O presidente da Veracel, que também contratou a Fundação Getúlio Vargas para a realização de estudo semelhante, confirmou que uma das razões para a elaboração de tais estudos é obter dados para contrapor a opinião de movimentos sociais contrários às fábricas de celulose.

Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas²⁰⁶ (Abraf), a Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantadas²⁰⁷, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A Aracruz exerceu papel central na criação da Abraf, da Abaf e da organização não governamental Espírito Santo em Ação. Esta última, criada em 2003, é uma coalizão de empresas que discutem o desenvolvimento econômico do Estado. Seu presidente é diretor da área florestal da Aracruz Celulose.

A Abraf é responsável por diversos *lobbies* em Brasília a favor do setor de celulose como um todo e da Aracruz em particular. Um dos representantes desta associação presta serviços de consultoria para a Aracruz. Interessante mencionar que, em 2007, aconteceu o Fórum Agrário empresarial, organizado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e pela Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf). Este Fórum teve como objetivo mostrar aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário os prejuízos advindos do que eles chamaram de “*política fundiária marcada pela prática de atos ilícitos de violação do direito de propriedade e a adoção de procedimentos arbitrários de demarcação de terras*”.²⁰⁸ Além disso, o Fórum pretendia “redirecionar” as políticas públicas destinadas à questão fundiária e indígena: “*Caso contrário, continuarão se repetindo episódios como a destruição de propriedades rurais em todo o País e as instalações de empresas como Syngenta, Aracruz Celulose, Votorantim e Suzano, entre outras.*” Neste evento houve duas sessões para discutir a questão quilombola e a questão indígena no Espírito Santo, apresentadas pelo gerente de sustentabilidade e pelo Diretor Jurídico da Aracruz Celulose, respectivamente.

²⁰⁶ A Aracruz deu apoio à criação da Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), constituída pelos setores de papel e celulose, energia, painéis e produtos sólidos de madeira. A nova entidade foi lançada no final de 2003, tendo como primeiro presidente o diretor-presidente da Aracruz, Carlos Aguiar. Seus principais objetivos são: “*fomentar a competitividade do setor; promover a inserção dos pequenos e médios produtores na atividade florestal, tendo em vista a distribuição de renda, a fixação da mão de obra no campo e a melhoria do meio ambiente; e defender uma política setorial de longo prazo que integre as metas da cadeia produtiva com as necessidades de novas áreas de florestas plantadas para o suprimento de madeira no País*”. Disponível em: www.abraf.com.br. Acesso em 8/5/2009.

²⁰⁷ A Abaf foi criada em 2004 e representa as empresas do setor monocultor como: indústrias siderúrgicas, de ferro ligas a carvão vegetal, de celulose e de produção de painéis e produtos sólidos de madeira.

²⁰⁸ “*Objetivo do encontro é tomar posição sobre conflitos agrários*”. 13/04/2007 Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/objetivo-do-encontro-e-tomar-posicao-sobre-conflitos-agrarios>. Acesso em: 20/01/2010

No que diz respeito ao financiamento de campanhas políticas, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB), recebeu da Aracruz R\$ 700 mil nas duas últimas eleições – 2002 e 2006. A empresa fez ainda contribuições para 11 dos 26 deputados estaduais eleitos e sete dos 10 deputados federais, além dos senadores eleitos. Nas últimas eleições municipais (2004 e 2008), a Aracruz financiou R\$ 1,2 milhão para candidatos a prefeito e vereador. Os candidatos do Sul da Bahia receberam R\$ 3,2 milhões nas últimas eleições.²⁰⁹ A Aracruz Celulose é também uma das principais doadoras dos membros da comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável do Congresso Nacional. Segundo a empresa, ela “*não exerce atividades político-partidárias, mas apoia partidos e/ou candidatos cujas ideias e propostas sejam consistentes com seus princípios de negócios*”.²¹⁰

4.3.3 A Sustentabilidade Ambiental:

Entre os objetivos mais relevantes para a empresa nesta área está a conquista da certificação florestal pelo Forest StewardShip Council em 2010. Segundo a empresa, existe uma demanda crescente para a obtenção deste selo por parte dos seus clientes mais importantes, que por sua vez são pressionados por grandes redes varejistas, ONGs e consumidores. Todas as suas áreas sob manejo próprio da empresa foram certificadas pelo Cerflor (Sistema Brasileiro de Certificação Florestal), no entanto não é o bastante, pois todas as empresas competidoras da Aracruz possuem ou estão em vias de adquirir o selo do FSC.

Em 2007, a empresa pediu o cancelamento do certificado da Unidade Guaíba no Rio Grande do Sul e em 2008 a *joint-venture* Veracel o obteve, mas enfrentando “*grandes dificuldades*”, segundo a Aracruz, tanto que o “*esforço de obtenção foi articulado com clientes*.” (ARACRUZ, 2009). O plano de certificação da empresa pelo FSC têm três linhas de ação, a saber:

“Desenvolver um contexto favorável à certificação; avançar na solução dos gaps já identificados e potenciais; proceder ao tratamento integrado da conservação da biodiversidade; resolver as dificuldades no relacionamento com comunidades; resolver as dificuldades no relacionamento com ONGs;

²⁰⁹Disponível em: http://www.correiobrasiliense.com.br/html/sessao_3/2008/06/01/noticia_interna.id_sessao=3&id_noticia=10077/noticia_interna.shtml, 01/6/2008. Acesso em: 20/01/2010.

²¹⁰<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/04/25/e250423378.asp>. “Os ‘agropolíticos’ da comissão verde”. Luciana Abade, Jornal do Brasil, 25/04/2009.

programar ações de forma a obter o certificado até o final de 2010". (ARACRUZ, 2009)

Neste sentido, a empresa vem participando de processos multilaterais de discussão nacionais e internacionais, entre eles o Diálogos da Mata Atlântica, envolvendo os estados do Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul e a sua vertente internacional *The Forest Dialogue*, além do diálogo direto com ONGs da região, como por exemplo o Fórum de ONGs ambientalistas do ES e o instituto Bio-Atlântica (IBIO). Este instituto foi criado em 2003 com o apoio da Aracruz Celulose e se propõe a ser um *"articulador e parceiro em iniciativas dos setores socioambiental e empresarial"*.²¹¹ No âmbito do plano de sustentabilidade foram criadas três reservas particulares do patrimônio nacional (RPPNs) no Espírito Santo, uma área de 2.877 hectares.²¹²

Segundo informações em seus relatórios de sustentabilidade a empresa mantém 139,2 mil hectares de áreas de reserva nativa preservadas e sem uso econômico²¹³.

Desde 1975, com a publicação do estudo "O Eucalipto e a Ecologia", em resposta aos artigos científicos de Augusto Ruschi, que denunciavam os danos advindos da substituição de mata nativa por grandes extensões de plantios de eucalipto, a empresa contrata pesquisadores para elaborarem estudos científicos que comprovem que, nas suas áreas de influência, os danos ao ambiente são raros, quando não nulos. Dentre variados projetos e estudos, citaremos dois. O Projeto Microbacia, criado em 1993, tem como objetivo conhecer as interações do eucalipto com as reservas de Mata Atlântica, numa área de 286 hectares localizada em Aracruz, ES. Segundo resultados deste projeto, foram encontradas 556 espécies de aves, sendo 66 ameaçadas de extinção, e 4.000 espécies de insetos, caracterizando uma "rica biodiversidade." No que diz respeito ao solo, a rotação de nutrientes permite a manutenção e aumento da fertilidade do solo mesmo após 30 anos de uso. Foi constatado ainda que a quantidade de fertilizantes necessários equivale a 17% daquele necessário ao cultivo da cana-de-açúcar. Quanto aos consumos de água pelos eucaliptos, a empresa concluiu que é equivalente ao consumo das espécies nativas de floresta tropical (ARACRUZ, 2009). Este projeto é

²¹¹ Disponível em: <http://www.bioatlantica.org.br/ibio.asp>. Acesso em 20/3/2010.

²¹² Ainda está em estudo a criação de mais uma RPPN na Bahia, com 2.925 hectares, e outra no Rio Grande do Sul, com 2.300 hectares.

²¹³ A preservação dessas áreas é uma norma prevista na legislação ambiental, os plantios de eucalipto devem oferecer uma contrapartida florestal de acordo com a extensão.

elaborado e executado por diversas instituições de renome, dentre elas a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Embrapa Solos, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual Norte Fluminense (Uenf), Universidade Federal de Lavras (Ufla), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), The Australian National University (ANU), Institute of Hydrology na Inglaterra.

Como observamos no capítulo anterior, grande parte da crítica realizada pelos movimentos sociais e ONGs que compõem a Rede Alerta Contra o Deserto Verde era a respeito da qualidade das águas próximas à empresa. A Associação dos Geógrafos do Espírito Santo elaborou um estudo sobre os impactos da apropriação dos recursos hídricos pela Aracruz Celulose e mostrou os danos, notadamente no Rio Piraquê-Açu. Dois anos depois a Aracruz financiou um estudo para avaliar a poluição ambiental dos rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, na região de influência da unidade produtiva, Barra do Riacho, ES. Este estudo foi realizado por químicos da UFES que chegaram à seguinte conclusão:

“O estuário dos rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim apresentam-se preservados, tanto do ponto de vista químico como microbiológico, o que garante à região uma boa sustentabilidade socioambiental (comércio de mariscos, pesca e turismo), principalmente para as comunidades indígenas residentes” (JESUS, H.C. et al, 2009:39).

Quanto a quantidade da água utilizada nos plantios e na produção da celulose, a Aracruz assegura que em 12 anos houve uma redução de 45% da água utilizada, e que está entre as cinco fábricas de celulose do mundo que menos consome água.

No que tange à crítica sobre a poluição química gerada pela empresa, ela defende-se dizendo que do total de sua celulose produzida, 56,1% usa a tecnologia ECF - Elemental Chlorine Free (livre de cloro elementar), e 11% da produção é feita através de processos que não utilizam o cloro, o TCF - Total Chlorine Free.

A empresa desenvolve ainda diversos projetos de educação ambiental nas escolas próximas as suas unidades produtivas e com as famílias dos produtores rurais que integram o programa Produtor Florestal.

Existem várias outras iniciativas no que se refere às questões ambientais na Aracruz Celulose, como por exemplo a questão das mudanças climáticas. Desde 2004, a companhia realiza o levantamento e a divulgação das emissões de carbono das unidades produtivas de Barra do Riacho (ES) e Guaíba (RS), considerando as operações nos

plantios, as industriais e no transporte e os estoques de carbono das áreas de proteção permanente e nos plantios de eucalipto. Neste âmbito, em 2005, a empresa aderiu à Bolsa de Carbono de Chicago (CCX) e, segundo informou seu website, tornou-se a primeira empresa latino-americana a assumir metas de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa.

4.3.4 O relacionamento com as comunidades:

A empresa denominou de múltiplos desafios os conflitos fundiários nos quais está envolvida. A empresa diz enfrentar sérios conflitos com o que chama de movimentos sociais antiagronegócio e povos quilombolas. Ela elenca algumas das principais ações: a ocupação de 13 fazendas da empresa pelo MST no Espírito Santo, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Atualmente o Incra tenta desapropriar a fazenda Agril, no ES, que possui cerca de 9 mil hectares (ARACRUZ, 2009).

Com relação aos quilombolas, a empresa diz que são quinze comunidades vizinhas registradas e dois processos de desapropriação no Incra-ES: Linharinho, com 9.542 ha, sendo 8.455 ha com plantios da Aracruz; e São Jorge, com 13.074 ha, sendo 8.631 ha ocupados pela Aracruz.

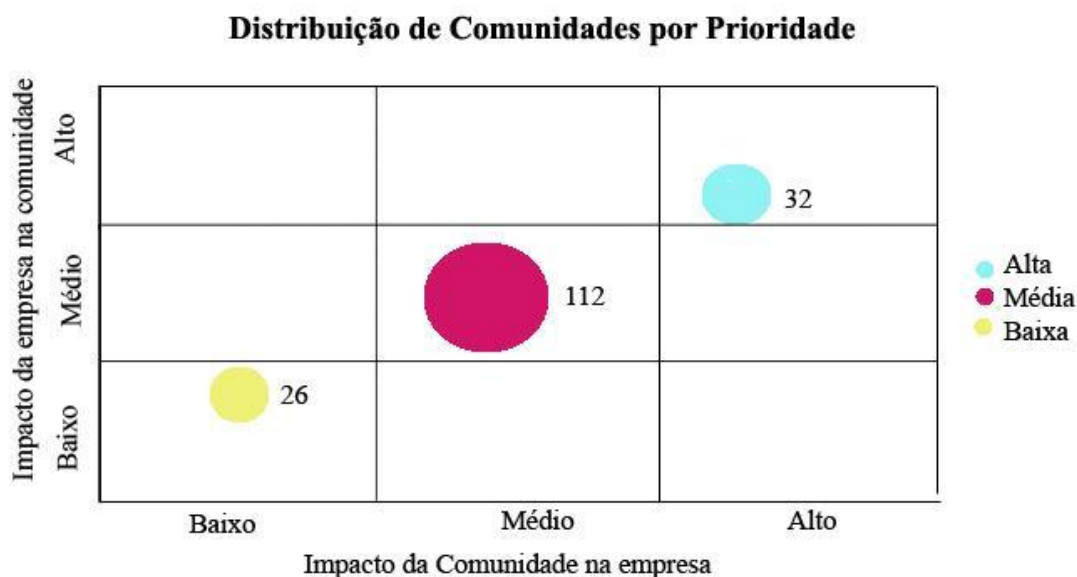
Para fazer frente a esses conflitos a empresa estruturou, em 2007, uma “matriz de prioridade” das comunidades onde atua. Uma empresa de consultoria realizou o treinamento de funcionários, a ida a campo e a aproximação com algumas comunidades não nomeadas. Segundo a Aracruz:

“Essas ações fazem parte de um conjunto de iniciativas que visam estruturar e aperfeiçoar nosso relacionamento com as partes interessadas – um processo que, no entendimento da Aracruz, representa um investimento de longo prazo que deverá apresentar resultados positivos a partir dos próximos anos” (ARACRUZ, 2007).

A “matriz de prioridade” produzida (veja abaixo) classificou 170 comunidades do entorno da Unidade Barra do Riacho, no Espírito Santo, segundo critérios de impactos destas comunidades na empresa e da empresa nas comunidades. Esta matriz distribuiu da seguinte forma estas comunidades: 32 comunidades de alto “impacto”, 112 de médio “impacto” e 26 de baixo “impacto”. Ele não nos informou como esse “impacto” pode ser mensurado. Esta classificação está diretamente relacionada à “prioridade” que tais comunidades terão para as estratégias futuras da empresa, pois, segundo o funcionário do setor de sustentabilidade da Aracruz, seria inviável abranger

todas as comunidades ao mesmo tempo, sendo preciso estabelecer prioridades; são elas: o impacto da empresa nas comunidades e o impacto das comunidades na empresa.

170 comunidades foram classificadas conforme abaixo:



No âmbito deste plano e seguindo os estudos a respeito dos danos que as comunidades poderiam causar às atividades empresariais, foram desenvolvidos três processos de relacionamento empresa-comunidade: o “diálogo operacional”, a “agenda presencial” e o “engajamento”. Os processos de engajamento estariam destinados às comunidades de alta prioridade, a agenda presencial às comunidades de média e baixa prioridade e o diálogo operacional perpassaria as três classificações. O engajamento seria uma espécie de “casamento” com a comunidade, enquanto a agenda presencial seria como um “namoro”, explicou-nos em entrevista o funcionário do setor de sustentabilidade da empresa. Em outros termos, o tipo de relação que o engajamento proporcionaria seria mais sólido e mais constante que outras formas de aproximação com as comunidades. Haveria, por exemplo, um incentivo maior na participação das lideranças locais e na integração com as “vocações” destas comunidades. As estratégias utilizadas para a execução destes projetos de engajamento seriam “a mobilização, articulação, formação e capacitação dos atores sociais , o financiamento e o desenvolvimento de projetos com parcerias locais” (ARACRUZ, 2008).

Desta forma, as comunidades de alta prioridade, conforme definição da empresa, serão contempladas por projetos educacionais e de geração de renda, os chamados

investimentos sociais. Naquelas comunidades classificadas de média ou baixa prioridade seriam realizadas ações sociais, notadamente doações. A agenda presencial, destinada a estas comunidades, consistiria na visita de um representante da empresa a fim de vivenciar a realidade local através da aproximação e presença constante nas comunidades: “A presença física facilitaria a acessibilidade da empresa nas comunidades e vice-versa”.²¹⁴

O diálogo operacional está relacionado ao processo de implantação ou expansão do empreendimento. Cerca de um ano antes do projeto a empresa vai até estas comunidades e conversa com elas, perguntando quais são suas principais preocupações. Após esta análise, as propostas retornariam às comunidades e durante a implantação ou expansão da empresa; existiria um comitê, formado por membros da própria comunidade, para acompanhar o empreendimento.

Nível de prioridade e processos propostos



Vemos neste esquema que os investimentos sociais são destinados às comunidades de alta prioridade e, em menor medida, também às de média prioridade. As ações sociais, entretanto, alcançam as três classificações. A empresa, bem como duas consultorias contratadas por ela, estabelece uma distinção entre “ações sociais” e “investimentos sociais”. As ações sociais seriam a atuação filantrópica da empresa, notadamente as doações por ela realizadas. Não exigem estudos estratégicos, não

²¹⁴ Entrevista com o funcionário do setor de relações corporativas e sustentabilidade da Aracruz concedida à pesquisadora em setembro de 2009, na sede da empresa em São Paulo.

definem previamente os retornos almejados, ou seja, não são entendidas como uma estratégia corporativa. Ao contrário, os investimentos sociais seriam qualquer alocação voluntária – mas estratégica – de recursos financeiros, técnicos, gerenciais e humanos da empresa na sociedade em que está localizada. Segundo o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social,²¹⁵ que também presta serviços para a Aracruz, o investimento social corporativo:

*“É a evolução da simples doação. Em um processo de assessoria customizado e colaborativo, busca-se: desenvolver uma relação estratégica com a comunidade beneficiada; preservar identidade com os valores da empresa; promover o engajamento dos colaboradores; agregar valor à comunidade e à empresa (...)”*²¹⁶

Como tratamos na seção anterior, o investimento social mantém assim a mesma exigência de qualquer outro investimento: a expectativa de obter lucros. No caso específico do investimento social, a empresa deseja obter rendimentos, pelo capital investido nos projetos sociais que se traduzem no arrefecimento dos conflitos sociais e na estabilidade para continuar com suas práticas produtivas.

De 2008 a 2009, as ações sociais da empresa no norte do Espírito Santo e no extremo sul da Bahia totalizaram R\$ 4,3 milhões. Foram realizados projetos de ampliação de escolas e de geração de renda, a construção de um posto de saúde e a doação de um tomógrafo. Segundo a empresa, este investimento beneficiou mais de 500 pequenos agricultores pelo projeto de incentivo à agricultura familiar e à apicultura. Os projetos supracitados, bem como outros da empresa, foram realizados com recursos do BNDES.²¹⁷

Embora não seja o objetivo desta dissertação analisar o papel do Estado Brasileiro junto à Aracruz Celulose, é fundamental mencionarmos o papel do BNDES, que desde o início da história da Aracruz atuou como seu principal financiador. Importante destacar que, desde 2006, o BNDES possui uma carteira para o financiamento a investimentos sociais de empresas. A Linha de Investimentos Sociais

²¹⁵ O IDIS é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e fornece apoio técnico às empresas, fundações, institutos e indivíduos que queiram realizar projetos de investimento social privado. Entre seus clientes estão: Aracruz Celulose, Basf, Nestlé, Gerdau, Camargo Correia, Grupo Votorantim, Klabin, Veracel Celulose, dentre outros.

²¹⁶ Disponível em: <http://www.idis.org.br/inv-social-corporativo>. Acesso 4/01/2010.

²¹⁷ “Fibria mostra resultados de investimentos sociais”, 28/01/2010 Disponível em: <http://www.sinpapel.com.br/Noticias/noticias2292.html>. Acesso em 20/03/2010.

de Empresas veio substituir o antigo Programa de Apoio ao Investimento Social (PAIS). Esta nova linha de financiamento está destinada à implantação, expansão e consolidação de projetos sociais realizados pelas empresas ou em parceria com instituições públicas ou organizações sem fins lucrativos. Esta linha se divide em duas modalidades: apoio a investimentos no âmbito das comunidades localizadas na área de influência geográfica da empresa e apoio a investimentos no âmbito da empresa. Para as ações destinadas às comunidades não são cobradas a taxa de remuneração, apenas a Taxa de juros a longo prazo (TJLP). O nível de participação do banco vai até 100% do projeto. Aqueles investimentos destinados à empresa pagam 1% de taxa de juros, enquanto o da empresa vai até 80%. O maior projeto social financiado foi para o setor de papel e celulose: a empresa Veracel (Fibria e Stora Enso) foi beneficiada com investimento social de R\$ 22,6 milhões, sendo R\$ 19,7 milhões financiados pelo banco.

Estes dados permitem refletir que o processo de legitimação da empresa junto às comunidades passa necessariamente pelo financiamento do Estado. Com os vultosos empréstimos do BNDES para salvar a empresa da crise e os recursos destinados aos investimentos sociais, o Estado legitima as práticas empresariais da Aracruz Celulose, sancionando-as como de interesse público. Neste quadro os programas de responsabilidade socioambientais das empresas não representariam uma ausência do Estado, mas sua forte presença monetária, administrada, entretanto, sob os critérios e auspícios da empresa.

Esta relação se configura também nos planos estadual e municipal. As prefeituras, notadamente através de isenção de impostos e outros incentivos econômicos, exercem um papel fundamental na implementação dos programas socioambientais da empresa. Nesse sentido, é importante refletir que algumas demandas atendidas pelos projetos da empresa já constavam na pauta de reivindicações das comunidades aos governos municipais e estaduais, além de graves críticas às práticas empresariais da Aracruz. De tal forma que, embora se assemelhem a dádivas e se apresentem como fruto de uma conduta responsável, as ações parecem mais respostas às pressões e lutas sociais. A problematização desta questão está presente na fala de uma liderança negra de Teixeira de Freitas (BA), quando se referia aos projetos sociais da Aracruz Celulose na comunidade quilombola de Helvécia, em Nova Viçosa, BA:

“Hoje se Helvécia tem um laboratório de Informática é cobrança nossa, Helvécia tem uma creche por cobrança nossa (...) A escola é formada

*de uma parceria de Aracruz, Suzano e prefeitura. Mas como que funciona isso: Aracruz entra com 50% dos trabalhos e de gastos financeiros. E aí a prefeitura entra com a mão de obra, mas o quê que é isso, isso são ICMS, o que é ICMS, são Impostos de Circulação de Mercadorias e Prestação Serviços, ou o ISS, conhecido como Imposto sobre Serviço, que a prefeitura deixa de arrecadar para a empresa e eles contribuem em obras. Não é nada menos, nada mais que um direito do povo, porque os trabalhos sociais deles mesmo, eles não fazem”.*²¹⁸

Dentre as comunidades mapeadas pela empresa como de alto impacto, a maioria delas são quilombolas, tanto do Espírito Santo como do Sul da Bahia, disse-nos o funcionário da empresa.

A forma como a Aracruz Celulose se relaciona com as comunidades quilombolas está longe de ser homogênea. De acordo com os relatos obtidos no Espírito Santo, muitos quilombolas denunciam as ações violentas por parte da empresa, devido às acusações de roubo de madeira.

Semelhantemente ao conflito com os índios em que a Aracruz negava a existência de índios Tupinikim na região, financiando laudos antropológicos e historiográficos que comprovariam a não autenticidade destes indígenas,²¹⁹ a empresa tende a negar a existência de comunidades quilombolas em suas terras.

Para a empresa, os processos das áreas de Linharinho e São Jorge são irregulares porque lá nunca teriam existido quilombos. O historiador capixaba Eliezer Nardoto²²⁰ é consultor da empresa na questão quilombola e assegura que nunca existiu um quilombo na localidade de Linharinho. As famílias de escravos libertos e seus descendentes teriam ali chegado por volta de 1920 e grande parte daquelas pessoas que se autoidentificaram como quilombolas seriam de outras regiões e distantes das áreas reivindicadas.²²¹

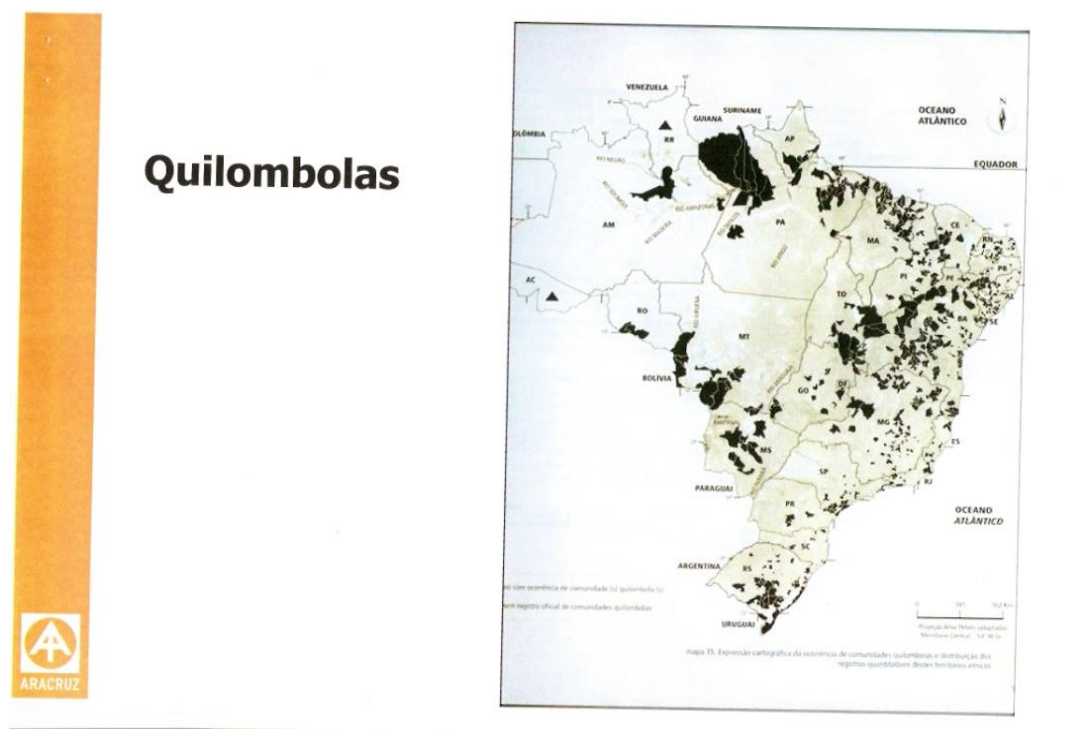
²¹⁸ Liderança da Associação Nacional dos negros do Sul da Bahia. Entrevista realizada em março de 2009. Teixeira de Freitas, BA.

²¹⁹ A Aracruz e a questão indígena no Espírito Santo. Sumário executivo de manifestação apresentada à FUNAI. Disponível em: www.aracruz.com.br/.../sumario_executivo_atendendo_decisao_judicial_sem_marcas.pdf - Acesso em: 20/03/2010.

²²⁰ Para defender as propriedades que ocuparam dos quilombolas, os fazendeiros se organizaram no chamado “Movimento Paz no Campo”, do qual Eliezer Nardoto é integrante. Os quilombolas, de acordo com as entrevistas realizadas e as notícias disponíveis no jornal on line Século Diário, denunciam que o movimento traz ameaças aos membros da comunidade quilombola de Sapê do Norte.

²²¹ Disponível em: http://www.aracruz.com.br/show_press.do?act=news&id=1000458&lang=1. Ainda segundo informações no site da empresa: “Conforme constatado em relatório técnico do próprio INCRA datado de setembro de 2005 (Processo nº 54340.000674/2004-14, fl. 118): ‘Durante a pesquisa de campo, ao se perguntar aos moradores do Linharinho sobre a existência de quilombos ou então de sua possível ligação com eles, com exceção das pessoas mais participantes das mobilizações políticas atuais em torno dos quilombos contemporâneos, a resposta era negativa ou de desconhecimento e

Preocupa a empresa o fato de que a demarcação dos territórios quilombolas pode sugerir a realização de uma “reforma agrária paralela”.²²² A Aracruz afirma que as demandas quilombolas, se atendidas, poderão desapropriar até 21 milhões de hectares de terras em todo o País.²²³ (ARACRUZ, 2009). A empresa tem em seus arquivos um mapa que caracteriza as áreas reivindicadas como territórios quilombolas:



A Aracruz afirma que a questão quilombola é de difícil resolução tendo em vista que qualquer oposição “*pode ser traduzida como racismo*”. Entretanto, a empresa afirma que é “*necessário porém recorrer à Justiça; (e realizar) trabalho em paralelo com comunidades negras*” (ARACRUZ,2009). Assim é que através das associações político-institucionais, a empresa vem tentando provar a inconstitucionalidade do Decreto 4.887/03, afirmando que ele é duplamente inconstitucional, quanto à forma e quanto ao mérito: “*Quanto à forma, pois não é possível regulamentar um dispositivo da Constituição através de decreto – que é ato administrativo –, mas apenas por lei votada*

estranhamento desse termo.” Disponível em: http://www.aracruz.com.br/show_press.do?act=news&id=1000458&lang=1. Acesso em 10/5/2010.

²²² Na declaração da empresa consta a seguinte citação de Rolf Hackbart, então presidente do INCRA: “*Não tenha dúvida: trata-se de uma reforma agrária paralela.*” (Revista Veja, 04/04/07 - pp. 60-61).

²²³ A empresa utiliza as projeções da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Associação Brasileira de Florestas Plantadas (Abraf) que tem como base dois dados: o tamanho médio das áreas já delimitadas (6,1 mil hectares por comunidade) e a estimativa da Fundação Cultural Palmares (FCP) de que 3.500 comunidades sejam reconhecidas como quilombolas.

*pelo Congresso, o que jamais ocorreu; Quanto ao mérito porque ele cria situações não previstas em lei tais como o critério de autodeclaração; a hipótese de desapropriação não prevista na Constituição; criação de uma classe especial de cidadão, ferindo o princípio constitucional da isonomia; afronta ao princípio do contraditório, pois privilegia os interessados em detrimento dos proprietários”.*²²⁴

A empresa associa as comunidades quilombolas à exploração de madeira de eucalipto no Norte do Espírito Santo e no Extremo Sul da Bahia. Este cenário vem sendo analisado de forma aprofundada pela empresa, que procura controlar o saque e as queimadas em suas fazendas.

Segundo a Aracruz, estas atividades seriam capitaneadas por uma rede criminosa organizada e influente que revende o carvão para siderúrgicas da região. Sob o comando desta rede criminosa estariam cerca de três mil pessoas das comunidades carentes do entorno. O funcionário da Aracruz afirma que estas populações são aliciadas por criminosos que incentivam a roubar as madeiras da empresa.

Conforme dados da Aracruz, a área queimada já passa de 14 mil hectares. Para mostrar-nos a seriedade deste problema para a empresa, o funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas comparou estes hectares queimados com os 13 mil hectares que a empresa “perdeu para os índios”. De acordo com o jornal “Folha do Litoral”, patrocinado pela Aracruz, no ano de 2007 foram verificadas 1.210 ocorrências de incêndio e queimados quase cinco mil hectares da Aracruz Celulose no Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Em 2008, foram 187 boletins de ocorrência relativos a queimadas e furto de madeira na região. *“O clima na região é de insegurança e risco social. As áreas de plantios florestais da Fibria localizadas no Norte do Espírito Santo e no Sul da Bahia vêm sendo alvo de sucessivas ações ilícitas, incluindo incêndios criminosos e furto de madeira”.*²²⁵

Na contenção desses eventos a Aracruz utiliza os serviços de empresas de segurança privada. Antes da fusão com a Votorantim, a empresa responsável pela vigilância dos plantios era a Visel. Conforme vimos no capítulo II, ela foi acusada pelos quilombolas de agressões sistemáticas aos membros das comunidades do Sapê do

²²⁴ Considerações da Aracruz sobre as invasões de quilombolas. Disponível em: http://www.aracruz.com.br/show_press.do?act=news&id=1000458&lang=1. Acesso em 5/5/2010.

Norte. Segundo o diretor de sustentabilidade da Aracruz, em entrevista realizada por Anna Fanzeres, do Ministério do Meio Ambiente, MMA:

“como forma de não se envolver em conflitos, a Aracruz terceirizou seus esquemas de vigilância e as formas de atuação do efetivo contratado restringem-se à fiscalização preventiva e acionamento das forças policiais em casos de invasões, incêndios provocados, caça ou roubo de madeira”.²²⁶

A empresa contratada para vigilância dos plantios da atual Fibria é a Garra Escolta Vigilância e Segurança Ltda. Existem também muitas notícias de violência contra as comunidades quilombolas e carvoeiras, tanto do Espírito Santo como do extremo sul da Bahia. A título de exemplos citaremos dois casos, um em Conceição da Barra, ES, e o outro nas proximidades de Mucuri, BA.

Em novembro de 2009, homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Vitória e seguranças guarda particular da Fibria, a Garra, chegaram até a comunidade quilombola de São Domingos para cumprir 28 mandados de prisão e apreensão de máquinas e veículos de propriedade da comunidade, sob a acusação de roubo de eucalipto da empresa. De acordo com depoimentos dos quilombolas, teriam sido os seguranças particulares da empresa que apontaram à PM quais eram os quilombolas a serem presos; na ocasião, 30 quilombolas foram presos. Os quilombolas denunciaram ameaças feitas pelos seguranças da empresa e pelos PMs, invasão de domicílio, maus tratos e denunciam ainda a presença constante das patrulhas de segurança da Garra e da Polícia Militar na localidade.²²⁷ Em decorrência da repercussão dessa ação, houve uma visita do ouvidor-geral da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) na comunidade de São Domingos e foi elaborado um relatório em que a ouvidoria apontava que o uso da violência contra as comunidades *“foi desnecessária, principalmente pela humildade dos membros da comunidade”*.²²⁸

O segundo caso refere-se à morte, no início de 2010, de um jovem trabalhador rural. Ele e seu pai recolhiam restos de madeiras em fazendas da empresa, próximo a

²²⁵ Disponível em http://folhalitoral.com.br/site/index.php?p=noticias_ver&id=914. Acesso em 10/04/2010.

²²⁶ Carlos Alberto Oliveira Roxo – Diretor de Meio Ambiente da Aracruz Celulose. Entrevista realizada em 27/01/2005 na sede da empresa no Rio de Janeiro. (FANZERES, 2005).

²²⁷ “Violência policial contra quilombolas do norte com apoio de milicianos da Fibria”, Por Flávia Bernardes, 11/11/2009. Disponível em: http://www.seculodiario.com.br/exibir_not.asp?id=4419. Acesso em 10/1/2010.

²²⁸ “Quilombolas: relatório da Ouvidoria de Segurança aponta atos de muita violência”, por Flávia Bernardes, 31/3/2010. Disponível em: http://www.seculodiario.com.br/exibir_not.asp?id=5407. Acesso em 10/1/2010.

Mucuri (BA). O jovem foi morto por um funcionário da empresa de segurança Garra. Em nota, a Fibria lamentou o ocorrido, mas disse que “*o incidente ocorreu quando uma equipe surpreendeu um grupo de pessoas furtando madeira em área de propriedade da empresa*”.²²⁹

Por outro lado, a empresa vem tentando se aproximar das comunidades quilombolas através da realização de acordos e projetos. Estes acordos vão desde doação de farinhas até a criação de associações de carvoeiros e agricultores.

No Relatório de sustentabilidade de 2008 a empresa enumera as seguintes ações e projetos em andamento com as chamadas “Comunidades negras”. As ações seriam duas, a “*doação de pontas e galhos por meio da Associação de Pequenos Produtores e Lenhadores de Conceição da Barra (Apal-CB), no norte do Espírito Santo, instituição que congrega 459 pessoas, a Aracruz permite, desde 2003, a retirada organizada de pontas e galhos de eucalipto em áreas florestais da Empresa visando à utilização como lenha para cocção e produção de alimentos, no fabrico de carvão e demais fins de natureza socioeconômica*” e os investimentos no “*quitungo ou casa de farinha de São Mateus, um dos símbolos da herança cultural dos antigos moradores locais, foi adquirido e instalado pela extinta Aracruz Florestal no centro de operações da Empresa nesse município, onde durante anos a comunidade regional pode conhecer como seus antepassados produziam farinha de mandioca e beijos. Durante algum tempo, a visitação ao quitungo esteve suspensa. Desde o início de 2006, por meio de uma parceria entre a Empresa e Prefeitura, o quitungo foi reformado e retomou a sua função de resgatar a memória e a cultura do povo capixaba, estando aberto a visitação. Em 2008, novos investimentos na estrutura do quitungo foram realizados, visando proporcionar melhores condições de comercialização dos derivados da farinha de mandioca produzidos pelas famílias responsáveis pela casa de farinha*” (ARACRUZ, 2008).

Os projetos realizados com a participação de “comunidades negras” foi a construção do Viveiro Comunitário: “*O viveiro Angelin II assegura renda mensal às nove famílias associadas. Em 2008, foram comercializadas 237 mil mudas de nativas e eucalipto para a Aracruz, com receita de R\$ 73 mil. Também no ano passado, viabilizamos diversas melhorias na infraestrutura do viveiro*”. O projeto de agricultura Familiar: “*Em 2008, 351 produtores em 16 localidades de São Mateus e Conceição da*

²²⁹ Disponível em: http://folhalitoral.com.br/site/index.php?p=noticias_ver&id=914. Acesso em 5/5/2010.

Barra foram beneficiados pela cessão de 1.156 horas de máquina agrícolas. O valor investido foi de R\$ 90.827,33 mil.” E o projeto de Apicultura Solidária: “ As cinco comunidades participantes do programa na Regional Conceição da Barra — Jaguaré, Nova Vista, Itaúnas, Ponta de Jundiá e Coxi — obtiveram 4 toneladas de mel na safra 2007/2008. Parte da produção (385 kg) foi recebida pela Empresa como contrapartida e doada a entidades assistenciais e dioceses” (ARACRUZ,2008)

A Associação de Produtores e Lenhadores de Conceição da Barra, APAL-CB, foi criada , conforme informações dos quilombolas entrevistados, em 2005 e sua fundação foi estimulada pela Aracruz.²³⁰ Através dela a empresa permite a cata dos resíduos do eucalipto. Esta associação é composta, em sua maioria, por membros de comunidades quilombolas da região; todavia, institucionalmente, ela não evidencia qualquer vínculo com a identidade quilombola, respondendo a critérios estabelecidos pela própria empresa.

A aproximação da Aracruz ora encontra consentimentos, ora resistências por parte das comunidades quilombolas. Segundo uma liderança da comissão quilombola, a APAL-CB estaria inibindo a resistência das comunidades ao realizarem acordos com a empresa:

*“A Aracruz fala que não aceita negociar com a associação quilombola, só com a APAL-CB. Mas aí nos falamos que não é isso que nós queremos. Queremos que entregue nossa terra. Ela tá cooptando os quilombolas, falando que vai ajudar, para eles não se tornarem quilombolas”.*²³¹

*“Bom, uma parte dos negros vai lá pegar aquele facho, vão lá pegar aquelas folhas e galhos. E realmente essa participação da comunidade com outra associação que não se identifica com os quilombolas está nos atrapalhando. Por quê? Porque alguns quilombolas são manipulados pela Aracruz, com migalha, sem conhecer a questão da legislação do direito quilombola deles, entendeu? Eles se vendem (...) Porque a Aracruz quer insistir uma ajuda à APAL-CB, porque a APAL-CB ela não trata no estatuto dela da questão quilombola, e sai manipulando, estão atrapalhando a gente”.*²³²

²³⁰ Até 2004, a Aracruz Celulose permitia que carvoeiros da região norte do Espírito Santo coletassem os resíduos de madeira das plantações de eucalipto. Entretanto, a empresa decidiu suspender as “doações de resíduos” devido, segundo o seu relatório, a problemas de ordem tributária e trabalhista (carvoeiros da região utilizavam mão de obra infantil, por exemplo) que sujeitavam a empresa a ações judiciais por corresponsabilidade (com o pagamento de indenizações trabalhistas no valor de R\$ 400 mil), assim como prejuízos à própria empresa e a suas prestadoras de serviço.

²³¹ Liderança quilombola da comunidade de São Domingos. Entrevista realizada em março de 2009, Conceição da Barra, ES.

²³² Liderança da comissão quilombola. Entrevista realizada em março de 2009. Conceição da Barra, ES.

Na mesma perspectiva, a empresa pretendia criar uma associação de agricultores com os moradores da região de Sapê do Norte. Entretanto, aqueles mobilizados na luta pela reconquista do território não concordam com semelhantes propostas. Segundo esta entrevistada, a empresa não reconhece os moradores da comunidade como quilombolas e por isso não mantém projetos com a Comissão Quilombola.

Uma liderança da comunidade de São Domingos, em Conceição da Barra, nos disse:

“Nós não podemos aceitar o que ela quer, tem que ver o que a comunidade quer. A Aracruz é contra quilombola, mas como ela quer, não pode ser quilombola. Eles falam que é para a gente fazer a associação, que vai doar o terreno. Mas, nós dentro do que é nosso nós vamos fazer contrato com a empresa?”²³³

Um integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores relatou-nos que, em Nova Vista, no município de São Mateus, a Aracruz promoveu uma reunião, no início de 2009, na qual uma associação de pequenos agricultores foi criada. A empresa cederia para esta associação, conforme um acordo realizado, uma área de quase 14 ha de terra. Como neste terreno há plantios de eucaliptos, os membros da associação poderiam cortá-los para fazer carvão.

O militante do MPA tem uma explicação para esta atitude da empresa:

“Por que eles fizeram isso? Uma forma de tentar acalmar o pessoal (...) Porque essa região nossa aqui é uma região que não tem essa questão muito de fogo²³⁴; se vocês passaram aqui, vocês observaram que naquela região da beira de pista você não vê eucalipto não, é fogo. Passa um caminhão de madeira, eles vão lá a noite, tacam fogo mesmo”²³⁵.

Com propostas de trabalho semelhantes as aplicadas no Espírito Santo, a empresa vem se aproximando também das comunidades quilombolas da Bahia. A fala de uma líder da comunidade quilombola de Helvécia, BA, transcrita a seguir, ilustra essa estratégia:

“Eu fui em Brasília; a minha denúncia foi a questão que nós, hoje, estamos asfixiados pela monocultura de eucalipto. Então, depois disso, uns quinze dias depois, eu sei que vieram umas pessoas fazer entrevista por que que a comunidade estava insatisfeita, o que as empresas poderiam fazer. A gente

²³³ Liderança quilombola da comunidade de São Domingos. Entrevista realizada em março de 2009. Conceição da Barra, ES.

²³⁴ O entrevistado se refere às queimadas provocadas nos plantios de eucalipto.

²³⁵ Militante do MPA-ES. Entrevista realizada em março de 2009. São Mateus, ES.

não sabia de onde eram essas pessoas, falavam que eram de ONGs. Recebíamos telefonemas e tudo. E aí, passados mais ou menos quatro ou cinco meses após nossa ida a Brasília, aí começou a empresa se identificando, mandando pessoas entrevistar líderes da comunidade, pessoas da Associação, escola, instituições, de modo geral” (MALERBA, SCHOTTZ, 2006).

Hoje esta comunidade tem “parcerias” com a empresa de celulose, a qual, por exemplo, colaborou para a montagem de um laboratório de informática, com a reforma da escola e com o projeto de uma unidade de produção de mudas. Estes projetos, segundo a empresa, visam oferecer oportunidades educacionais e econômicas aos jovens de Helvécia, afirmando a intenção de manter alguns projetos sociais na comunidade e, por isso, de conseguir apoio de muitos moradores.

*“A empresa passa mel na boca da gente de outra forma. Estávamos em uma briga com a empresa para reaver essas terras. E aí a empresa veio conversar. Aí perguntaram o que eles queriam e eles falaram que queriam emprego. E aí ela propôs o viveiro de mudas. Sempre que pedimos alguma coisa eles atendem. O cemitério de Helvécia estava cercado por eucalipto. A gente queria aquela área de volta, aí eles cederam uma pequena parte, uns 200 metros. A empresa tem um projeto de agricultura familiar aqui, fizeram um cadastro com as pessoas que queriam plantar, aí eles vão ajudar nas sementes”.*²³⁶

Em Nova Viçosa e em Caravelas (BA) existem dois projetos pilotos da Fibria idealizados sob estes princípios: “Pescar com Fibria”, em Caravelas, e “Cultura com Fibria”, no distrito de Helvécia, em Nova Viçosa (BA). Ambos integram o programa *Empreender com Fibria*, que visa capacitar as comunidades pobres para o empreendedorismo. Estes projetos têm o apoio de prefeituras e vereadores locais.²³⁷ Segundo o consultor de Sustentabilidade da Fibria:

*“O Empreender com Fibria é uma oportunidade inovadora de mobilização coletiva em torno da busca das oportunidades e fortalecimento das potencialidades locais, assim como a promoção do verdadeiro engajamento das comunidades e sua emancipação socioeconômica”.*²³⁸

O objetivo do primeiro projeto seria “estruturar a cadeia produtiva local de pescado” em parceria com a Associação dos Pescadores de Caravelas (Apesca) e a Colônia de Pescadores Z-25.²³⁹ Em novembro de 2009 houve uma capacitação de 320 pescadores,

²³⁶ Quilombola de Helvécia, BA. Entrevista realizada em Março de 2009. Helvécia, BA.

²³⁷ Disponível em: <http://fibriamkt.tauvirtual.com.br/2009/1111.htm>. Acesso em 5/5/2010.

²³⁸ Disponível em: <http://www.sulbahianews.com.br/ver.php?id=4750#>. Acesso em 5/5/2010.

²³⁹ Disponível em: <http://fibriamkt.tauvirtual.com.br/2009/1111.htm>. Acesso em 5/5/2010.

catadores e marisqueiros. A proposta apresentada pela Apesca e pela colônia é reformar a cooperativa e criar uma unidade de beneficiamento do pescado. Entretanto, a empresa só irá financiar se for comprovada a “viabilidade econômico-financeira” do projeto, a qual será analisada pelos técnicos da consultoria contratada pela empresa, a NGE tecnologias sociais.²⁴⁰

O projeto “Cultura com Fibria” tem como objetivo o “desenvolvimento de uma rede de Empreendimentos Culturais, composta de três subprojetos: “disseminação da cultura empreendedora no núcleo urbano da comunidade, estruturação da rede de empreendimentos culturais e desenvolvimento do projeto do Centro Cultural de Helvécia”.²⁴¹ Este projeto está formando 20 facilitadores em cada região, grande parte professores, com isso espera-se que haja uma disseminação da cultura empreendedora aos alunos das redes municipal e estadual. Ambos os projetos são implementados pela empresa de consultoria pernambucana NGE – Tecnologias Sociais. De acordo com o diretor desta consultoria:

*“A NGE Tecnologias Sociais apresentou para a Fibria um novo modelo de interagir com a comunidade por meio da capacitação, mas essa capacitação é uma estratégia de mobilização do território envolvido. Essa mobilização começa traçando o perfil do território do ponto de vista do empreendedorismo, estimulando a emancipação do indivíduo através de suas ações, já que não existe emprego para todos. Porém, existe no município um grande potencial humano e um conjunto de oportunidades que podem ser aproveitadas, como por exemplo, o turismo”*²⁴²

É interessante notar que a comunidade de Helvécia ainda não teve suas terras demarcadas como quilombolas e muitas de suas áreas estão cobertas por eucalipto. A comunidade interrompeu, em 2006, a mobilização para exigir suas terras. Segundo a mesma entrevistada:

*“recuamos na questão da territorialidade e estamos trabalhando mais a questão cultural. (...) acho que vai dar problema quando formos discutir a questão da territorialidade”*²⁴³

Podemos observar que na comunidade em questão houve um arrefecimento da luta pela retomada do território decorrente da aproximação da empresa com seus

²⁴⁰ Disponível em: http://www.caravelasnews.com.br/reuniao_colonia.html. Acesso em 5/05/2010.

²⁴¹ Disponível em: <http://fibriamkt.tauvirtual.com.br/2009/1111.htm>. Acesso em 5/05/2010.

²⁴² Diretor da NGE Tecnologias Sociais em entrevista ao CaravelasNews. 24/11/2009. Disponível em: <http://www.caravelasnews.com.br/v2/?p=144>. Acesso em 10/01/2010.

²⁴³ Quilombola de Helvécia, BA. Entrevista realizada em Março de 2009. Helvécia, BA.

projetos de relações comunitárias. Todavia, se por um lado programas como os de geração de renda teriam a capacidade de destituir, ou pelo menos enfraquecer, o poder da crítica dos atores sociais mobilizados, através da construção de um suposto consenso, por outro, estes programas podem coexistir com as críticas. Como nos mostra uma quilombola da comunidade de Linharinho, Conceição da Barra:

*“A negociação do nosso direito nós não aceita. Toda firma pode fazer trabalho social, mas acordo nós não aceita. Nosso foco é a luta pela terra, nosso território (...) Podem fazer o que eles querem, reforma da casa de farinha, mas do nosso direito nós não abre mão”.*²⁴⁴

Esta fala mostra-nos a trama complexa que integra as relações entre as comunidades e a empresa, não permitindo associações imediatas entre aceitação de programas sociais e consentimento das populações.

As aparentes contradições no trato com as comunidades quilombolas do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia demonstram que a dominação da empresa nesse território se exerce tanto pela violência ostensiva na vigilância dos plantios quanto pelo incentivo ao consentimento destes povos. Conforme Ramalho e Esterici (1996), o exercício de poder do ator dominante não se produz sem investimentos sistemáticos destinados aos subordinados. A dominação exige uma atenção constante aos dominados, segundo Bourdieu:

“não basta aos dominantes deixar funcionar o sistema que eles dominam para exercer duradouramente a dominação; é preciso que eles o trabalhem cotidiana e pessoalmente para produzir e reproduzir as condições sempre incertas da dominação” (BOURDIEU, apud RAMALHO E ESTERCI, 1996).

Essa atenção, interpretada sob o signo dos programas de relacionamento com comunidades realizados pela empresa, é uma preocupação da Aracruz há quase 20 anos, como mostram as pesquisas de Borges (2001) e Andrade (2001). A pesquisa de Borges sobre a perspectiva de desenvolvimento sustentável da Aracruz Celulose aponta para o fato de que a empresa, desde o fim da década de 1990, estava empenhada em desenvolver programas de responsabilidade social a fim de arrefecer os conflitos, aumentar sua territorialidade econômica, social e política e garantir a expansão da sua hegemonia na região (BORGES, 2001). Hegemonia esta que exerce um papel fundamental na obtenção do apoio das populações.

²⁴⁴ Quilombola de Linharinho. Entrevista realizada em fevereiro de 2009, Conceição da Barra, ES.

“A empresa vai continuamente alargando a sua territorialidade, econômica, social e política, decorrente da diversidade dos públicos, das áreas de execução e dos programas propriamente ditos. O projetos socioambientais da Aracruz podem passar, então, a configurar um todo estrategicamente articulado entre programas que visam desde à formação de lideranças até ao envolvimento dos moradores vizinhos na sua política de segurança”. (BORGES, 2001)

Entretanto, como podemos perceber pela fala da liderança quilombola, não é certo que a “atenção constante” consiga, efetivamente, enfraquecer as críticas dos movimentos sociais e reter o avanço das suas demandas.

Conforme dissemos acima, a Aracruz Celulose tinha como prática negar a identidade dos povos Tupinikim que residem nas aldeias aos arredores da fábrica. No auge do conflito, em meados do ano 2000, a empresa realizou uma ampla campanha publicitária negando a identidade indígena em toda a região centro-norte do Espírito Santo. O sociólogo e então especialista em Relações com Comunidades da Aracruz Celulose afirmava que os atores sociais que lutavam pelo resgate de seus territórios eram apenas descendentes de índios que se integraram à sociedade, de tal forma que não seria legítima a ampliação da terra indígena:

*“Suas casas são de alvenaria, tendo várias delas cercas ou muros, as ruas são asfaltadas e é possível identificar escolas, igrejas, postos de saúde e mercados. A principal manifestação cultural, inclusive citada pela Funai como uma característica das comunidades, é tipicamente de origem africana: a dança do congo, o que demonstra a ausência de uma unidade étnica e cultural. Isso não quer dizer que os índios da região não tenham direito a viver esse estilo de vida, mas o exemplo serve para mostrar que eles já não vivem o modo tradicional, que poderia servir de base, junto a outros fatores, para uma ampliação da reserva”*²⁴⁵.

Segundo Barcellos (2008), toda campanha de desmoralização pública dos índios empreendida pela Aracruz estava relacionada a um discurso de desenvolvimento social, progresso e geração de empregos na região. Esta associação fez com que os empregados da empresa e das terceirizadas se unissem contra as comunidades indígenas. Em setembro 2006 foi realizada, em Aracruz, uma marcha de repúdio aos índios e a Rede Alerta contra o Deserto Verde que reuniu cerca de cinco mil pessoas. Nesta mesma

²⁴⁵Gitibá Guichard Faustin. “As terras da Aracruz Celulose”. Revista do Terceiro Setor. Disponível em: <http://arruda.rits.org.br/rets/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=11&d ataDoJornal=1160751636000>. Acesso 10/09/2009.

época encontravam-se na cidade de Aracruz diversos outdoors, divulgados pelas empresas terceirizadas da Aracruz, recriminando a mobilização social dos índios e associando a perda de empregos a ampliação das terras indígenas.



Outdoor divulgado pelas empresas terceirizadas da Aracruz Celulose e comerciantes da região.

A empresa ainda elaborou e distribuiu nas escolas e estabelecimentos comerciais da região a cartilha “A questão indígena e a Aracruz” que mostrava as supostas contradições no modo de viver, morar, vestir dos índios Tupinikim. Na cartilha havia fotos das casas dos índios de Caieiras Velhas, focalizando as antenas parabólicas, imagens de uma liderança Tupinikim, provas ditas antropológicas que desmentiam a identidade indígena desta população dentre diversos argumentos discriminatórios. Os materiais produzidos pela empresa ou com o apoio dela eram de tal forma abusivos que a Justiça, atendendo a ação Civil Pública do Ministério Público Federal de outubro de 2006, determinou o recolhimento dos materiais e a retirada da cartilha do site da empresa²⁴⁶. Além disso, o MPF pediu a fixação de multa para a empresa no valor de R\$ 1.000.000,00 por danos morais coletivos.

²⁴⁶ Segundo o documento do Ministério Público Federal: “[...] o dano de difícil reparação ou irreparável consiste na necessidade de cessação imediata dos efeitos nocivos decorrentes da propaganda que pode atingir a toda e qualquer pessoa que acesse o site da empresa, ou tenha acesso a Cartilha. Neste sentido, concedo em parte a antecipação dos efeitos de tutela para determinar que a empresa 1) retire de seu link denominado “A Aracruz e a questão indígena no ES”, todas as expressões falso, suposto e qualquer outra que traduza falsidade ou embuste da condição indígena das tribos e de seus representantes, tal como foi utilizado de aspas do termo aldeias. MINISTERIO PUBLICO FEDERAL. Flavio Roberto de Souza, Juiz da 1ª VF de Linhares, 18/12/2006 *apud* BARCELLOS, 2008).

Diversos foram as mobilizações indígenas nas áreas da empresa e muitos foram os atentados protagonizados pela empresa contra os índios , até o reconhecimento do território em 2007(Ver: BARCELLOS, 2008).

O atual discurso empresarial, após a assinatura do Termo de Ajustamento de conduta e a devolução das terras para os Tupinikim e Guarani, é que a Aracruz espera que a disputa com os índios esteja encerrada e que se estabeleça um clima de paz na região. Conforme o pronunciamento do presidente da empresa na ocasião de assinatura do TAC: “(...) *Isso garante tranquilidade à empresa para continuar produzindo, investindo, assegurando milhares de empregos e gerando divisas para o Brasil*”²⁴⁷.

Segundo informações das lideranças indígenas entrevistadas em 2009 e 2010, a empresa não está desenvolvendo nenhum projeto social ou ambiental nas aldeias Tupinkim e Guarani:

*“hoje não existe um projeto social da Aracruz Celulose dentro de terra indígena, não existe. Por que se ela fosse amiga, como ela dizia aí que era parceira dos índios, mesmo que nós tomamos posse das terras esses projetos sociais eram pra tá acontecendo.”*²⁴⁸

De fato não é mencionado qualquer projeto nas aldeias no relatório de sustentabilidade de 2008.O que é dito, tanto na fala do funcionário entrevistado da empresa como no relatório de sustentabilidade de 2008 que a Aracruz/Fibria está construindo com as comunidades indígenas um novo modelo de relacionamento: “*diferente do passado, que era pautado pela polarização e paternalismo, envolvendo no processo outros atores que possam contribuir para um processo de desenvolvimento sustentável dessas comunidades*” (ARACRUZ,2008).

²⁴⁷ Disponível em: http://www.aracruz.com.br/show_press.do?act=news&id=1000547&lang=1. Acesso em 10/10/2009.

²⁴⁸ Liderança indígena Tupinikim da aldeia de Pau Brasil, ES. Entrevista realizada em março de 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de “Responsabilidade Socioambiental” e a tentativa de desarme da crítica:

Nos termos de Boltanski e Chiapello (2009), existiriam dois tipos de crítica anticapitalista: a artística ou estética e a social. A primeira tem, como principais fontes de indignação, a mercantilização e racionalização do mundo e a inautenticidade e uniformização do modo de vida no capitalismo. Já a crítica social ocupa-se principalmente em desvendar os mecanismos que produzem as desigualdades sociais, em denunciar a miséria social decorrente da exploração capital versus trabalho e o egoísmo dos interesses capitalistas.

Ao longo da análise das críticas feitas a determinadas práticas da Aracruz, percebemos que os movimentos sociais em questão conseguiram aliar estas duas dimensões da crítica. Mobilizam a crítica social quando declararam que as monoculturas destroem os laços de solidariedade e de vizinhança, exploram o solo, monopolizam as águas, geram desemprego e fome no campo e pobreza nas cidades. Organicamente relacionada a crítica social está a artística, quando os movimentos se referem à inautenticidade dos plantios de eucalipto para o modo de vida das comunidades tradicionais, quando compararam a biodiversidade e a exuberância da mata nativa ao manejo cartesiano dos plantios homogêneos, dentre outros.

Conforme defendem Boltanski e Chiapello, a união de ambas as fontes de indignação fortalece a crítica, pois é mais difícil que o espírito do capitalismo atenda parte de suas demandas ou as desarme. Esta articulação pode explicar a força e o alcance da crítica contra as práticas da Aracruz Celulose.

“As duas críticas – social e estética- são ao mesmo tempo contraditórias em muitos pontos e inseparáveis no sentido de que, ao enfatizarem aspectos diferentes da condição humana, equilibram-se e limitam-se mutuamente. Só mantendo ambas vivas podemos ter esperança de fazer face às destruições provocadas pelo capitalismo (...)” (BOLTANSKI, CHIAPELLO; 2009:533).

Tendo alcançado considerável amplitude, a crítica não poderia permanecer muito tempo sem resposta e as estratégias de aproximação com as comunidades e a implantação de programas de responsabilidade socioambiental da empresa podem ser entendidas enquanto respostas aos movimentos sociais críticos, constituindo uma face dos deslocamentos contemporâneos às críticas anticapitalistas.

Alguns estudos apontam para a correspondência entre a inserção de programas de responsabilidade socioambiental nas empresas e as modificações no espírito do capitalismo. Nesta perspectiva, o processo de legitimação do capitalismo passaria pela assimilação da crítica a determinadas práticas empresariais e esta assimilação se materializaria na implantação de programas de geração de renda, promoção social, educação ambiental, dentre outros, pelas empresas nas comunidades do entorno.

Referindo-se ao processo de institucionalização da responsabilidade social empresarial, Ventura (2006) afirma que:

“Esse processo ocorre como parte de um movimento de deslocamento do capitalismo, que significa uma recategorização do modelo, alimentando a construção de um novo espírito para o capitalismo – necessário para a mobilização das pessoas, além da dimensão material. Os deslocamentos são, portanto, a manifestação da dinâmica do capitalismo, que subverte a ordem existente, visando a sua reprodução” (VENTURA, 2006).

Os dados obtidos durante a pesquisa não fornecem elementos para supor que exista na Aracruz um processo de institucionalização do que vem sendo chamado de “responsabilidade social e ambiental”. Mas concordamos que as práticas que qualificam a gestão empresarial do “risco social” podem ser interpretadas como uma forma de deslocamentos contemporâneos dos capitais perante seus críticos. Se a crítica social afirma que a empresa utilizou mecanismos autoritários e violentos na apropriação dos diferentes territórios existentes no norte do Espírito Santo, hoje ela promove diálogos e projetos “participativos e horizontais de engajamento” com as comunidades, utilizando, por exemplo, sociólogos e antropólogos em sua equipe. A literatura gerencial consultada sustenta que os programas de responsabilidade social “afetam o estoque de capital reputacional e, conseqüentemente, o valor dos ativos intangíveis da organização” (GOMES *et al*, 2006) e o estabelecimento de relações positivas com a comunidade local é considerado pelas empresas “como um ativo na forma de acumulação de capital social” (GOMES *et al*, 2006) e é este capital que vai garantir a esperada “licença para operar”.

A acumulação primitiva do capital, processo pelo qual o capitalismo foi gerado, afirmando-se historicamente, baseou-se numa reorganização das relações de produção, na separação dos camponeses de seus meios de produção e em sua constituição como mão de obra assalariável nas cidades. A menção à acumulação do “capital social” apoia-se, analogamente, embora no plano das subjetividades coletivas, na separação entre as

comunidades locais e sua força crítica. A antecipação e a neutralização desta força dos atores sociais mobilizados por estudos de “risco social” estão constituindo um dos mecanismos de acumulação deste capital – “social” – em benefício das empresas (ACSELRAD, GIFFONI PINTO, 2009).

A reconfiguração espacial realizada pelos extensos plantios de eucalipto da Aracruz Celulose, a drástica mudança da paisagem, antes lembrada pela exuberância e fartura da Mata Atlântica, o deslocamento das comunidades tradicionais e a inserção de medidas de controle das populações que ainda permaneceram na região, dentre outras modificações, reordenaram este território, produzindo críticas e resistências por parte das populações impactadas.

Através da análise das críticas percebemos que os movimentos sociais aqui citados uniram os impactos sociais aos impactos ambientais provocados pela empresa, de tal modo que é impossível distinguir quando começa um e termina o outro. Estas críticas, desde seu início, associaram a monopolização dos recursos ambientais à destruição de suas formas tradicionais de vida. Associação esta que o capitalismo e seus principais atores – como as empresas - tentam sistematicamente desfazer, embora mobilizem quase sempre termos que os congreguem.²⁴⁹

A crítica aos monocultivos e também às operações industriais do setor celulósico no norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia, notadamente à Aracruz Celulose, alcançaram grande visibilidade, nacional e internacionalmente, durante a década de 1990 e a primeira década do século XXI. A presente dissertação teve como objetivo analisar de que forma essas críticas estão sendo respondidas pela empresa.

Observamos, através de dados fornecidos pelos documentos da companhia e notícias vinculadas pela mídia, que em momentos de acirramento dos conflitos e condições políticas adversas a empresa buscava outros territórios para seus projetos de expansão. Em muitos momentos estas migrações foram apenas mobilizadas nos discursos dos administradores da empresa, mas não foram efetivamente concretizadas. Ao analisar o programa Produtor Florestal da Aracruz, vimos que ele surge em uma conjuntura de dificuldades para a empresa adquirir terras para o plantio de eucalipto, decorrente das críticas realizadas por povos Tupinikim e Guarani, quilombolas, ambientalistas e camponeses. Inserimos a criação deste programa na dissertação porque,

²⁴⁹ É o caso da empresa estudada, que costuma, em muitos casos, empregar o termo socioambiental.

através dele, a empresa tenta se contrapor à algumas críticas que recebeu ao longo da sua história.

O entendimento, por parte dos consultores empresariais e da própria empresa, de que tais críticas se expressam como riscos sociais corporativos foi uma das constatações da dissertação. Nessa perspectiva as comunidades impactadas são vistas como agentes que podem submeter à empresa a uma condição de vulnerabilidade, danificando a sua reputação no exterior e causando prejuízos econômicos com a devolução de terras, paralisação das atividades produtivas, queima de plantios etc. Sabe-se que o risco é inerente ao investimento capitalista, e embora seja gerenciável, os executivos e consultores sabem que ele nunca deixará de existir. O risco social seria para os executivos um risco como outros, e por isso necessita ser controlado e administrado.

Através das entrevistas e das análises dos documentos da empresa, observamos que a Aracruz vem tomando conhecimento desta terminologia, bem como das práticas recomendadas pelas consultorias desde o início dos anos 2000. Este período é visto como um marco pelo funcionário entrevistado para as medidas de reestruturação do setor de sustentabilidade da Aracruz. Assim os programas da empresa voltados para educação, como reforma de escolas e formação de professores; de geração de renda, como projetos agrícolas; culturais e ambientais, se estrategicamente gerenciados, trabalhariam para o arrefecimento das críticas e para a obtenção do consentimento das populações do entorno.

A reflexão de Boltanski e Chiapello sobre o papel da crítica na formação do espírito do capitalismo pode suscitar diferentes apreciações. De um lado do debate está aqueles que defendem que a empresa, por ser uma estrutura da sociedade, é permeável as suas demandas e que as críticas feitas pelos movimentos sociais fomentam a produção de dispositivos de justiça que tornariam as empresas capitalistas mais sensíveis às questões sociais e progressivamente mais responsáveis. Entretanto, acreditamos que esta perspectiva pode não atentar para os mecanismos através dos quais estas críticas estão sendo incorporadas pela empresa.

Concordamos que as empresas modificam suas estratégias ante as críticas dos movimentos sociais, visto que a empresa não é imune às pressões da sociedade e, portanto, participa das transformações políticas e culturais das diferentes épocas. Não questionamos a capacidade e o poder de influência dos movimentos sociais, nem afirmamos a prevalência das forças econômicas sob as sociais. Ao contrário, o que

tentamos mostrar nesta dissertação foi justamente a interferência da crítica social nos domínios da empresa. Contudo, nesta dissertação, estivemos interessados em analisar por quais processos e em qual direção tais modificações se concretizam e não dar como certo e inevitável o processo de “responsabilização” das empresas.

O processo de contratação de consultorias especializadas em gerenciamento de “riscos sociais” e a conseqüente realização de investimentos sociais pelas empresas sob estes princípios nos trazem uma dimensão de controle da empresa frente às comunidades do entorno. Desta forma, o processo de “licenciamento social” não parece ser, embora divulgado como tal, uma democratização dos processos decisórios da empresa junto às comunidades do entorno, mas uma tentativa de obtenção do consentimento pelo investimento de partes dos lucros da empresa.

A legislação ambiental obriga que a empresa, para obter suas licenças, deve apresentar possíveis soluções para o gerenciamento e minimização dos impactos que irão decorrer das suas operações. Sob o ponto de vista da Aracruz, bem como de outras empresas, a “licença social para operar” poderia ser obtida em moldes semelhantes. Neste caso, as companhias atuariam no gerenciamento da sociedade, através de estudos e mapeamentos das comunidades mais críticas à empresa, das análises de como estão organizadas tais comunidades, quem são suas lideranças etc., a fim de mitigar possíveis impactos sobre a empresa. É importante ressaltar que obtenção da chamada “licença social” não passa pelos órgãos do Estado como o licenciamento ambiental, todavia está sendo financiada por ele.

Através dos dados obtidos nesta dissertação, observamos que as alterações na gerência de sustentabilidade da empresa e a implantação de modificações nos planos e programas de responsabilidade socioambiental integram um conjunto de respostas às críticas recebidas. Contudo, estas respostas não necessariamente atendem às demandas dos movimentos sociais, mas podem ser interpretadas como tentativas de estabilizar os ganhos empresariais e convencer as comunidades de que é através do comportamento consensual, e não conflituoso, que obterão vantagens da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACSELRAD, H. (org.) Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. Descaminhos da riqueza sustentável. Brasil de Fato, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/debate/debate-81.htm>

_____. Novas articulações em prol da justiça ambiental. Democracia Viva. Ibase, nº 27. jun / jul 2005.

_____. O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia – uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2007, UFPE, Recife (PE).

ACSELRAD, H; MELLO, C; BEZERRA, G. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H. GIFFONI PINTO, R. A Gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica, 2009. Revista PRAIAVERMELHA / Rio de Janeiro / v. 19 nº 2 / p. 51-64 / Jul-Dez 2009

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política. Porto Alegre, Junho de 1999.

_____. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. Tempo soc. [online]. 2009, vol.21, n.1, pp. 65-87. ISSN 0103-2070.

_____. Ambientalismo Empresarial. *Le monde diplomatique*, São Paulo, out.2007. p.21.

ALBERTI, V. Historia oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

AMADO, J; FERREIRA, M. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANDRADE, J. Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias socio-ambientais da Aracruz Celulose S. A (1990-1999). Tese – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. 2000.

_____. A dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais: o caso da gestão sustentável das plantações de eucalipto na Aracruz Celulose S.A. 34º. Congresso Anual de Celulose e Papel. ABTCP - Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, 2001

ARACRUZ. “Por dentro da Aracruz”. Publicação divulgada por ocasião do lançamento do relatório de sustentabilidade da Aracruz em 2005.

_____. “Das árvores aos lares. A geração de renda, emprego, divisas e impostos da cadeia produtiva da Aracruz Celulose.” Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2006

_____. Relatório Anual e de Sustentabilidade. Ano base 2005.

_____. Relatório Anual e de Sustentabilidade. Ano base 2006.

_____. Relatório Anual e de Sustentabilidade. Ano base 2007.

_____. Relatório Anual e de Sustentabilidade. Ano base 2008.

_____. Publicação especial da Aracruz Celulose S.A. Gerência de Comunicação Corporativa, 2008.

_____. Diagnóstico de Sustentabilidade. 2009

BARCELLOS, G. Desterritorialização e r-existência Tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2008.

BECKER, B. O uso político do território questões a partir de uma visão do terceiro mundo In: BECKER, B.; K.; COSTA, R; SILVEIRA, B. (Orgs). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. El nuevo espíritu del capitalismo. Madrid: Akal, 2002.

_____. O Novo espírito do Capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. O Capital Social: notas provisórias. In; NOGUEIRA, M & CATANI, A. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, M; BORIN, E. Investimento Social Privado: O caso da Companhia Vale do Rio Doce. Sem Data.

BEFEKI, T ; KYTLE, B. "Social Risk as strategic risk. Corporate social responsibility initiative, Working paper n ° 30. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University. 2006

BORGES, C, X . “Territorialidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável na perspectiva da Aracruz Celulose”. 34º Congresso Anual de Celulose e Papel. Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, 2001.

BRAGA, R. Análise de Decisões de Investimento em Condição de Risco: Um Estudo na Veracel Celulose S/A. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Administração na Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2006.

BRAGA, R; BRUNI, A. L; MONTEIRO, A. Estratégia e Decisões de Investimento em Condições de Risco: um Estudo na Veracel Celulose S/A. In: Anais do XX Congresso Latino Americano de Estratégia. SLADE, 2007, Barranquilla, Colômbia.

BRASIL. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 21 de novembro de 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CAPPELLIN, P.;GIULIANI, G.M.; MOREL, R.; PESSANHA, E. As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social, In KIRSCHNER, A.M.; GOMES, E.; CAPPELLIN, P. Empresa, empresários e globalização, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CAPPELLIN, P e GIULIANI, G.M. A economia política da responsabilidade social e ambiental nas empresas no Brasil, United Nations Research Institute for Social Development, Programme on Technology, Business and Society, Paper No. 14, Geneva.

CAPPELLIN, P. GIFFONI PINTO, R. As empresas em sociedades contemporâneas: A responsabilidade social no Norte e no Sul. Caderno CRH (UFBA) v.20, p.419 - 434, 2007.

CDDH, Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Fomento Florestal O que é? A quem interessa? Quanto ganha o produtor? Teixeira de Freitas/BA. Jan. 1994

CICCARONE, C; SCARIM, P. A Aracruz celulose e a questão indígena, Tempo e Presença, v. 25, n. 330, p. 31-36, Jul./ago. 2003.

DALCOMUNI, Sônia Maria. A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo. Dissertação de Mestrado em Economia, UFRRJ, 1990.

DIESEL, FROEHLICH, NEUMANN, RODRIGUES, FREITAS. “Os impactos sociais dos programas de fomento florestal.” Extensão Rural, UFSM, Ano XIII, Jan – Dez de 2006.

FAILLACE, S. Complexo Florestal Celulósico no Brasil: Histórico e Estratégias Empresariais. FASE, sem data.

FANZERES, A (coord.). Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores; Ministério do Meio Ambiente, Relatório Final, Março 2005

FASE. “Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo - Brasil.” Vitória, 2002.

_____. “Agências de Crédito de Exportação, exportando a insustentabilidade. O caso Aracruz Celulose”. Espírito Santo, 2003.

_____. “H2O para a Celulose X Água para todas as línguas. O conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A”. Espírito Santo, 2006.

FASE/IBASE. “Arquivo sobre exploração florestal no norte do Espírito Santo e Sul da Bahia.” Rio de Janeiro, 1994.

FERREIRA, S. 2002. Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo. Dissertação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

GIULIANI, G.M. As empresas e a questão ambiental urbana: A sustentabilidade tardia. Trabalho apresentado no II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em ambiente e Sociedade. Campinas, 2004.

_____. As áreas naturais protegidas e a responsabilidade social e ambiental das empresas: o caso do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense e do Comperj. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 16, p. 21-37, jul./dez. 2007. Editora UFPR.

_____. Resenha do livro: GALLINO, Luciano. L Impresa irresponsabile. Torino: Gli Struzzi Einaudi, 2005. O Social em Questão, v. 17, p. 114-122, 2007.

GIULIANI, G. M. , GIFFONI PINTO, R. As Áreas Naturais Protegidas e o Crescimento Econômico no seu entorno. In: Anais do IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília.

GOMES; A. et al. Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. Rev. Árvore vol.30 no.6 . Viçosa Nov./Dec. 2006.

GONÇALVES, C. W. P. 2002. “Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades” in Ceceña, A. E.; Sader, E. (Org.). La guerra infinita: hegemonía y terror mundial. (Buenos Aires: Clacso).

HAESBAERT, R. Territórios Alternativos. Rio de Janeiro: Contexto, 2002.

HOLME , R. WATTS, P. Responsabilidade social empresarial: bom senso aliado a bons negócios.” Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. 2000. <http://www.cebds.org.br/cebds/pub-docs/pub-rse-bom-senso-aliado-negocios.pdf>. Acesso em 15/03/2009.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Perfil de Políticas de Responsabilidade Social. Aracruz, Stora Enso e Veracel. Abril de 2004. Disponível em: www.os.org.br/arquivos.../1036abr2004perfilRSE_VERACELportb.pdf

JESUS, H.C.; et al . Avaliação da poluição ambiental dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim (Santa Cruz – ES) através da análise de águas, biomonitores e sedimentos. Relatório Técnico- Projeto Aracruz Celulose, Processo UFES n° 034373/2007-80. Vitória, Março de 2009. Disponível em: http://www.aracruz.com.br/doc/pdf/relatorio_2205.pdf

LINS, C. A Questão dos Riscos Intangíveis na Valoração das Empresas. *Congresso IBC de Gestão Estratégica de Riscos*. 28 a 30 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.fbds.org.br/IMG/ppt/doc-164.ppt>.

LÔBO, L. Relevância social das florestas plantadas. Monitoramento social/ambiental: perspectivas e desafios para o setor florestal no Brasil. XXXI Congresso Brasileiro de ciência do solo. Gramado, 2007.

KYTLE, B, RUGGIE, J. “Corporate social responsibility as risk management: A model for multinacionais” . Corporate social responsibility initiative, Working paper n° 10. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University. 2005

KINLOW, D,C. Empresa competitiva e ecológica: desempenho sustentável na era ambiental. São Paulo: Makron books, 1997.

LENZI,C.L. Sociologia Ambiental. Bauru, SP: Edusc, 2006.

LOUREIRO, K. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupinikim e Guarani Mbya1 Revista *Ágora*, Vitória, n.3, 2006.

MALERBA, J. SCHOTTZ, V. O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia, Relatório de Pesquisa de Campo, 20 a 30 de setembro de 2006, Rio de Janeiro.

MARACCI, M. T. A luta indígena e a cidade: a sociedade envolvente. *Revista Geografares*, nº 6, Vitória, 2008.

_____, M. T. Encontro de Saberes. *Revista Eletrônica Olhar Critico* www.olharcritico.com.br, v. 06, n. Nº 6, 6/05, p. 2-4, 2005.

_____, M. T; SCARIM, P; FERREIRA, S; FOEGER, T. Impactos da apropriação dos recursos hídricos pela Aracruz Celulose nas terras indígenas Guarani e Tupinkim - ES. 2004

MELLO, C. Resenha de GUILHOT, N. *Financiers, philanthropes: vocations éthiques et réproduction du capital à Wall Street depuis 1970*. Raisons d’Agir éditions, Paris, 2004. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* – v.9, n.1, 2007. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

MENEZES, P. “Estratégias empresariais ‘em crise’: como conciliar responsabilidade social com desemprego?” UFRJ, Mimeo, 2010.

MOL, A. A globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In Herculano, S. (org), Qualidade de vida e riscos ambientais. Niterói: EdUFF,2000.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL: Quilombolas de Linharinho Espírito Santo. Brasília: APPPL, 2007. v. 8. 11 p. il. (Projeto nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil).

NUNES. P. Estratégias de Relacionamento com *Stakeholders* e seus impactos sobre os custos de transação: Um estudo de caso da Aracruz Celulose. 2007. Disponível em: http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/Estudo%20de%20Caso%20da%20Aracruz%20Celulose.pdf

OVERBEEK, W. DE'NADAI, A. SOARES, L. Promessas de emprego e destruição de trabalho. O caso Aracruz Celulose no Brasil. Coleção World Rainforest Movement sobre plantações, nº 02. Maio de 2005.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia*. [online]. set. 2000, no.33 p.133-158. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007&lng=pt&nrm=iso>.

RAMALHO, J. R.; ESTERCI, N. A Resistência em campo minado. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.32, ano 11, 1996.

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. Fomento Zero. Por que dizer não ao plantio de eucalipto? Espírito Santo: FASE,sem data.

ROXO, C.A. Certificação florestal como instrumento de mercado. Desenvolvimentos recentes e desafios futuros. São Paulo: Food and Agriculture Organization. Comitê Consultivo de Produtos de Madeira e Papel. 40º Sessão. Abr. 1999.

RUSHI, A. O Eucalipto e a Ecologia, 1976. Disponível em: www.seculodiario.com/eucalipto/doc1.doc. Acesso em: 10/03/2010.

SAHLINS, M. A Sociedade Afluente Original. Cultura na Prática. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SALOMÃO, J. O outro lado do desenvolvimento: o bairro São Benedito (Vitória/ES) e os impactos urbanos da agroindústria de celulose. Dissertação de Mestrado . Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

_____. O movimento de resistência quilombola à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo, Relatório de Pesquisa de Campo, Vitória, outubro 2006.

SANTOS. Milton. O Dinheiro e o Território. Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense, proferida em 15/3/1999.

SOARES, M; OVERBEEK, W. O caso Aracruz celulose no Brasil: ECAs exportando insustentabilidade. Espírito Santo: Kansalaisjärjestöjen (ONG finlandesa), 2003.

SOUZA, I; OVERBEEK, W. Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Aracruz Celulose e Stora Enso: Uma história de ilegalidades, descaso e ganância. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2008

SCHUBERT, A; VILLAS, F; OVERBEEK, W. "A reconquista da Terra Indígena no Espírito Santo", Revista Proposta no. 107/108, Dez/maio 2005.

VENTURA, E; VIEIRA, M. Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos no Brasil. Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa em Administração, 2006. Salvador, BA.

VILLAS, F. A resistência dos povos Tupinikim e Guarani do Espírito Santo e a reconquista da Terra, 2010. No prelo.

VINHA, V. O Estado e as Empresas "Ecologicamente Comprometidas" sob a Ótica do Neocorporativismo e do State-Society Synergy approach: o Caso do Setor de Papel e Celulose. Revista Arché Interdisciplinar. Ano VIII Nº 25, 1999. Universidade Cândido Mendes, RJ.

_____. Regulação e Auto-Regulação no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Responsabilidade Social Empresarial: o caso do setor de petróleo & gás. Disponível em:
http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/o_estado_e_as_empresas_ecologicamente_comprometidas.pdf

TOSTA, M. (coord./org.) Relatório Final. In: EXPFLO- Exploração florestal no norte do ES e sul da Bahia: Impactos e alternativas. Rio de Janeiro: FASE/IBASE: Maio de 1994.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Sites consultados:

www.aracruz.com.br, www.veracel.com.br, www.abraflor.com.br,
www.bracelpa.com.br, www.wrm.org.uy, www.valoronline.com.br,
www.fase.org.br, www.seculodiario.com.br, www.valoronline.com,
www.idis.org.br,

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)